

# **Acerca de “Terrorismo” e de “Terrorismos”**

Raúl François Carneiro Martins

Lisboa

Outubro 2010

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação, residente e não residente, promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As perspectivas são da responsabilidade dos autores não reflectindo uma posição institucional do Instituto da Defesa Nacional sobre as mesmas.

---

***Director***

Vitor Rodrigues Viana

---

***Coordenador Editorial***

Alexandre Carriço

---

***Núcleo de Edições***

Cristina Cardoso, António Baranita, Luísa Nunes

---

***Capa***

Nuno Fonseca/nfdesign

---

***Propriedade, Edição e Design Gráfico***

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: [idn.publicacoes@defesa.pt](mailto:idn.publicacoes@defesa.pt)

[www.idn.gov.pt](http://www.idn.gov.pt)

---

***Composição, Impressão e Distribuição***

EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.

Praceta da República, loja A, 2620-162 Póvoa de Santo Adrião

Tel.: 21 844 43 40

Fax: 21 849 20 61

---

ISSN 1647-9068

ISBN 978-972-9393-18-1

Depósito Legal 318712/10

Tiragem 500 exemplares

---

© Instituto da Defesa Nacional, 2010

---

**Raúl François Carneiro Martins** é licenciado em Ciências Militares – Artilharia – pela Escola do Exército em 1958 e ingressou nas tropas pára-quedistas em 1960, tendo nelas efectuado quatro comissões de serviço em África durante a guerra no Ultramar (1961/1974). Possui os Cursos Geral de Estado Maior (1968/69) e Superior de Comando e Direcção (1982/83). Foi professor no Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (1976/1982). Comandou o Corpo de Tropas Pára-quedistas (1985/1989). Foi assessor (1979/1989) e subdirector do Instituto da Defesa Nacional (1989/1994). Foi professor, na Universidade Lusíada, de Geopolítica e Geoestratégia no Curso de Relações Internacionais (1989/2007). É autor das obras *História do Batalhão de Caçadores Pára-quedistas nº31* de 1986, *Portugal e a OTAN* de 1990 e *Apontamentos de Geopolítica e Geoestratégia* de 2003 reeditado em 2006, assim como de mais de 40 artigos publicados entre 1978 e 2007 em diversas revistas, 20 dos quais na Nação e Defesa.

## Resumo

O terrorismo internacional tornou-se preocupação dominante nas políticas de muitos Estados, sendo referência frequente nos debates sobre política internacional e sobre defesa nacional. Verifica-se, porém, que existe alguma confusão nos entendimentos da natureza do fenómeno, discrepâncias nas opiniões sobre o alcance da sua acção, assim como divergências sobre qual a melhor forma de o enfrentar.

Este trabalho pretende ser um modesto contributo para uma reflexão sobre este tema, que nele é abordado de forma muito geral, tentando discernir e abranger não só as mais importantes das suas múltiplas conexões com o ambiente social, como também as principais modalidades que contém.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terrorismo, Contra-terrorismo, Segurança Internacional, Islamismo, *Al-Qaeda*.

## Abstract

International terrorism became a dominant issue on the majority of State policies as well as in the debates concerning international policy and national defense. However, there is some confusion over the understanding and explanation of the terrorist phenomenon, with discrepancies over the true reaching of these types of actions and the best modus operandi to fighting it.

This paper intends to be a modest contribution for a reflexive thinking over these issues, which are analyzed under a general framework. It tries to discern and encompass not only the most important and multiple connections of this phenomenon with its social environment but also the major modalities it contains.

**KEY-WORDS:** Terrorism, Counter-terrorism, International Security, Islamism, *Al-Qaeda*.

## Índice

Introdução	7
1. Conceitos e Tipologia	9
1.1. Uma tentativa de definição	9
1.2. Uma tentativa de sistematização	14
1.3. Um “Terrorismo Moderno”?	19
2. Evolução	23
2.1. Dos anos sessenta a finais dos anos oitenta	23
2.2. A transição na primeira metade dos anos noventa	25
2.3. A emergência da Al-Qaeda	28
2.4. Após o 11 de Setembro de 2001	31
3. Fontes e Causas	37
3.1. As causas	37
3.2. As fontes a nível do indivíduo	40
3.3. As condições favoráveis a nível do contexto social	45
3.4. As condições propiciadoras a nível dos meios materiais	52
4. Finalidades, Objectivos e Métodos	55
4.1. Finalidades e objectivos	55
4.2. A organização e os métodos	57
4.2.1. Aspectos gerais	57
4.2.2. A ligação com o crime organizado	63
4.2.3. A utilização de suicidas	66
4.2.4. A utilização de armas de destruição maciça	69
4.3. Terrorismo e Guerrilha	75
4.4. Terrorismo como forma de guerra	78
4.5. Terrorismo como instrumento estratégico	80
4.6. A eficácia do Terrorismo	85
5. A Luta contra o Terrorismo	91
5.1. O largo espectro das acções e a necessidade da sua integração	91

5.2. As medidas no âmbito das políticas internas	98
5.2.1. O diversificado, importante, e indispensável, mas limitado, papel das medidas de política interna	98
5.2.2. O papel absolutamente essencial dos Sistemas de Informação	102
5.2.3. A importância da opinião pública e dos meios de comunicação social	103
5.2.4. A eventual importância das reformas sociais	109
5.3. A importância fundamental das acções internacionais, a necessidade da sua coordenação e o indispensável papel dos meios militares	111
5.4. O carácter decisivo da atitude colectiva	113
Bibliografia	115

## Introdução

Durante a segunda metade do século XX, a prática da forma peculiar de violência política designada por “terrorismo” tornou-se um meio de combate político cada vez mais comum e cada vez mais universalmente disseminado.

Essa prática, inicialmente confinada a determinados conflitos onde o seu impacto era relativamente reduzido, e encarada com alguma displicência pelos governos e opiniões públicas dos países por ela não directamente afectados, o progressivo alargamento da sua internacionalização e a acentuação da sua periculosidade têm conduzido a que, desde os anos setenta do século passado, nela se tenha concentrado crescente atenção por parte de políticos, de responsáveis dos governos e das polícias, de académicos, e de opiniões públicas, em todo o Mundo, tendo vindo a ganhar cada vez mais relevância nos estudos do âmbito quer da Estratégia, quer da Defesa Nacional, quer das Relações Internacionais. Frequentemente, tem sido apodada de “praga” ou de “doença” das comunidades modernas, particularmente das democracias liberais, e muitos académicos e responsáveis políticos não hesitam mesmo em qualificá-la como uma nova forma de guerra.

Mas foi sobretudo a partir dos espectaculares ataques terroristas nos EUA em 11 de Setembro de 2001 que o terrorismo internacional se tornou preocupação dominante nas políticas de muitos Estados, referência constante, quase obrigatória, nos debates sobre política internacional, e nos encontros entre os principais responsáveis políticos das grandes potências, assumindo definitivamente o estatuto de uma das principais entre as consideradas “novas ameaças” neste princípio do século XXI.

Verifica-se porém que existe alguma confusão nos entendimentos da natureza do fenómeno,<sup>1</sup> profundas discrepâncias nas opiniões sobre o alcance da sua acção e, sobretudo, em parte por causa disso, sobre as formas mais adequadas de o enfrentar.

Por isso este trabalho, modesto contributo para uma reflexão descomprometida sobre este tema, será abordado de forma muito geral, tentando discernir e abranger não só as conexões que me parecem mais importantes com os diversos aspectos da realidade social, como também as principais modalidades e variações que contém. Embora não sendo, apesar da sua extensão, nem muito profundo nem muito detalhado, creio que, dando-nos uma visão do conjunto, poderá ser útil para uma melhor compreensão

---

1 Conforme escrevem MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, p. 22 «Rebellions, street battles, civil and industrial strife, insurrection, rural guerrilla warfare, coups d'état, animal rights and environmentalist pressure groups have all been at various times described as terrorist. The term slips and slides with elusive imprecision.»

do fenómeno em si e, a partir dessa compreensão, para uma melhor defesa contra os perigos que veicula.

O trabalho será dividido em seis partes. Após esta breve introdução, tentarei estabelecer algumas bases para um melhor entendimento do que será, de facto, o terrorismo, procurando distingui-lo de outras formas de violência com que muitas vezes é confundido, esboçando seguidamente uma tentativa de discriminação classificativa das suas diversas modalidades. A terceira parte ensaiará uma breve análise das principais linhas de evolução do “terrorismo internacional” nos últimos 40 anos. A quarta será dedicada a uma reflexão sobre as possíveis origens e causas do que irei designar como “terrorismos privados”, enquanto a quinta se debruçará sobre as finalidades, objectivos e métodos desses terrorismos. Por fim, terminarei com uma sumária análise dos principais aspectos envolvidos nas diferentes formas de enfrentar a sangrenta ameaça que estes terrorismos materializam.



# 1. Conceitos e Tipologia

## 1.1. Uma tentativa de definição

Embora o termo “terrorismo” tenha surgido durante a Revolução Francesa para caracterizar as práticas dos dirigentes revolucionários sob liderança de Robespierre entre Setembro de 1793 e Julho de 1794, o terror, com fins políticos, não só hoje, mas ao longo de toda a História, tem sido comumente utilizado, nas mais diversas situações.<sup>2</sup>

Consequência, como é, de determinadas formas de violência, desde logo todas as situações em que a violência é utilizada, podem dar origem ao uso do terror em acções que então merecem a designação de terroristas. Arma dos tiranos, de todos os tempos e de todos os lugares, este tipo de acções tem sido também muitas vezes deliberadamente praticado pelos exércitos regulares ou por forças armadas irregulares, contra os inimigos vencidos ou contra populações indefesas. Ao serviço da imposição de ideologias, pelo menos desde finais do século XVIII com a revolução francesa, foi eleito como instrumento preferencial pelo anarquismo de Bakunine e foi praticado sistematicamente pelo marxismo-leninismo de Staline, de Pol Pot, de Mao Tse Tung, e pelo nacional-socialismo de Hitler e de Mussolini. Ligado desde tempos imemoriais aos fanatismos religiosos, em guerras santas, em matanças de hereges, em tribunais da Inquisição, reaparece hoje em fundamentalismos cristãos, judaicos, hindus e muçulmanos. Alimentado pelo ódio e pelos preconceitos raciais ou sociais, tem sido utilizado contra minorias ou grupos marginais, em perseguições diversas, como as inúmeras sofridas pelos judeus em mais de mil anos de História, ou como as do Ku-Klux-Klan, contra os negros americanos desde o século XIX. Praticado pelos patriotas, em muitos locais do Mundo, contra invasores ou colonizadores, tem-no sido igualmente por estes contra aqueles, e é-o hoje também pelos marginais proponentes de utopias sociais, espécie de apóstolos danados de ideologias rudimentarmente definidas, como os que constituíram as “Brigadas Vermelhas” italianas, a “Acção Directa” francesa, as “FP-25” portuguesas, os “Baden-Meinhof” alemães, o “Exército Vermelho” japonês, etc., ou pelos fanáticos

---

2 LAQUEUR, Walter, 1987, escreve a p. 27 «O terrorismo não é, como frequentemente se quer fazer crer, um fenómeno novo, sem precedentes. É verdade que o termo remonta a uns 200 anos, enquanto a “filosofia da bomba” é, como se sabe, de data mais recente. No entanto, é quase desnecessário lembrar a ocorrência sistemática de assassinios políticos através da história. O terrorismo assume várias formas, servindo-lhe de motivação a revolta política, o levante social e o protesto religioso. Tem sido praticado por pequenos grupos hostis ou até por pessoas individualmente contra seus inimigos políticos.»

muçulmanos sunitas e xiitas, brutais proponentes de regimes teocráticos ferozmente reaccionários e anti-ocidentais.

Desta grande diversidade podem-se já tirar duas conclusões. Desde logo, que resultará útil, se não mesmo indispensável, distinguir entre si três designações intimamente associadas mas não inteiramente coincidentes, a de “acção terrorista”, a de “terrorismo”, e a de “grupo terrorista”. A primeira refere o acto que pode ser praticado, ou de forma sistemática, ou esporadicamente, por qualquer agente, político ou não, quando no uso da violência. A segunda refere-se a uma forma particular de violência, que se objectiva na prática de “acções terroristas” com finalidade expressamente política. A terceira designa aquele grupo, alegadamente político, que elege a acção terrorista como forma única ou, no mínimo, largamente predominante, da sua prática da violência.

Depois, que essa forma peculiar de violência que é o terrorismo, dificilmente poderá ser definida a partir dos seus agentes ou dos seus alvos, tão variados são uns e outros e, para além de visar finalidades políticas e de se objectivar na prática de acções terroristas, as quais se caracterizam pelo propósito implícito na própria noção de terror, isto é, causar medo intenso e espalhar esse medo, será também muito difícil encontrar outros elementos comuns a todos os actos terroristas nos muito diversos objectivos que o terrorismo pode visar.

Além disso, as definições centradas na especificação dos agentes e, ou, na dos objectivos e alvos visados, servem ou ajustam-se, frequentemente, a propósitos políticos e ideológicos, levando a considerarem-se terroristas as violências ditas “injustas” de inimigos ou adversários, e não terroristas as violências aceites como “justas” de amigos ou partidários. Deste modo, não tem sido possível até hoje obter uma definição de terrorismo internacionalmente aceite porque, em vez de considerarem que o terrorismo se define pelos seus métodos (opinião prevalecente no “mundo ocidental” e orientadora deste trabalho) muitos académicos e analistas, inclusive no “mundo ocidental”, e responsáveis políticos de diversos países, sobretudo entre os islâmicos e no “terceiro mundo”, insistem em que importa antes de mais referi-lo aos seus objectivos, pretendendo que, em certos casos, como, por exemplo, no da violência destinada a combater uma potência ocupante, não se poderá considerar terrorista o grupo que lute pelo bem colectivo, sejam quais forem as formas de violência que utilize.<sup>3</sup>

Assim sendo, a definição de terrorismo, requerida pelas exigências não só da formulação teórica como também da operacionalidade prática no que se refere à eficiência

---

3 Conforme faz notar RATHMELL, Andrew, 1992 «The picture has been further clouded by the controversy over definitions. This is not merely a linguistic quibble, but rather an integral part of the international propaganda struggle.» E TAYLOR, Maxwell, 1988, pp. 2-3, cita uma afirmação que põe claramente o problema «The United States Ambassador to the United Nations in 1972, Charles Yost, expressed this quite bluntly: “The fact is, of course, that there is a vast amount of hypocrisy on the subject of political terrorism. We all righteously condemn it — except where we ourselves or friends of ours are engaging in it. Then we ignore it, or gloss over it, or attach to it tags like ‘liberation’ or ‘defense of the free world’ or ‘national honor’ to make it seem like something other than what it is”».

no seu combate,<sup>4</sup> deverá centrar-se no que será a sua forma específica de prática da violência, patente, desde logo, na própria acção terrorista.

É esse o entendimento, entre outros, de Raymond Aron e da *Rand Corporation*. Ao contrário da maior parte das muitas diferentes definições de terrorismo<sup>5</sup> que se podem encontrar em inúmeros livros e artigos de revistas dedicados a este assunto, e mesmo em documentos oficiais, tanto aquele autor como aquela Instituição definem o terrorismo independentemente dos agentes ou dos objectivos. Para Raymond Aron,<sup>6</sup> «é dita terrorista uma acção de violência cujos efeitos psicológicos estão fora de proporção com os resultados puramente físicos». Para a *Rand Corporation*,<sup>7</sup> «o terrorismo não pode ser objectivamente definido senão pela natureza do acto em si, independentemente da identidade daqueles que o cometem ou da causa que representam. Quanto ao acto como tal, a sua característica é a de procurar produzir um efeito psicológico (de terror) muito superior aos danos físicos causados.»

As duas definições, muito semelhantes, elegem pois como elemento necessário e suficiente, para a caracterização da acção terrorista, a deliberada potenciação dos efeitos psicológicos obtidos a partir da violência. De facto, o conceito de terrorismo está ligado à ideia de utilização do terror com fins políticos ou sociopolíticos. Ora, o terror não é senão o medo exacerbado, levado a extremos de intensidade e, por sua vez, o medo é gerado pela violência e acompanha sempre o acto violento. Deste modo, o terrorismo reconduz-se à prática da violência, de que será uma modalidade.

Toda a situação em que a violência acontece pode, portanto, ser terrorismo mas nem toda a violência é terrorismo. Não se trata da utilização da violência intencionalmente

---

4 MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, p. 22, escreve: «The term slips and slides with elusive imprecision which is fine for the gurus of the media but leads us into all sorts of difficulties. It inflates the statistics and thus makes the problem appear to be even bigger than it really is, thereby causing even greater alarm. Indiscriminate labeling also complicates the task of understanding the character of terrorism, and until we understand the problem then we are not going to cope with it.» E também LAQUEUR, Walter, 1987, a pp. 28-29 «Que é terrorismo? Seria altamente desejável que todas as discussões desta violência, (...) fossem baseados em uma definição clara, exacta e abrangente. Seria ideal que houvesse um acordo sobre se o terrorismo é violência em geral ou alguma forma particular de violência; se a ênfase deve recair em seus objectivos políticos, em seus métodos de combate ou no carácter extra normal de sua estratégia; se se deve singularizar o seu carácter intencional e sistemático ou, ao contrário, sua imprevisibilidade e aspecto simbólico ou talvez o fato de que muitas de suas vítimas são inocentes. Acordo sobre uma definição não existe.»

5 SCHMID, Alex, 1984, apresenta uma listagem de 109 definições diferentes, coligidas entre 1936 e 1981 (Segundo referências em LAQUEUR, Walter, 1987, p. 29, e em MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, p. 112). RATHMELL, Andrew, 1992, também o refere «For a comprehensive study of definitions see, A. Schmid, ed. Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Data Bases, Theories & Literature, Transaction Books. Amsterdam, 1988».

6 ARON, Raymond, 1962, p. 176. MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, a p. 25, também referem a mesma definição de Aron mas inserida em outra publicação «Raymond Aron, a French commentator and expert political scientist defined it in the following way: “An act of violence is labeled ‘terrorist’ when the psychological effects are out of all proportion to its purely physical result.”», Raymond Aron, *Century of Total War*, London: Derek Verschoyle, 1984.

7 Em *Science et Vie*, Maio de 1986, p. 20.

proporcionada à obtenção de um determinado objectivo, como ocorre normalmente na punição legal de um condenado, num combate durante a guerra, numa emboscada ou golpe de mão de guerrilheiros, mesmo até num motim, ou na acção das forças da ordem que o reprimem. Trata-se de uma utilização desproporcionada, deliberadamente exagerada da violência perversa, porque ao ser pensada friamente nas circunstâncias da sua execução, ignora qualquer tipo de escrúpulos ou limitações legais, morais ou humanitárias, de forma a amplificar o efeito “medo” que, com mais ou menos intensidade, toda a violência provoca.

Algumas definições chamam a atenção para uma outra característica comum a muitas acções terroristas, e típica da prática dos grupos terroristas, que é a de o verdadeiro alvo que pretendem atingir com as suas acções violentas raramente ser o que por elas é directamente atingido, situando-se quase sempre muito para além dele. É isso que nos diz a CIA quando afirma que «terrorismo é a ameaça ou uso da violência, para fins políticos, por indivíduos ou grupos, com a intenção de chocar ou intimidar um grupo alvo mais vasto do que as vítimas imediatas»,<sup>8</sup> ou Paul Wilkinson, afirmando que «terrorismo consiste em três elementos básicos: a decisão de usar o terrorismo como arma sistemática por parte dos praticantes da violência, as próprias ameaças ou actos de extraordinária violência, e os efeitos dessa violência sobre as vítimas imediatas – o grupo alvo ou audiência – e sobre a mais ampla opinião nacional ou internacional que os terroristas podem procurar intimidar ou influenciar»,<sup>9</sup> assim como Jerold M. Post, ao escrever, citando e concordando com A. P. Schmid, que «o que distingue o terrorismo das outras formas de violência política é a diferenciação, a separação, entre o alvo da violência, isto é, a vítima inocente ou não combatente, e o alvo da influência, isto é, a população em geral ou a elite dos decisores»<sup>10</sup>.

Schmid, por sua vez, referindo a ajuda dos comentários e críticas de mais de 50 académicos, redefiniu uma sua anterior definição nestes termos: “Terrorismo é um método de repetida acção violenta inspirando ansiedade, empregue por actores semi-clandestinos, indivíduos, grupos ou Estados, por razões idiossincráticas, criminosas ou políticas, na qual – ao contrário do assassinato – os alvos directos da violência não são os alvos principais. As vítimas imediatas da violência são em geral escolhidas aleatoriamente (alvos de opor-

---

8 WHITE, Eston P., 1986, p. 233.

9 WILKINSON, Paul, 1979, a p. 99. Em outro seu escrito, 1990, a pp. 1-2, Wilkinson, embora definindo terrorismo com mais detalhe, mantém a ideia do alvo principal estar para além das vítimas imediatas «Terrorism is a weapon or method which has been used (...) for a whole variety of political causes or purposes. This special form of political violence has five major characteristics: it is premeditated and aims to create a climate of extreme fear or terror; it is directed at a wider audience or target than the immediate victims of the violence; it inherently involves attacks on random and symbolic targets, including civilians; the acts of violence committed are seen by the society in which they occur as extra-normal, in the literal sense that they breach the social norms, thus causing a sense of outrage; and terrorism is used to try to influence political behavior in some way.»

10 POST, Jerrold M., 1990. O trecho transcrito encontra-se a p. 35, e a citação a que se refere é de A. P. Schmid, *Political Terrorism: A Research Guide to Concepts, Theories, Data Bases, and Literature*, Amsterdam, 1983.

tunidade) ou selectivamente (alvos representativos ou simbólicos) dentro de uma determinada população, e servem como geradores de mensagens. Processos de comunicação, baseados na ameaça e na violência, (...) são utilizados para manipular os alvos principais (audiências) tornando-os objectos do terror, de exigências, ou de chamadas de atenção, conforme prioritariamente seja pretendida a intimidação, a coacção ou a propaganda.»<sup>11</sup>

Deste modo, conforme claramente explicam Eric Morris e Alan Hoe «Terrorismo é a ameaça ou uso de violência extraordinária para fins políticos. Tais actos, contudo, são simbólicos mais do que instrumentais e são praticados mais para efeitos psicológicos do que materiais. É este aspecto do conteúdo psicológico que constitui a chave para entender o terrorismo nos dias de hoje. A propaganda armada da violência é um “teatro” para o terrorista, onde o alvo é a audiência, atingida por intermédio dos meios de comunicação social. Neste contexto, a vítima simplesmente torna-se um símbolo.»<sup>12</sup>

Temos, pois, o medo amplificado que o terrorista procura provocar na sua utilização perversa da violência, como sendo a arma decisiva para atingir aqueles que pretende coagir, e que geralmente se situam para além das suas vítimas imediatas, as quais funcionam assim como meros símbolos ou elementos de comunicação. Essa amplificação do medo provocado, o terrorista usualmente procura-a actuando segundo um, ou mais, dos seguintes vectores:

- Espectaculosidade, procurando o maior sensacionalismo possível, chamando o máximo da atenção pública para o seu acto;
- Crueldade, provocando sofrimento desnecessário, mostrando total ausência de piedade, alargando deliberadamente o número de vítimas, destruindo e mutilando, mesmo para além do que os objectivos imediatos do seu acto violento exigiriam;
- Imprevisibilidade, quanto ao momento, ao local, e às vítimas, atingindo indiscriminadamente homens e mulheres, crianças e velhos, mesmo sem terem relação alguma com o conflito.

Destes três vectores, a imprevisibilidade é talvez, para o terrorismo, o elemento mais contraproducente a prazo, pois se num primeiro momento aumenta e alastra o medo, num segundo tempo potencia a reacção e facilita a generalizada aceitação de medidas mais duras contra os terroristas.<sup>13</sup>

---

11 SCHMID, Alex P. 1993, pp. 8-9.

12 MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, p. 25.

13 BREMER III, L. Paul, 1993, p. 257, «By the end of the 1970s outrage at terrorist acts slowly began to turn the tide of public opinion in the West. Increasingly, people realized that nothing justified what they were seeing. Perhaps more than anything, the ever-expanding circle of targets for terrorist attack brought about change. People and governments began to realize that terrorists could and would attack anyone, including erstwhile sympathizers. (...) As a result of these changes, the West began to develop a clear, overall strategy to deal with terrorism.» E em RATNESAR, Romesh, 2004b, pp. 63 a 65, «The excesses of the Al-Zarqawi-led jihadists – in particular, their indiscriminate targeting of Shiite civilians – have alienated nationalist groups that condemn attacks on innocents.»

Finalmente, parece-nos importante para melhor qualificar a especificidade dessa forma de violência a que chamamos terrorismo, acrescentar um outro elemento, referido por Schmid,<sup>14</sup> que é o de este constituir o “equivalente a crimes de guerra em tempo de paz”, isto é, a prática do terrorismo, sendo embora violência cometida em situações de paz, consiste em acções que, em todo o mundo civilizado, juridicamente se incluem nos bem caracterizados crimes de guerra. E mesmo que se considere a luta contra o terrorismo uma forma de guerra, assunto que discutiremos adiante e que está longe de merecer consenso, ainda assim teríamos, na mesma, o terrorismo como constituindo uma inaceitável prática sistemática de crimes de guerra.

## 1.2. Uma tentativa de sistematização

A grande variedade de formas daquilo a que se tem chamado, ou pode chamar, terrorismo, faz, naturalmente, apelo a uma sistematização, a qual, por sua vez, ajuda a precisar a definição do conceito.

Existem muitas propostas diferentes para a classificação dos terrorismos, como por exemplo, a de Sam C. Sarkesian, que considera a existência de três tipos: o “acto terrorista isolado”, o “terrorismo revolucionário”, e o “apoiado por Estados”, ou a de Stephan Sloan, que refere três diferentes categorias: a do “Estado terrorista”, a do “terrorismo apoiado pelo Estado”, e a do “terrorismo sem suporte estatal”,<sup>15</sup> ou a de Paul Wilkinson, que distingue «pelo menos quatro tipos principais de movimentos terroristas actualmente activos:

- (1) movimentos nacionalistas, autonomistas, ou de minorias étnicas;
- (2) seitas ideológicas ou sociedades secretas procurando alguma forma de “justiça revolucionária” ou de libertação social;
- (3) grupos de exilados ou de emigrados com aspirações irredentistas, separatistas, ou revolucionárias, relativamente ao seu país de origem;

---

14 SCHMID, Alex P., 1993, a p. 12 «What is needed is a legal definition to which many can agree. I submit that such a legal definition already exists in the category of 'war crimes'. (...) Included among the acts prohibited by the laws of war are attacks on persons taking no active part in hostilities. This also includes members of the armed forces who have laid down their arms. The protection of the non-combatant and the innocent stand at the core of international humanitarian law as codified in the Hague Regulations and Geneva Conventions. The rules of war prohibit not only violence against captives but also hostage-taking as well as most other atrocities committed by terrorists. (...) The attack on the undefended is not an unsought side-effect but a deliberate strategy. Categorizing acts of terrorism as war crimes is also appropriate in the sense that terrorists consider themselves as being at war with Western democracies. (...) Since they are not fighting by the rules of war they turn themselves into war criminals. Terrorism distinguishes itself from conventional and to some extent also from guerrilla warfare through the disregard for principles of chivalry and humanity contained in the Hague Regulations and Geneva Conventions. I believe that Western policy-makers would do well to choose a restricted legal definition of terrorism as 'peacetime equivalents of war crimes'.»

15 JORGE, João Carlos M S Guedes, 2005, p. 23, citando SARKESIAN, Sam C. – U.S. National Security. Boulder: Lynne Rienner Publishers. Inc., 1995, p.39 e SLOAN, Stephen – Beating International Terrorism. Maxwell AFB, Ala.: Air University Press, 2000, pp. 31-36.

- (4) “gangs” transnacionais dispendo de terroristas e de suporte logístico de dois ou mais países, geralmente em nome de algum vago objectivo “revolucionário mundial”». <sup>16</sup>

Mais completa, poderemos encontrar a tipologia elaborada por Joaquim A. Franco Pinheiro, e por este apresentada em dois artigos publicados na revista Nação e Defesa. No primeiro divide os terrorismos em terrorismo de Estado «...arma de ditadores e de tiranos, apoiados em poderosas polícias políticas ou em organizações congêneres e secretas.» e terrorismo privado «...aquele que, no interior dos Estados atingidos, não é imputável ao Poder; pelo contrário, ele visa desestabilizar e, se possível, destruir o Estado.», subdividindo este último em «terrorismo romântico ou justiceiro, porque mata tiranos, carrascos e supliciadores (caso do terrorismo revolucionário anticzarista, na sua pureza inicial); um terrorismo patriótico, visando autoridades de ocupação (caso das várias “Resistências”, durante a Segunda Guerra Mundial); e finalmente um outro fundamentalmente antidemocrático e desestabilizador a que chamaremos pseudo-revolucionário, que “preenche com sangue o vazio da sua retórica” (caso das “Brigadas Vermelhas”)». <sup>17</sup>

No segundo artigo reformula a classificação anterior introduzindo outras designações: «O terrorismo repressivo é um *terrorismo de Estado*, sistemática e claramente fomentado pela Revolução Francesa, na fase do Terror. Actualmente, é o terrorismo a que recorrem vários Estados totalitários. Embora algumas vezes invoque a Revolução (...) o facto é que visa reprimir, subjugar ou aniquilar grupos cuja forma de agir, ou simplesmente de pensar, a autoridade considera indesejável. (...) O *terrorismo revolucionário* despontou com a luta anticzarista, na Rússia. Inicialmente, era romântico: os terroristas eram idealistas e usavam o terror selectivo contra as autoridades, com o objectivo de libertar o povo das violências e injustiças da autocracia. É um terrorismo antiestatal e o seu objectivo proclamado é a “revolução”, entendida como mudança do tipo de sociedade e das suas estruturas e instituições, com vista à instauração de um regime novo, supostamente favorável às classes dominadas. O *terrorismo libertador ou patriótico* aproveita os ensinamentos da doutrina incipiente do terrorismo revolucionário e serve-se deles contra tiranos, usurpadores ou ocupantes estrangeiros, com o objectivo de restituir a liberdade aos cidadãos do país dominado ou ocupado. Foi o terrorismo das “Resistências” em vários países europeus, durante a Segunda Guerra Mundial. (...) O terrorismo moderno (...) distingue-se dos restantes pela sua tendência para a internacionalização (...). Apresenta duas faces, dependentes das motivações: uma, é a independentista ou separatista; a outra, é a vontade fanática de destruição do regime vigente. O terrorismo com motivação independentista ou separatista, quando tal motivação fosse realmente justificada, poderia confundir-se com o terrorismo libertador. Mas o que acontece no mundo de hoje é o envenenamento desse terrorismo por auxílios estrangeiros que dele

---

16 WILKINSON, Paul, 1979, pp. 103-104.

17 PINHEIRO, Joaquim A. Franco, 1979, pp. 14 a 18.

se servem para a desestabilização em certas áreas geográficas e para a imposição de regimes que lhes sejam favoráveis (exemplos da OLP, IRA, ETA, etc.). (...) Quando a motivação é a vontade fanática de destruição de um regime, (...) estamos perante um terrorismo fundamentalmente desestabilizador. Ele seria compreensível, se fosse dirigido contra Estados totalitários. Porém, na realidade, verificamos que visa quase sempre Estados democráticos, pelo que além de desestabilizador é antidemocrático (casos do Baader-Meinhof, Brigadas Vermelhas, Exército Vermelho japonês, etc.).»<sup>18</sup>

André Melo Bandeira,<sup>19</sup> por sua vez, afirma que, geralmente, se distinguem «quanto ao âmbito e sujeitos envolvidos “Terrorismo Internacional”, “Terrorismo Transnacional”, “Terrorismo Nacional” e “Terrorismo de Estado” e, por razões ideológicas, “Terrorismo nacionalista”, “Terrorismo Revolucionário” e “Terrorismo Tático”». Acrescenta que se podem «ainda usar outros critérios e falar, como faz Peter Waldmann, em “Terrorismo Social-Revolucionário”, “Terrorismo Nacionalista”, “Terrorismo Religioso” e “Terrorismo Vigilantista” este último exemplificado com grupos como os chamados ‘esquadrões da Morte’ (...) ou outros, apostados geralmente em defenderem uma organização de Poder já instalada e legitimada mas que se não exerce ou se exerce deficientemente» ou, como faz Hacker distinguindo, «do ponto de vista da Psicanálise, três tipos fundamentais de terroristas: a) Cruzados, b) Loucos, c) Criminosos.» Bandeira termina esta sua muito sucinta referência aos diversos tipos de terrorismo concluindo que «Todos os critérios e tipologias são falíveis e todo o tipo de definições esbarra com a vacuidade sociológica ou com a não menos prejudicial precipitação positivista.»

Embora reconhecendo a parcial verdade desta afirmação, não será menos verdade que a variedade de tipos de terrorismo exige que se tente sistematizá-los de algum modo, a fim de tentar perceber as suas semelhanças e afinidades e, ao mesmo tempo, distinguir aspectos fundamentais que efectivamente os diferenciam. Não tendo encontrado nas leituras efectuadas nenhuma classificação que inteiramente me satisfaça, quer por insuficiente abrangência, quer pelo que considerei deficiente clareza na definição dos tipos ou na organização sistemática, quer por partirem de concepções de terrorismo diferentes da que elegi como mais apropriada e que apresentei nas páginas anteriores, procurarei seguidamente elaborar uma, tão simples e abrangente quanto possível, conjugando dois critérios principais: o dos agentes e o dos fins.

Em linhas muito gerais, e com base nos agentes praticantes de “acções terroristas”, julgo que se podem considerar dois tipos principais de terrorismo: “terrorismo de Estado”, em que os agentes pertencem ao aparelho de Estado ou dele directamente dependem, e terrorismo fora do aparelho de Estado, em que os agentes, ou são independentes da Administração Pública e das Forças Armadas ou, se àquela ou a estas pertencem, actuam à sua revelia. Este segundo tipo de terrorismo, a que chamarei “privado”, tal

---

18 PINHEIRO, Joaquim A. Franco, 1982, pp. 54-55.

19 BANDEIRA, André Sopas de Melo, 2005, p. 278. A citação que faz de WALDMANN, Peter, refere-se a *Terrorismus – Provokation der Macht*, Munchen, Gerling Akademie Verlag, 1998.



como diz Franco Pinheiro, é normalmente, ainda que nem sempre, dirigido contra as autoridades do Estado.

Utilizando como ponto de partida aquela dicotomia e aplicando-lhe agora o critério dos fins, julgo que o “terrorismo de Estado” se poderá subdividir em dois tipos principais. Um, praticado normalmente em tempo de paz, o medo substituindo a autoridade para impor ou consolidar um poder político despótico, a que poderemos chamar “terrorismo policial”.<sup>20</sup>; o outro, que se poderá designar “terrorismo militar”, praticado normalmente em tempo de guerra, seja esta internacional ou civil, procurando atingir selectiva e intensamente as forças morais do inimigo.<sup>21</sup> Nenhum destes dois tipos de terrorismo inclui “grupos terroristas”, no sentido que retive para esta expressão no início deste trabalho, consistindo ambos, simplesmente, na prática de “acções terroristas”, em complemento de outras actividades, policiais, administrativas, militares, que são as verdadeiramente características dos grupos ou organizações que, esporádica ou mesmo sistematicamente, praticam também essas acções terroristas.

Quanto ao terrorismo “privado”, pode, segundo o critério dos fins, dividir-se em três tipos. Um será o terrorismo a que chamarei “guerrilheiro”, complemento da acção da guerrilha, durante uma “guerra menor”,<sup>22</sup> dirigido contra o Estado-aparelho ou contra uma Potência invasora ou colonizadora, praticado por grupos de guerrilheiros, ou por elementos sob o seu controlo. Também neste caso estaremos, portanto, em presença de uma forma de terrorismo que não é praticada por “grupos terroristas” mas que decorre de “acções terroristas” praticadas por grupos caracterizados por um outro tipo de actividade, neste caso a guerrilha, que neles será a predominante.

Um outro tipo de terrorismos “privados” será o terrorismo que define por si os seus fins últimos e os busca exclusivamente, ou quase exclusivamente, pelo terror, ao qual chamarei “autónomo” e que será, portanto, um terrorismo dirigido contra o

---

20 A utilização do terrorismo de Estado em tempo de paz implica a substituição ou a fundamentação da autoridade pelo medo, o que pode ser devido à personalidade do chefe, ou à influência de um fanatismo ideológico, e posto em prática por um grupo que se apodera do poder político, por uma classe social dominante, por um partido político, por uma etnia ou uma religião que controla o aparelho do Estado.

21 Tanto a História antiga como a moderna fornecem-nos abundantíssimos exemplos deste tipo de terrorismo, como a sistemática chacina dos habitantes das cidades que resistiam a determinados invasores, mongóis, turcos, vikings, etc., ou a deliberada brutalidade contra prisioneiros ou contra combatentes irregulares, para facilitar rendições ou submissões. Segundo alguns autores poderá mesmo incluir também os bombardeamentos de zona da II Grande Guerra, ou a estratégia contra cidades que constitui um dos componentes da dissuasão nuclear. Aliás, conforme nos lembra ARON, Raymond, 1975, a p. 175 «A palavra terror tem sido empregue, na nossa época, em pelo menos quatro contextos: (...) para designar os bombardeamentos das cidades, (...) para estigmatizar a acção dos resistentes ou dos nacionalistas, (...) para caracterizar um dos aspectos dos regimes totalitários, (...) para designar a relação de dupla impotência entre os dois grandes».

22 “Guerra menor” é a designação tradicional que, embora hoje muito pouco utilizada, continuo a considerar preferível para designar as guerras em que pelo menos uma das partes combate com base em populares armados (forças irregulares), guerras essas também designadas como “guerras revolucionárias”, ou “subversivas”, ou “de guerrilha”, ou ainda, mais recentemente, como “conflitos assimétricos” ou, também, “conflitos de baixa intensidade”, tudo designações que limitam, seccionam ou, pelo contrário, alargam excessivamente, a abrangência deste tipo de guerras.

Estado, por vezes mesmo contra a sociedade em geral, praticado por grupos que, por fazerem do terrorismo a sua forma exclusiva, ou largamente dominante, do uso da violência, devem ser designados, com propriedade, como sendo “grupos terroristas”. É este terrorismo que normalmente se refere quando, hoje em dia, se fala em terrorismo, e que, por vezes, é designado por “terrorismo moderno”, sendo mesmo, com alguma frequência, considerado por alguns como uma “nova” forma de “guerra”.

Este terrorismo “autónomo”, por sua vez, subdivide-se, conforme os fins visados, ligados ora a “radicalismos religiosos”, como os de alguns grupos e movimentos fundamentalistas islâmicos, xiitas, ou sunitas, ora a “radicalismos nacionalistas” ou “separatistas”, como os da ETA, ou do IRA, ou dos movimentos palestinianos, ora a “radicalismos ideológicos”, por via de regra muito confusos e rudimentares na expressão das suas motivações políticas, como os das “Brigadas Vermelhas” italianas, das “FP-25” portuguesas, do “Exército Vermelho” japonês, da “Acção Directa” francesa, etc.

Tanto os “terrorismos autónomos religiosos” como os “terrorismos autónomos nacionalistas” têm características peculiares, devido à natureza dos respectivos fins (defesa de uma fé, ou luta pela independência de uma comunidade, ou contra um invasor) que professam. Esses fins, que, aliás, em certos casos como na Palestina, se podem conjugar, diferenciam-nos dos “terrorismos autónomos ideológicos”, garantindo-lhes uma significativa margem de apoio popular, por vezes importante, a qual quase sempre é apenas residual nos “ideológicos”. Desse modo são geralmente impelidos no sentido do alargamento da sua acção, até se transformarem em guerrilha e, ou, criarem infra-estruturas políticas suficientemente credíveis para poderem ser aceites como interlocutores em processos de negociação política, o que também só muito raramente acontece com os “autónomos ideológicos”.

Tal como a guerrilha, mas talvez ainda mais do que esta, o terrorismo “autónomo” é muito dependente dos apoios externos. Sem eles, as suas possibilidades de longa duração que, como é sabido, são condição indispensável para o êxito de qualquer “guerra menor”, são muito limitadas. Esta necessidade premente dos apoios externos abre a possibilidade da utilização desta forma de terrorismo como instrumento de estratégias indirectas no âmbito das relações internacionais, o que efectivamente tem vindo a acontecer com muita frequência.

O terrorismo “autónomo” tem tendência a transformar a violência de meio em fim. Isso deve-se, quer a uma hiper-valorização da violência que os terroristas consideram libertadora, purificadora, conforme as teorias de autores como Fanon e Sartre, e como único meio possível para atingir as suas “nobres” finalidades, conforme frequentemente declaram, quer a uma correspondente desvalorização da acção política, cuja teorização é neles quase sempre incipiente,<sup>23</sup> desvalorização essa que também deriva da condenação absoluta da sociedade actual que, sobretudo para os terrorismos do tipo “autónomo

---

23 É a estes tipos de terrorismos que se aplica plenamente a frequentemente citada afirmação de Jean-François Revel, “O terrorismo preenche com sangue o vazio da sua retórica”, *L'Express*, n.º 1426.

ideológico”, por ser irremediavelmente capitalista e burguesa, e para os “autónomo religioso”, por ser generalizadamente imoral e ímpia, não tem aproveitamento possível devendo ser completamente destruída.

Finalmente, o terrorismo “privado” compreende ainda um terceiro tipo de terrorismos que se orientam não propriamente contra o Estado, nem contra a situação social global, mas sim contra determinadas minorias, ou grupos marginais, que pretendem eliminar, reduzir, ou, pelo menos, amedrontar, para neutralizar, submeter ou “pôr no seu lugar”. É um terrorismo que, embora designado como “vigilantista” por Peter Waldmann conforme atrás referi, considero preferível chamar “social”, já que, mais do que uma finalidade política é sobretudo o ataque a uma determinada parcela da sociedade que os motiva. Ao longo da História tem sido praticado por grupos organizados, elegendo como forma de acção exclusiva ou largamente predominante a acção terrorista, portanto “grupos terroristas”, contra etnias, raças, minorias religiosas, supostos delinquentes, etc., de que são exemplos bem conhecidos o centenário Ku-Klux-Klan, contra os negros americanos ou, nos nossos dias, os denominados “esquadrões da morte”, contra os criminosos ou suspeitos de o serem.

Cabe ainda nesta tentativa de classificação distinguir terrorismo “internacional” de “nacional”, dicotomia que atravessa toda a árvore classificativa que atrás apresentei, embora se aplique com mais propriedade à prática dos terrorismos autónomos.

De facto, a distinção entre terrorismo nacional e internacional pode fazer-se com base na nacionalidade dos agentes e, ou, das vítimas e, ou, na localização ou natureza dos alvos e, ou, nos locais em que é praticado e, ou, nos apoios que recebe. Embora não exista inteira coincidência entre os diversos autores e organismos quanto à forma como efectuam esta qualificação, poderemos considerar que, numa visão mais abrangente e de acordo com a que me parece ser tendência dominante entre os académicos que se dedicam ao estudo desta matéria, o terrorismo será internacional quando nele ou na preparação das suas acções cooperem agentes de mais de um país e, ou, quando as suas vítimas, ou os seus alvos, ou o lugar da prática dos seus atentados, pertençam a um, ou se localizem num país diferente daquele a que pertence o grupo terrorista e, ou, o grupo terrorista seja apoiado por um ou mais Estados soberanos que instrumentalizam ou tiram proveito da sua actividade.<sup>24</sup>

### 1.3. Um “Terrorismo Moderno”?

Ligando-se à problemática geral do conceito de terrorismo, ocorrem por vezes discussões teóricas sobre a existência ou não de um terrorismo característico dos tempos actuais, suficientemente diferente das formas históricas para delas poder ser conceptualmente distinguido.

---

24 Vejam-se a este respeito, entre outros, WILKINSON, Paul, 1984, p. 292, ou 1990, pp. 1 e 2. Veja-se também *Science et Vie*, Maio de 1986, p. 20; ou *Inter-International Terrorism*, 1990, p. 6.

Na verdade, quando hoje se fala e escreve sobre terrorismo, é quase sempre sobre terrorismo “privado”, em particular daquele que denominei “autónomo”. É este, de facto, que, mantendo-se na primeira linha dos noticiários, tem focalizado as atenções gerais, iluminando com essa chamada de atenção sobretudo, inicialmente, o problema palestino, e depois também numerosos outros conflitos que, sem a revoltante actividade dos terrorismos, porventura passariam despercebidos ou seriam menos comentados. A discussão acerca da eventual originalidade de um terrorismo moderno circunscreve-se pois, na prática, ao terrorismo autónomo.

Este, entendido como terrorismo praticado por grupos terroristas que fixam os seus próprios fins últimos e que, para os conseguirem, contam principalmente ou apenas com a utilização perversa da violência, tem antecedentes históricos, dos quais os mais conhecidos terão sido, na Idade Média, a seita xiita dos “assassinos”,<sup>25</sup> e, no fim do século XIX, princípio do XX, as práticas europeias de alguns grupos da corrente anarquista seguidora de Bakunine. Recentemente, a partir dos anos sessenta do século XX, o anarquismo como teoria social voltou a tornar-se popular entre os estudantes e na esquerda intelectual, como forma de oposição aos valores da cultura tecnológica e materialista das sociedades desenvolvidas do “Primeiro Mundo”. Esse renascimento do anarquismo, quando orientado segundo o pensamento de Proudhon, nada tem a ver com o terrorismo mas quando, segundo o pensamento de Bakunine e da sua insistência na necessidade imperiosa da “Acção Directa”, constitui um dos principais elementos teóricos na base do terrorismo do tipo que designámos por “autónomo ideológico”, misturando-se, via de regra, com vectores marxistas, leninistas, trotskistas e maoistas.

O terrorismo “autónomo” está, pois, ligado a antecedentes históricos de que não se distinguirá na sua essência, a qual é a utilização exclusiva da violência para provocar o terror e através deste, alcançar objectivos políticos contra o Estado e contra a organização social vigente. Parece-me, no entanto, ter algumas características próprias, que efectivamente o diferenciam não só das longínquas práticas medievais como das mais próximas formas anarquistas que o precederam entre a 1ª internacional e o fim da guerra civil espanhola. Essas características julgo poderem agrupar-se em quatro conjuntos.

Em primeiro lugar, a frequente fragilidade da sua motivação política, sobretudo evidente nos grupos ligados a radicalismos ideológicos que, no interior de algumas das sociedades mais ricas, mais desenvolvidas, mais livres, e menos injustas, do mundo actual, em nome dos oprimidos, que os ignoram, por vezes os desprezam, ou são mesmo suas vítimas, conduzem uma luta sem verdadeiro sentido, baseada em deturpações conceptuais, em utopias confusas, em revoltas turvas geradas por frustrações ou inaptações pessoais. Esta mesma fragilidade política, menos frequente nos grupos terroristas na-

---

25 Nizaritas, seita surgida na Pérsia, no século XI, como resistência aos turcos seljúcidas e depois estendida à Síria, tendo perdurado até à sua extinção no século XIII pelos mongóis. O seu conhecimento na Europa resultou dos relatos dos cruzados, que falavam em drogados por hashish (os “hashishin”, de onde derivou a palavra assassinos) que, a mando de um “velho” que vivia num “castelo da montanha”, iam matar os seus inimigos ou opositores e rivais, em missões mais ou menos suicidas.

cionalistas, está também patente na maior parte dos grupos terroristas religiosos, como muitos dos islâmicos, proponentes fanatizados de sociedades retrógradas, teocráticas, mais ou menos integradas numa vasta comunidade supranacional islâmica, a “Umma”, de forma análoga à do califado medieval nos primeiros tempos do islamismo.

Apesar de tudo, quer as motivações políticas dos “assassinos” medievais, empenhados na luta contra os invasores e pela conquista do poder nas condições próprias do seu tempo, quer a elaboração teórica dos anarquistas, eram política e ideologicamente melhor estruturadas e, sobretudo, a sua acção desenvolvia-se em sociedades mais afligidas pela miséria e pela opressão, o que dava mais coerência à revolta assumida.

Em segundo lugar, referiria a total “amoralidade” destes contemporâneos movimentos terroristas, que não hesitam em sacrificar seja quem for, mulheres, crianças, doentes, pobres ou ricos, inocentes ou culpados, com o único e obsessivo critério de causar o maior impacto possível na opinião pública, e que consideram que tudo lhes é permitido porque na sociedade actual “ninguém é inocente”. Nesse aspecto, há uma grande diferença relativamente ao terrorista anarquista que, embora culpado por assumir um direito que não tinha, ao menos procurava escolher as vítimas, não apenas se afirmando defensor dos oprimidos, mas procurando efectivamente só atingir os que considerava tiranos. Também os “assassinos” medievais seleccionavam as suas vítimas, de acordo com as suas razões de luta. O massacre completamente indiscriminado, ou a escolha de vítimas sem nexos directos com a opressão que o terrorista alega combater, é realmente uma novidade trágica introduzida na História pelo terrorismo “autónomo” moderno.<sup>26</sup>

Em terceiro lugar, referiria a internacionalização, que se tem vindo a verificar de várias formas, e segundo uma tendência crescente, abrangendo quer a colaboração directa entre movimentos terroristas de diversos países, conjugando agentes ou meios na preparação ou na execução de um mesmo crime, ou facilitando a acção fora do país de origem,<sup>27</sup> quer a colaboração de Estados, proporcionando dinheiro, armas, refúgios e treino, a terroristas de outros países, ou apoiando-os, assim como a agentes secretos do seu próprio país, em acções terroristas no estrangeiro, através das suas embaixadas, ou ainda facilitando o encontro e a cooperação entre determinados movimentos terroristas de diversos países, em acções comuns,<sup>28</sup> quer a constituição de verdadeiras

---

26 Vejam-se a este respeito PINHEIRO, Joaquim A. Franco, 1979, ou MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, a p. 116, ou WILKINSON, Paul, 1990, a pp. 7-8, ou FÉLIX, Carla Sofia, 2004, p. 159, ou LAQUEUR, Walter, 2004, p. 76, ou BESSA, João Manuel de Andrade Pinto, 2006, entre muitos outros.

27 A colaboração ocasional entre grupos terroristas de diferentes países quer para a prática de atentados internacionais quer para a obtenção de meios, tem sido constatada desde os anos sessenta ou setenta do século XX, mas com a emergência, nos anos noventa, da Al-Qaeda de Osama Bin Laden, a colaboração internacional, no caso particular dos grupos terroristas fundamentalistas islâmicos, tornou-se não só muito mais frequente, como estruturada, e sustentada.

28 A lista dos países que têm apoiado ou utilizado grupos terroristas é bastante extensa, incluindo desde a União Soviética e respectivos satélites durante a “guerra fria”, até aos Estados recentemente designados pelo presidente dos EUA como constituintes do “eixo do mal” (Irão, e Coreia do Norte), além de outros, como Cuba (nos anos setenta e oitenta), Líbia, (desde os anos sessenta até aos noventa), Síria

redes internacionais de apoios a, e coordenação de, diversos grupos terroristas ligados a uma determinada motivação.

Esta internacionalização não é inteiramente nova. Os grupos anarquistas do fim do século XIX, início do XX, assim como os dos “assassinos” na Idade Média, estabeleciam por vezes relações entre si através das fronteiras, e são bem conhecidos casos, nos anos vinte e trinta do século XX, de assassinio de opositores dos respectivos regimes no estrangeiro pelos nazis, pelos fascistas e pelos soviéticos, ou de apoio aos terroristas croatas da Ustasa pelos governos da Itália e da Hungria. Mas nunca foi tão intensa, nem antes envolveu com tanta frequência e persistência governos de Estados soberanos,<sup>29</sup> nem nunca levou à constituição de redes internacionais com consistência e dimensão comparáveis à da actual Al-Qaeda. Na base desta evolução estão as condições do mundo actual, os seus conflitos, em especial o problema político-religioso do Médio Oriente e, enquanto durou, o confronto ideológico Leste-Oeste, bem como as facilidades de comunicação e de transporte. Por sua vez, a internacionalização do terrorismo autónomo abre a possibilidade do seu aproveitamento por estratégias indirectas, o que tem estado a ser feito, contribuindo também para o aparecimento e desenvolvimento desta tendência.

Por fim, será de assinalar a frequente e ampla ligação de muitos grupos terroristas ao crime organizado, desde o contrabando de drogas e de armas, até à extorsão sistemática de contribuições pecuniárias a empresários e negociantes (designada como “imposto revolucionário” pelos terroristas), incluindo também muitas vezes assaltos a bancos e raptos de civis para obter resgates em dinheiro. Tal ligação ao crime comum, embora também acontecesse, era relativamente rara e, sobretudo, mais limitada no seu âmbito, entre os anarquistas de antes da II Guerra Mundial.

---

(desde os anos setenta até hoje), Afeganistão (durante o regime dos “taliban”), Iémen do Sul e Sudão (nos anos noventa) Paquistão (apoando “talibans” no Afeganistão e ataques terroristas em Caxemira e na União Indiana), etc.

- 29 Conforme refere LAQUEUR, Walter, 1987, pp. 28-29, «Se houve um fenómeno significativo durante a última década, não foi o fato de o estado praticar a opressão, mas sim de patrocinar o terrorismo. É claro que esta atitude não surgiu nos anos 70, pois são conhecidas desde os tempos mais remotos tentativas de governantes ambiciosos ou vingativos de enfraquecer a ordem política ou social em outros países. (...) Esse maquiavélico processo assumiu hoje certas características que o tornam mais perigoso e difuso do que no passado.» Também este aspecto é salientado por WILKINSON, Paul, 1984, a pp. 292-295 «It is also important to note that state-sponsored international terrorism is not a novel phenomenon. Stalin sent his agents abroad to murder those he judged to be enemies of the Soviet Union. Trotsky was perhaps the most famous victim of Stalin's international terrorism. There were scores of others. The fascist states also used international terrorism between the wars. For example, fascist Italy and Hungary provided money, shelter and training centers for the Croatian Ustasa terrorist movement, dedicated to establishing an independent state of Croatia. A member of VMRO, a Macedonian terrorist organization working in league with the Ustase, succeeded in assassinating King Alexander I of Yugoslavia and Louis Banhou, the French Foreign Minister, in Marseilles in 1934».

## 2. Evolução

A sumária análise da evolução dos terrorismos, que se segue, debruçar-se-á apenas sobre o que respeita aos grupos terroristas praticantes do que tenho designado como sendo “terrorismo privado”, nas suas versões de “terrorismo autónomo” e de “terrorismo guerrilheiro”, já que são estes que concentram a quase totalidade do terrorismo internacional dos últimos 40 anos,<sup>30</sup> e que, na medida em que recorrem cada vez mais à internacionalização, constituem uma mais séria ameaça à ordem e estabilidade não só de muitas comunidades do mundo contemporâneo como também da própria Comunidade Internacional como um todo.

### 2.1. Dos anos sessenta a finais dos anos oitenta

O moderno terrorismo internacional praticado pelo terrorismo privado pode considerar-se ter começado a assumir proporções ameaçadoras só a partir de finais dos anos sessenta do século XX.<sup>31</sup> Desde então, e até finais da década dos anos oitenta, manteve um crescimento irregular mas constante,<sup>32</sup> predominando nele a actividade de grupos e movimentos de cariz laico, nacionalistas, como os palestinianos, o IRA ou a ETA, e ideológicos, de esquerda, mais ou menos anarquistas, maoístas ou trotskistas, como o Baden Meinhoff, ou as Brigadas Vermelhas ou, com bastante menos rele-

---

30 No domínio do terrorismo internacional verificaram-se também diversas acções de “terrorismo de Estado policial”, praticadas por agentes ao serviço de governos de países como o Irão, a Líbia, o Iraque, a Bulgária, a Coreia do Norte, na maior parte das vezes para eliminarem opositores refugiados em países estrangeiros, mas o número, quer de incidentes, quer de vítimas, deste tipo de acções, tem sido sempre muito inferior ao produzido pelos “terrorismos privados”, quer “autónomo”, quer “guerrilheiro”.

31 WILKINSON, Paul, 1990, p. 2 «The real burgeoning of modern international terrorism did not occur until the end of the 1960s. International incidents of terrorism have increased tenfold since 1968 and now directly affect, to some degree, over half the countries in the international system».

32 JENKINS, Michael, 1986, pp. 255-256 «the total volume of international terrorism, measured by the number of incidents, has increased. It traces an irregular line with peaks and valleys, but the trajectory is clearly upward. Overall, the volume of terrorist activity has grown at an annual rate of about 12 to 15 percent. If that rate of increase continues, we could see between 800 and 900 incidents a year by the end of the decade (...) The increase in the volume of terrorist activity has been matched by the geographic spread of that activity — a slow, long-term trend. The number of countries experiencing some sort of terrorist activity has increased each year. In the late 1960s, international terrorist incidents occurred in an average of 29 countries each year. This average climbed to 39 countries in the early 1970s and 43 in the late 1970s. For the first three years of the 1980s, the average number of countries experiencing international terrorist incidents was 51, and for the period 1983 to 1985, it was 65».

vância, de direita, mais ou menos nazis ou fascistas, designadamente nos EUA e na Turquia.

No entanto, a partir da revolução iraniana que em 1979 derrubou o Xá e instaurou no Irão um regime teocrático islâmico dirigido pelos sacerdotes xiitas (aiatolas), e da invasão do Afeganistão, nesse mesmo ano, pela União Soviética, ajudando um partido comunista alinhado com as directrizes de Moscovo a tomar o poder nesse país, diversos grupos terroristas religiosos islâmicos foram surgindo e progressivamente vindo a desempenhar um papel de crescente importância no âmbito do terrorismo internacional.

Destes, o primeiro a chamar a atenção, desde 1982, pela intensidade crescente da sua actividade, dirigida principalmente contra Israel mas também contra alvos ocidentais, assim como libaneses, no decurso da guerra civil que então lavrava no Líbano, foi o movimento terrorista xiita libanês Hezbollah, patrocinado e apoiado pelo Irão e também pela Síria.<sup>33</sup> Outros grupos terroristas religiosos xiitas se lhe seguiram, assim como alguns sunitas, como o Hamas,<sup>34</sup> fundado em 1987, sedeados sobretudo no Médio Oriente, mas sem que o seu impacto total no terrorismo internacional tenha retirado aos terrorismos laicos, quer ideológicos de esquerda, quer nacionalistas, um papel nele dominante até finais da década dos anos oitenta.

---

33 Conforme se pode ler no *Inter-International Terrorism*, 1990, a pp. 36-37 «Since the advent to power of Ayatollah Khomeini in Iran in February 1979, terrorism has been employed as a tool of foreign and interior policy by revolutionary Iran. The phenomenon gained impetus in late 1982, when Hezbollah cells began to operate in Lebanon and in the international arena, and Shiite terrorism became one of the most prominent expressions of international terrorism (...) Between 1983 and 1985, (...) Shiite elements were involved in 34-41 incidents per year. In 1986-1987, rates of Shiite terrorism mounted to 65-66 incidents a year, and constituted 17 percent of the total of international terrorist incidents recorded around the globe in 1987» Na p. 39 acrescenta «Damascus, whose armed forces have long controlled parts of Lebanon, has always addressed the Iranian involvement there within the context of its own interests in the region.» E, na p. 41 «Other Shiite organizations closely aligned with Iran and involved in international terrorism included primarily Iraqi groups acting from Iranian territory, and terrorist cells in Kuwait and Saudi Arabia.» Num pequeno artigo recente, «Hezbollah S. A.», publicado no *Expresso* de 05 de Abril de 2008, encontra-se também uma boa síntese da enorme dimensão atingida actualmente por este movimento terrorista, com bases, negócios ilícitos e participação em acções criminosas no Médio Oriente, nos EUA, na América do Sul e em África.

34 Conforme escreveu WILKINSON, Paul, 1990, p. 11 «A further danger (...) is terrorism stemming from militant Islamic fundamentalist groups. Much of the impetus for these movements grew out of the Iranian Islamic Revolution which came to power in 1979-80. The Hezbollah movement in Lebanon and Al-Dawa, active in the Gulf states, are examples of Shi'a movements aimed at establishing Iranian-style Islamic republics. (...) What is not sufficiently well understood is the existence of a strong fundamentalist tradition in any Sunni Moslem communities, (...) Among the Palestinian Arabs in the Occupied Territories we have seen a weird alliance arise between Islamic fundamentalists like the Hamas group and the radical Palestinian groups such as the PFLP.» Também HORCHEM, Hans Josef, 1993, a esse respeito escreve «dos terroristas shiitas han entrado en competición con los ya clásicos ataques de la OLP y de sus organizaciones periféricas. (...) Mientras tanto, el fundamentalismo shiita ha penetrado las poblaciones sunnitas. De Marrakech y Argel, hasta Peshawar y Kabul, una nueva oleada religiosa ha afluído, (...) cuyo fanatismo se nutre de un complejo de inferioridad.»



## 2.2. A transição na primeira metade dos anos noventa

Porém, com a crescente tomada de consciência, nas opiniões públicas e entre os governantes da Europa ocidental e da América, do facto do terrorismo internacional representar uma perigosa ameaça para a forma de vida das democracias liberais, verificou-se durante a década dos anos oitenta um progressivo acréscimo na luta contra essa ameaça, tanto no interior de cada país como na cooperação entre eles.<sup>35</sup> Por outro lado, a retirada soviética do Afeganistão em 1988, e o desmoronamento do regime marxista da União soviética em 1991, induziram uma profunda alteração na configuração do terrorismo internacional ocorrida entre os últimos anos da década de oitenta e meados dos anos noventa.<sup>36</sup>

Os grupos de terrorismo ideológico de cariz marxista ou anarquista, em progressiva diminuição de actividade desde meados dos anos oitenta, tendo perdido os apoios de que tinham beneficiado por parte dos regimes comunistas da URSS e do Pacto de Varsóvia,<sup>37</sup>

---

35 CESDEN, *Boletín de información* n° 219, 1990, pp. 139-140 «Recentes tendências positivas incluem uma mudança na opinião pública, da tolerância para a indignação (...) melhorias na segurança física de instalações privadas e públicas, (...) aumento da cooperação antiterrorista sobretudo a nível das informações (...), reforço das leis antiterroristas (...), a prisão e o castigo de um número crescente de terroristas e o aumento das pressões sobre os Estados patrocinadores. (...) A nível multilateral deve mencionar-se a ratificação da convenção sobre a supressão do terrorismo por membros da Associação da Ásia Meridional para a Cooperação Regional, (...) Por outro lado, a acção militar dos EUA contra Trípoli em 1986 produziu uma redução das actividades do terrorismo líbio. Do mesmo modo, as acções diplomáticas e económicas empreendidas pelos EUA e seus aliados contra a Síria limitaram eficazmente a cumplicidade de Damasco no terrorismo.» E no *Inter-International Terrorism*, 1990, a pp. 55-56 «Iran and Libya have been actively supporting Middle Eastern terrorist groups operating in the international arena since the '80s; Libya and Syria were active already in the Seventies. Since mid-1986 Syria and Libya have reduced the scope and volume of their direct involvement in international terrorism, primarily as the result of a firm response on the part of western states, as well as of developments related to domestic conditions and to the Israeli-Palestinian issue. Iran, on the other hand, has maintained an active involvement in international terrorism. Nevertheless, a relative decrease was evident in the volume of Shiite international terrorism during 1988 and 1989».

36 Em JANKE, Peter, 1993, pp. 24 a 28, pode ler-se «1968, that momentous year of revolution which encapsulated the hopes of the New Left and upon which was based much of the subsequent terrorism in Europe. Since then two significant changes have occurred that have transformed the terrorist scene worldwide. (...) First, in 1979 the Shah was replaced in Iran by a government of mullahs, which gave Islamic fundamentalism a base from which it could receive support. Second, in 1989 communism collapsed, removing from the world scene a government in Moscow that was prepared and, on occasions, did support groups and movements which resorted to terrorism in the pursuit of their own political interests».

37 WILKINSON, Paul, 1990, a p. 19 «There is no doubt that the democratic revolution in Eastern Europe dealt a huge blow against state-sponsored terrorism. All the one-party Communist regimes were deeply implicated in the sponsorship of terrorism throughout the 1970s (...) Information now leaking out from the files of the former security police has already confirmed that thousands of terrorists were trained and helped by Communist regimes, including Palestinian groups, and left-wing groups active in Western Europe. The East Germans helped the Red Army Faction by giving them safe haven, cover and new

e sujeitos a um mais intenso e eficaz combate por parte dos governos democráticos da Europa ocidental, quase desaparecem a partir de 1990.

Os grupos laicos de terrorismo nacionalista apresentam também diminuição da sua actividade, por um lado devido ao reconhecimento de Israel pela OLP e à renúncia do seu líder, Arafat, à prática do terrorismo, em 1988, seguido da celebração, em 1993, dos acordos de Oslo que põem fim à participação daquela organização no terrorismo internacional, por outro devido quer à cooperação da França com a Espanha no combate contra a ETA, que provoca um progressivo enfraquecimento das actividades desta organização, quer à intensificação da luta contra o terrorismo e subsequente início do processo de paz na Irlanda do Norte, que conduzem ao fim das acções terroristas do IRA a partir de 1998.

Também o dirigente líbio Khadafi, activo apoiante desde início dos anos setenta de muitos grupos e movimentos de guerrilheiros e do terrorismo internacional, depois de, em 1986, o seu país ter sido bombardeado pelos aviões dos EUA em retaliação pela comprovada participação dos serviços secretos líbios num ataque bombista em Berlim ocidental matando cidadãos americanos, diminuiu desde então o seu envolvimento no apoio ao terrorismo internacional e, em 1989, decidiu mesmo renunciar à continuação desses apoios declarando publicamente que o terrorismo internacional estava sendo “nocivo para a causa árabe”<sup>38</sup>.

Assim, globalmente, devido sobretudo à conjugação destes factores atrás referidos – drástica diminuição dos patrocínios por parte dos países patrocinadores, evoluções positivas do conflito israelo-palestiniano, e alterações nas atitudes dos governantes, e nas opiniões públicas, em muitos países, proporcionando melhorias no combate ao terrorismo tanto no interior dos países da Europa Central e Oriental como na cooperação internacional<sup>39</sup> – verifica-se um período de relativa diminuição do terrorismo internacional

---

identities. East German training camps like Finsterwalde, near Dresden, were particularly important for passing on techniques of terrorism and assassination. Czechoslovakia was an important source of Semtex and firearms for terrorists. Hungary served as a haven and base for "Carlos," the notorious Latin American terrorist. Poland was for a long period used as a European base for the Abu Nidal group.»

38 Jaffee Center for Strategic Studies, 1990, a p. 82 «Reacting to pressures imposed on him during 1989 by the PLO and Egypt, Libyan leader Qadhafi apparently revised his policy of sponsoring revolutionary organizations. He publicly announced a halt to support for groups perceived as harming the Arab cause. In an interview given in late October to an Egyptian paper, Qadhafi declared that skyjackings and attacks against non-combatants were murderous acts that ill suited the goals of the struggle; therefore he had cut Libyan assistance to the groups involved.»

39 WILKINSON, Paul, 1990, a pp. 8-9 «It seems clear that three major developments combined to have a restraining effect on international terrorist activity in 1989. Firstly (...) In December 1988 Yasser Arafat renounced the use of terrorism, as part of the so-called Geneva declaration designed to create the conditions for formal diplomatic contact between the PLO and the US government. (...) Another factor affecting the level of terrorist group activity was severe internal dissension both within and between the various terrorist factions. (...) A further reason for the drop in international terrorist incidents was the shifts in policy on the part of several key state sponsors of terrorism. (...) A third important trend which undoubtedly contributed to the decline of international terrorism in 1989 was the improvement

entre, sensivelmente, fins dos anos oitenta e meados dos noventa,<sup>40</sup> assente na quase desapareição dos grupos terroristas ideológicos, e no pronunciado enfraquecimento da actividade dos grupos terroristas nacionalistas laicos.

Em troca, os “mujahedin” oriundos da generalidade dos países islâmicos, e da “diáspora” islâmica, combatentes voluntários contra os soviéticos e o governo comunista na guerra civil do Afeganistão, recebem aí treino e experiência operacional de guerrilha e de terrorismo. Muitos deles, regressando aos seus países de origem, fundam grupos terroristas, ou reforçam outros preexistentes, quase todos sunitas, alguns dos quais se tornam intensamente activos desde o início da década dos anos noventa, como na Argélia, ou nas Filipinas, visando a substituição dos respectivos governos por regimes islamitas.

Além disso, os êxitos da revolução iraniana e dos “mujahedin” no Afeganistão incentivam os apelos à “Guerra Santa” e potenciam o apelo da religião em todos os conflitos em que povos muçulmanos se encontram envolvidos, originando um papel cada vez mais relevante do fundamentalismo religioso nos grupos insurrectos islâmicos, tanto entre os puramente terroristas, como entre os guerrilheiro-terroristas, em lutas antigas, como a de Caxemira, entre o Paquistão e a União Indiana, ou a da Palestina, onde os terroristas religiosos sunitas do Hamas e da Jihad Islâmica assumem a liderança da luta contra Israel, ou em lutas mais recentes, como as guerras resultantes da fragmentação

---

in counter-terrorist measures by many governments and the increasing effectiveness of international cooperation between governments and security services. This has been particularly true in the European Community, where the Trevi network and bilateral police cooperation against terrorism has been gradually strengthened». Em outro seu trabalho, 1993a, pp.73 a 75, confirma e acrescenta «International terrorism. (...) there has been a sharp decline in this form of terrorism since 1989. Various reasons have been suggested for this decline: greatly improved intelligence cooperation of the kind displayed by the allies during the Gulf War with Iraq; more effective pressure on the state sponsors of terrorism, (...): the switch in tactics by the moderate Palestinian mainstream leadership away from terrorism towards diplomatic efforts through the Middle East peace talks and the intifada in the occupied territories; (...) Also there can be little doubt that the collapse of the Communist rule in the former Soviet Union and the old Warsaw Pact removed a source of political support, training, weapons and finances». Afirmações semelhantes podem ser também encontradas em muitos outros documentos da mesma época, como, por exemplo, em HORCHEM, Hans Josef, 1993.

- 40 Os dados variam consoante as fontes, designadamente devido às dificuldades inerentes às frequentes confusões entre terrorismo e guerrilha, mas convergem na confirmação desta diminuição. Assim, por exemplo, na publicação *Inter-International Terrorism*, 1990, p. 79, pode ler-se «O volume de actividades de terrorismo internacional palestino durante 1989 foi marcado por um dramático declínio (...) Uma diminuição (...) era já evidente em 1987». Também WILKINSON, Paul, 1990, a p. 7 escreve «500 incidentes de terrorismo internacional em média no início dos anos 80, subindo a cerca de 600 em 1984 e a uma média de cerca de 800 entre 1985 e 1988. Números de 1989 mostram uma bem-vinda queda». E na revista *USA documents*, editada pelo Serviço de Informação da Embaixada dos EUA, 1990, é citado o relatório anual do Departamento de Estado para o Congresso que afirma que os incidentes do terrorismo internacional diminuíram de 856 em 1988, matando 638 pessoas e ferindo 1125, para 528 em 1989, matando 390 pessoas e ferindo 397. O documento assinala também uma grande redução dos incidentes atribuíveis a patrocínio de Estados, de 176 em 1988 (cerca de 20%) para 58 em 1989 (cerca de 10%), e refere que houve um acentuado declínio no terrorismo no Médio Oriente e na sua exportação deste para outras regiões.

da Jugoslávia, na Bósnia e no Kosovo, ou as da Chechénia contra os russos, ou a do Afeganistão opondo entre si facções dos “mujahedin” vencedores, após a retirada soviética, aí com o quase completo triunfo dos guerrilheiros fundamentalistas sunitas “taliban”, apoiados pelo Paquistão.

No entanto, embora crescendo em número e em actividade, neste período os terrorismos religiosos, na sua maioria islâmicos,<sup>41</sup> orientam-se principalmente para o interior dos conflitos nacionais, ainda não atingindo na acção externa o protagonismo necessário à reposição dos níveis que o terrorismo internacional no seu todo tinha alcançado em meados dos anos oitenta.<sup>42</sup>

Ou seja, este breve período de meia dúzia de anos marca uma transição, em que se verifica uma diminuição global do terrorismo internacional, devido sobretudo ao enfraquecimento dos terrorismos ideológicos e, embora em menor grau, também dos nacionalistas laicos, mas em que, por outro lado, se assiste ao progressivo fortalecimento dos terrorismos religiosos, sobretudo islâmicos, os quais, desde a segunda metade dos anos noventa, passariam a dominar a cena mundial, e iriam introduzir um sensível acréscimo da letalidade média, ainda que não propriamente na quantidade, dos atentados efectuados pelo terrorismo internacional.<sup>43</sup>

### 2.3. A emergência da Al-Qaeda

Entretanto, inicia-se um fenómeno novo que iria ter profunda influência no subse- quente desenho do terrorismo “privado” internacional. Um milionário saudita, Osama Bin Laden, “mujahedin” na “jihad” contra os soviéticos e o regime comunista afegão, em 1988, em Peshawar, no Paquistão,<sup>44</sup> cria uma organização, a “Al-Qaeda” (“a rede”),

---

41 Também ocorreram terrorismos religiosos siques, hindus, judeus, cristãos e mesmo budista (este por parte de uma seita auto proclamada budista, que lançou gás venenoso no Metro de Tóquio em 1995).

42 NELAN, Bruce W., 1995, pp. 27-28 «international terrorist incidents are relatively few (321 last year, down from 432 in 1993) (...). In 1968, the first year in which international terrorism seized the headlines, of the eight known groups, all were political, without religious overtones. In 1980, a year after Islamic radicals overthrew the Shah of Iran, overtly religious terrorist groups made their appearance. Of the 48 international groups active in 1992, almost a quarter were religiously motivated (...) Small, charismatic cults are adopting more violent methods as well. These extremist sects appeal to many people in an antipiritual age because they combine their empowering theology with a warm, supportive environment, at least at first. Those who join become part of a close-knit body of believers who are convinced they understand the meaning of history and what the future holds.»

43 WOLF, Martin, 2003, «Desde 1968 houve 14.400 ataques efectuados pelo terrorismo internacional, uma média de 425 por ano. Embora incluindo o 11 de Setembro, o número médio de feridos por ataque foi de 3,6, enquanto a média de mortos foi inferior a um. (...) A emergência dos islamistas, com os seus objectivos radicais, tornou o terrorismo internacional mais letal do que era. Apenas 29% de todos os ataques terroristas desde 1968 ocorreram desde 1990 mas causaram 46% de todas as mortes e 54% de todas as baixas».

44 BERGEN, Peter, 2008, p. 23 «two decades since its founding in Peshawar, Pakistan, Al-Qaeda remains a source of inspiration for certain extremists around the world.»

destinada a fomentar, coordenar e apoiar a luta dos “mujahedin”, em todo o mundo, tanto contra os regimes islâmicos corruptos como contra todos os “infieis” que ocupam terras do Islão. Em 1991, durante a guerra da “Comunidade internacional” contra o Iraque para libertação do Kuwait, rebela-se contra o rei Fahad da Arábia Saudita, por causa da autorização por ele então concedida aos EUA, permitindo o estacionamento de tropas americanas no seu território. Segundo Bin Laden, a presença de forças militares “infieis” profanava a terra natal do Profeta, o território mais sagrado do Islão. Nesse ano Bin Laden refugia-se no Sudão, onde, juntamente com outros islamitas de diversas nacionalidades, na sua maioria, como ele, ex-combatentes no Afeganistão, reforça e desenvolve as actividades da “Al-Qaeda”.<sup>45</sup>

Durante os anos noventa, progressivamente, a Al-Qaeda foi-se impondo no seu papel de centro coordenador e impulsionador do terrorismo islâmico internacional,<sup>46</sup> surgindo como a primeira instituição privada clandestina capaz de apoiar e patrocinar grupos terroristas tal como até então tinha vindo a ser feito apenas por alguns Estados soberanos, com a vantagem sobre estes de, não tendo território nem população a defender, escapar melhor a medidas de coacção por parte dos Estados e da própria Comunidade Internacional. Esta rede terrorista visa um extremamente ambicioso, senão utópico, projecto geopolítico, que pretende a reunião de todo o mundo islâmico da “Umma” (comunidade mundial de todos os muçulmanos) numa mesma entidade político-religiosa sob a lei corânica (a sharia). Esta utopia, aliás, não foi originada pela Al-Qaeda, mas tem antecedentes históricos, e é partilhada pela generalidade dos movimentos terroristas religiosos islâmicos. Conforme escreveu Yves Lacoste em 1990,<sup>47</sup> «Sabe-se que estes grupos islamitas querem impor a sharia, a lei corânica, como único código jurídico, a todos os Estados muçulmanos (ou considerados

---

45 MACLEOD, Scott, 1996, «at 38, Osama Bin Laden personally controls a fortune of perhaps \$300 million. In the 1980s he became famous in Islamic circles for his heroic role fighting the Soviets in Afghanistan as one of the main leaders of the Arab volunteers. (...) he has become a central participant in a loose network that provides funds for Islamic terrorists, (...) In addition to making his own financial contributions, Bin Laden (...) raises money from Islamic businessmen, mainly in the Gulf, runs it through companies in the U.S., Europe and the Middle East and eventually funnels it to holy warriors in various countries. (...) Bin Laden (...) began denouncing the Saudi regime. (...) for its corruption and its failure to adhere strictly to Islamic law. (...) But the real apostasy was King Fahd's decision to allow Western troops into the kingdom during the Gulf War. In Bin Laden's view armed infidels in the holy land were a desecration of Islam. After publicly criticizing the regime and becoming the target of a harassment campaign, he fled to Sudan in 1991.»

46 Em ELLIOTT, Michael, 2002c, pp. 39 a 43, pode ler-se «Al-Qaeda, (...) ensinou os grupos terroristas baseados localmente a “falarem uns com os outros e trabalharem em rede” (...) Pelos finais dos anos noventa os grupos locais estavam-se ligando cada vez mais sob o manto da Al-Qaeda em acções internacionais. (...) Os campos de treino da Al-Qaeda no Afeganistão – onde cerca de 10.000 recrutas podem ter sido treinados (...) foram úteis não apenas para o planeamento dos ataques (...) mas, não menos importante, como centros onde homens de muito diferente preparação e que tinham tido outrora muito diferentes causas aprenderam a confiar e trabalhar uns com os outros.»

47 LACOSTE, Yves, 1990, pp. 3 a 7. Uma detalhada exposição destes e de outros relacionados objectivos geopolíticos de Bin Laden e da Al-Qaeda pode ler-se também em BEYER, Lisa, 2001, pp. 58-59.

como tais). E, sobretudo, eles militam para a realização de um enorme projecto geopolítico, o reagrupamento de todos os muçulmanos, mil milhões de homens e mulheres, a despeito da sua muito grande diversidade linguística e cultural, num mesmo conjunto político. Seria possível aí restabelecer a autoridade do califado (abolido pela revolução “kemalista” em 1923) ou colocá-lo sob a direcção de um colégio de doutores simultaneamente políticos e teólogos. A vontade de abolir as fronteiras (imputadas ao colonialismo europeu) que separam os Estados muçulmanos uns dos outros não é o único aspecto da estratégia geopolítica dos grupos islamitas. Eles querem também favorecer a expansão do Islão em todos os países, incluindo aqueles onde presentemente é completamente minoritário, e procuram opor-se, de várias formas, à integração dos muçulmanos emigrados e dos seus filhos nas sociedades não muçulmanas». Estes objectivos vão mesmo, no discurso de alguns líderes terroristas islâmicos, ao ponto de incluírem a reconquista para o Islão da Espanha e de Portugal porque já estiveram sob domínio islâmico durante a Idade Média.<sup>48</sup>

Depois de ter sido responsável durante a segunda metade dos anos noventa por alguns notáveis ataques terroristas contra alvos americanos, na Arábia Saudita em 1995 e em 1996, no Quênia e na Tanzânia em 1998, no Iémen em 2000,<sup>49</sup> e depois de Bin Laden e a sua organização se terem transferido do Sudão para o Afeganistão onde colaboraram com o regime fundamentalista islâmico dos “taliban” na luta contra os afegãos da Liga do Norte, e onde instalaram diversos campos de treino para os terroristas “mujahedin” do mundo inteiro, a Al-Qaeda, em 11 de Setembro de 2001, realizou a mais espectacular acção terrorista até hoje efectuada, destruindo completamente as duas torres gémeas do World Trade Center, em pleno coração de Nova Iorque, e parte do edifício do “Pentágono” em Washington, causando mais de três mil mortos, mediante o desvio de quatro aviões civis de passageiros, utilizados como projecteis dirigidos, por 19 muçulmanos suicidas.<sup>50</sup>

---

48 Leiam-se, por exemplo, as declarações de Fernando Reinares, ex-conselheiro do governo espanhol, no jornal *Expresso* de 10 de Maio de 2008 – 1º Caderno.

49 ELEGANT, Simon, 2002, p. 31 «a Yemeni national named Syafullah, a senior Al-Qaeda operative who is alleged to have been involved in the 1996 bombings of a U.S. military barracks in Dhahran, Saudi Arabia, that killed 19 servicemen.» KEPEL, Giles, 2002, pp. 84 e 85 «actividades puramente terroristas executadas por pequenos grupos e atacando alvos altamente simbólicos, especialmente interesses americanos na Península Arábica: a explosão em 1995 do carro-bomba nas instalações ocupadas por militares dos EUA (...) em Riyadh, que matou cinco americanos; a destruição das embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia em 1998; e o ataque do navio de guerra USS Cole em Outubro de 2000».

50 McGEARY, Johanna, and BIEMA, David van, 2001, p. 39 «experts in this sort of thing, estimate that it took at least two years and 100 people to pull it off. Someone thought long and hard how to do it, then found willing fanatics to carry it out. They carried different passports — Saudi Arabia, the United Arab Emirates, Lebanon — and perhaps pledged fealty to different radical factions». E, a pp. 41 a 43 «Two teams of five rendezvoused at Boston's Logan, a third group of four at Newark and the last five men at Dulles, with their knives and their box cutters (...) boarded American Airlines 11 and drove it square into the World Trade north tower at 8:45 a.m. A few minutes later, (...) departed on United Airlines 175 and rammed it through the corner of World Trade south tower 21 minutes later. (...) embarked on American Flight 77 out of Dulles and swung it around to smash into the Pentagon at 9:40 a.m. (...). Only the kamikazes who got on United 93 in Newark were thwarted, after determined passengers

## 2.4. Após o 11 de Setembro de 2001

Esta acção terrorista marcou uma profunda transformação na forma como tanto os EUA como a Comunidade Internacional vinham encarando e combatendo o terrorismo internacional. Na realidade, a Al-Qaeda revelava-se um fenómeno novo, no domínio não só do terrorismo, mas mesmo no das relações internacionais, aparecendo como uma espécie de “Estado virtual”, isto é, uma organização com algumas das capacidades de um Estado, designadamente a de mobilizar, armar e enquadrar milhares de militantes, a de obter recursos materiais e logísticos avultados, a de dominar amplas redes de comunicação (utilizando a Internet e manipulando ou tirando proveito da actividade de grandes empresas internacionais de comunicação social), a de organizar serviços de informação, de logística e mesmo de rudimentares apoios sociais para as famílias dos seus “mártires” ou para populações simpatizantes ou eventualmente sob seu controle, pondo tudo isso ao serviço de uma luta armada conduzida a nível mundial, mas sem ter território próprio, nem população sob seu governo, nem infra-estruturas importantes, por isso praticamente imune aos processos tradicionais de dissuasão e de retaliação por parte dos Estados vítimas dos seus ataques.<sup>51</sup>

Em muitos países intensificou-se fortemente a pesquisa de informação sobre as actividades terroristas bem como a captura de suspeitos nelas implicados (um ano após o 11 de Setembro, cerca de 3000 tinham sido já capturados em 98 países e, em 2005, três quartos dos principais dirigentes da Al-Qaeda tinham já sido eliminados ou capturados)<sup>52</sup>, e a nível internacional tem-se vindo a desenvolver, desde então, a colaboração entre

---

decided to die “doing something about it” rather than let the terrorists crash the plane into their apparent Washington target.» EISENBERG, Daniel, 2004, pp. 42-43 «The commission says Bin Laden personally gave Mohammed the go-ahead to begin laying the groundwork for the attack at a meeting in Kandahar, Afghanistan, in early 1999. Over the following 12 to 18 months, Bin Laden chose or accepted oaths from all 19 of the eventual hijackers and tapped Mohammed Atta to be the mission's leader (...) In the end, he did assert ultimate authority in ordering the attacks, over the opposition of senior Al-Qaeda officials and Taliban leader Mullah Omar, who were worried that a direct attack on the U.S. would provoke a war with the U.S. or trouble with Pakistan.»

51 BOBBITT, Philip, 2002, pp. 68-69 «Al-Qaeda, (...) represents a new and profoundly dangerous kind of organization—one that might be called a “virtual state” The virtual state has many of the characteristics of other states (a trained standing army and intelligence cadre; a treasury and a source of revenue; a civil service and even a rudimentary welfare system for the families of its fighters) but is borderless; it declares wars, makes alliances with other states and is global in scope but lacks a definable location on the map. On Sept. 11, a virtual state proved that modern societies are vulnerable as never before – vulnerable because both the advanced technologies and civil openness (...) can be used against them. (...) We are entering a period in which a small number of people, operating without overt state sponsorship but using the enormous power of modern computers, biogenetic pathogens, air transport and even small nuclear weapons, will be able to exploit the tremendous vulnerabilities of contemporary open societies.»

52 Leia-se, a respeito do reforço da luta contra o terrorismo logo após o 11 de Setembro de 2001, por exemplo, o que escrevem ELLIOTT, Michael, em 2002a, pp. 47 a 49, em 2002c, pp. 39 a 43, e em 2002d, assim como a revista *Time* de 09 de Setembro de 2002, e CLOUD, John, 2005, p. 23.



governos, polícias, e agências de informação, sobretudo entre os Estados do mundo desenvolvido, não só no combate às actividades terroristas mas também na pesquisa e eliminação dos muitos, diversificados e escondidos, apoios financeiros àquelas actividades.<sup>53</sup> E, no interior do mundo islâmico, agravaram-se as fricções entre “fundamentalistas” religiosos, simpatizantes de Bin Laden, muitos deles tendo-se mesmo aberta e publicamente regozijado com os atrozes ataques do 11 de Setembro de 2001, e os religiosamente “moderados”, assim como os “laicos”, que não só condenaram esses ataques como crescentemente vêm rejeitando os métodos desumanos e brutais dos terroristas islâmicos.<sup>54</sup>

Além disso, diminuíram as inibições na actuação contra os Estados patrocinadores do terrorismo. Até 2001, para além de algumas medidas sancionatórias de carácter diplomático e económico contra diversos desses países, apenas por duas vezes fora utilizada a força militar, e esta somente sob a forma de breves e pontuais ataques aéreos, efectuados isoladamente pelos EUA, primeiro contra a Líbia, em 1986, depois contra o Sudão e o Afeganistão, em 1998. Mas, na sequência imediata do 11/09/01 os EUA aliaram-se à “Liga do Norte” afegã e, sobretudo com meios aéreos, mas também com alguns elementos das forças terrestres, atacaram em força os “taliban” que então governavam o Afeganistão, junto dos quais se encontravam Bin Laden assim como a estrutura central e os principais campos de treino da Al-Qaeda. Derrubado o governo fundamentalista islâmico afegão pelos guerrilheiros da Liga do Norte ajudados pelas Forças Armadas norte americanas, foi aí instalado um governo laico democraticamente eleito. Desde então, com forças americanas, ajudadas pelas afegãs do novo governo e, posteriormente, por forças da OTAN, têm sido perseguidos os “taliban” juntamente com os terroristas da Al-Qaeda refugiados nas regiões montanhosas do sul do país. E, em 2003, o facto de o Iraque ter sido um dos países patrocinadores do terrorismo internacional foi uma das razões invocadas para a sua invasão pelos EUA liderando uma coligação de mais de uma dezena de outros países.

Por outro lado, quer a espectacularidade dos atentados terroristas, potenciando sentimentos de orgulho, de vingança, de afirmação colectiva no “mundo islâmico”, quer as invasões do Afeganistão e do Iraque, países islâmicos, pela “cristandade”, liderada pelos EUA,<sup>55</sup> vistas como atentados à independência desses países e sobretudo à fé e

---

53 ELLIOTT, Michael, 2002c, pp. 39 a 43 «Para além da ideologia, os terroristas continuam a ser sustentados por um constante fluxo de fundos. Um recente relatório da ONU mostra que embora tenham sido congelados 112 milhões de dólares dos recursos da Al-Qaeda na sequência imediata do 11 de Setembro, apenas 10 milhões foram apreendidos durante os últimos oito meses. O terrorismo está ainda dispondo em contas bancárias de uns estimados 16 milhões em contribuições privadas de ricos apoiantes dos Estados do Golfo, em dinheiro desviado de fundos islâmicos de caridade e, ainda hoje, em rendimentos de investimentos em companhias e propriedades feitos a partir da fortuna pessoal de Bin Laden». E, conforme informa o *Financial Times*, 2002, «According to Russian security sources, money is still arriving from Gulf Arab donations to Muslim causes, albeit at the rate of \$1m a month compared with \$6m a month in 2000».

54 A este respeito leia-se, por exemplo, o escrito em MACLEOD, Scott, 2002, p. 77, no *Financial Times*, 2002, e em RAMADAN, Tariq, 2004, p. 47.

55 Daí a frequente referência às cruzadas para caracterizar acções do mundo ocidental, especialmente as dos EUA, contra o terrorismo, e isso não apenas pelos terroristas islâmicos, mas também por muitos



à cultura de todo o mundo islâmico, têm contribuído para um aparente aumento das disponibilidades de recrutamento de novos militantes islâmicos reforçando grupos terroristas e incentivando a formação de novos grupos. Este aparente aumento das possibilidades de recrutamento terá vindo a equilibrar as crescentes baixas causadas ao terrorismo islâmico pelas guerras no Afeganistão e no Iraque, assim como pela repressão policial em muitos países tanto ocidentais como muçulmanos, podendo explicar o facto de, apesar dos duros golpes sofridos pelo terrorismo islâmico, tanto a capacidade para executar acções de grande impacto, como os quantitativos anuais dos atentados atribuídos ao terrorismo internacional, se terem mantido relativamente constantes desde o início dos anos noventa, embora estes quantitativos anuais se situem em níveis inferiores aos registados durante o apogeu do terrorismo internacional atingido em meados dos anos oitenta.<sup>56</sup>

Entretanto, e apesar da prisão ou morte de muitos dos seus principais dirigentes, a Al-Qaeda confirmou o seu papel de principal referência, pólo aglutinador, e até certo ponto coordenador, orientador e principal apoiante, de uma vasta rede de muitos grupos terroristas sunitas, mais ou menos autónomos. Conforme Paul Wilkinson a definiu em 2006,<sup>57</sup> a Al-Qaeda será «uma rede de redes, um fenómeno transnacional, facilitado pela

---

religiosos, académicos, políticos, e elementos da comunicação social, um pouco por toda a parte, no “mundo” muçulmano.

- 56 LAQUEUR, Walter, 2004, pp. 78 e 79 «Tendências do Terror – Os actos terroristas diminuíram nos últimos 20 anos, mas a carnificina aumentou. Para o Departamento de Estado dos EUA, a “tendência aponta para ataques implacáveis em massa a alvos civis”». (Junto está um gráfico referindo o número de ataques terroristas internacionais por ano, o qual indica cerca de 500 em 1982, subida para mais de 600 entre 1984 e 1988, com um máximo de 665 em 1987, baixando depois para um pouco menos de 400 em 1989 e um pouco mais de 400 em 1990, ultrapassando ligeiramente os 500 em 1991, baixando de novo para um pouco menos de 400 em 1992, subindo depois um pouco acima dos 400 em 1993, baixando para pouco mais de 300 em 1994, subindo ligeiramente acima dos 400 em 1995, mantendo-se depois em cerca de 300 nos três anos seguintes, voltando a ultrapassar ligeiramente a barreira dos 400 em 1999 e em 2000, e descendo para cerca de 300 em 2001, para um pouco mais de 200 em 2002, e para um mínimo de 208 em 2003.)

- 57 WILKINSON, Paul, 2006, p. 41. Outros autores têm feito afirmações semelhantes. Por exemplo: ELLIOTT, Michael, 2002d, «Al-Qaeda has always been a network of Islamic terrorist groups. (...) Experts are openly comparing Islamic terrorism to communism and fascism, ideologies that retained the loyalty of devotees despite occasional setbacks»; BYMAN, Daniel, 2003, «Al-Qaeda (...) is more than a movement: it is also an organization that seeks to inspire and coordinate other groups and individuals. (...) The conceptual key is to see Al-Qaeda not as a terrorist group but, rather, as a global insurgency»; CLOUD, John, 2005, «jihadism is an especially centrifugal force, flinging adherents across borders until what we still notionally call Al-Qaeda exists everywhere and nowhere, more an impulse than an organization» e cita o especialista francês Roland Jacquard «the most militant groups are forming on their own initiative, on the margins of the movement (...) It's a free-for-all»; GHOSH, Aparisim, 2006a, p. 17 «Al-Qaeda is not the same outfit it was on 9/11; it has morphed from a command-control organization into a philosophy that has “inspired cells around the world”»; e, segundo o professor José Anes, «que durante 20 anos trabalhou na Polícia Judiciária na área de contra terrorismo», citado por LOURENÇO, Ricardo, 2006, «“Antes da guerra do Afeganistão, a organização tinha uma estrutura clássica, com uma linha vertical de comando. Hoje, esse patamar ainda funciona, mas ela expandiu a sua operacionalidade através de células autónomas que nascem em qualquer parte do mundo, inspiradas pelo conceito de ‘jihad’ global”».

Internet, pela intensificação das viagens internacionais, pelo relaxamento dos controles nas fronteiras, e unido pela partilha de uma ideologia [cuja] flexibilidade e ausência de estrutura formal lhe permitiram adaptar-se e sobreviver apesar das pesadas baixas que tem sofrido». Paralelamente, o Irão, directamente, ou utilizando como intermediário o grupo terrorista libanês Hezbollah, mantém-se como o grande patrocinador dos terrorismos xiitas.

Deste modo, o terrorismo ligado a interpretações fundamentalistas do Islamismo, que no século XXI se tornou claramente o mais activo no âmbito internacional, e que, na medida em que representa um catalisador de ressentimentos históricos, de confronto de valores, e de invejas materiais entre duas civilizações, apresenta uma dimensão nova e muito mais abrangente do terrorismo internacional, este terrorismo, tirando partido desse fenómeno de aproveitamento de incompreensões e diferenças entre cristãos e muçulmanos, apresenta-se agora dividido em duas grandes “nebulosas”, ou redes muito abertas, uma mais descentralizada e mais numerosa, constituída por grupos terroristas sunitas de inspiração ou wahabita ou salafista (interpretação particular dentro do wahabismo), liderada, em grau de dependência muito variáveis, pela organização privada Al-Qaeda, outra menos numerosa e menos descentralizada, liderada pelo Estado Iraniano através dos seus serviços secretos e da sua Guarda Revolucionária, em que o grupo libanês Hezbollah desempenha o principal papel. Outros Estados islâmicos, tradicionais apoiantes do terrorismo, ou têm vindo a limitar esses apoios, embora mantendo-os, como a Síria, ou deixaram mesmo de o fazer, como o Afeganistão ou o Iraque, cujos governos apoiantes do terrorismo foram derrubados por intervenção militar internacional, ou como a Líbia (com os mesmos governantes) ou o Sudão (com outros), após terem sido militarmente punidos pelos EUA.

A rivalidade que no mundo islâmico separa as comunidades sunitas, abrangendo cerca de 90 por cento de todos os muçulmanos, das xiitas, que abrangem os restantes, naturalmente reflecte-se nas relações entre os grupos terroristas islâmicos, levando a que, geralmente, terroristas sunitas e xiitas actuem separados uns dos outros, sem se oporem directamente, nem cooperarem. No entanto, a partir do início deste século têm surgido indícios de cooperação do Hezbollah com grupos sunitas palestinianos na luta contra Israel,<sup>58</sup> e, pelo contrário, no Iraque, desde a parcial destruição da mesquita sagrada xiita de Al-Askari, em Samarra, por um ataque bombista dos terroristas sunitas de al Zarkawi em 22 de Fevereiro de 2006, sucederam-se durante alguns meses ataques

---

58 MORRIS, Harvey, 2002, «Ariel Sharon; prime minister, said last week: “We have information about the presence of a few of them now in the Gaza Strip. We know they are in Lebanon and cooperating with Hezbollah.” (...) Hezbollah meanwhile denied there was any Al-Qaeda presence in Lebanon or that it had any connection with Mr. Bin Laden's network.»; MACLEOD, Scott, 2007a, p. 17 «Fatah al-Islam is one of a group of armed, extremist factions that have been spawned in the triangle of political instability from Baghdad to Gaza to Tripoli. (...) Taken together, these groups threaten the entire Middle East. (...) Such a confrontation risks pulling in Hezbollah, which, although a Shiite group, is closely allied with Sunni Palestinian factions such as Hamas.»

terroristas de grande violência de grupos xiitas contra a comunidade sunita, e de sunitas contra a comunidade xiita.<sup>59</sup>

Uma outra evolução, esta particularmente preocupante, é a da crescente participação de muçulmanos de nacionalidade europeia ou americana, descendentes de emigrantes muçulmanos, ou recém convertidos ao Islão, nas actividades terroristas.<sup>60</sup> Alguns foram capturados em 2001/2002 no Afeganistão, e outros, em quantidade crescente, participando em atentados terroristas ou na sua preparação, têm-no sido nos EUA, no Canadá, na Grã-Bretanha, na França, na Espanha, na Alemanha, na Holanda, etc. E, em 2005, um atentado terrorista aparentemente ligado à Al-Qaeda, o ataque quase simultâneo a três comboios metropolitanos e a um autocarro, em Londres, que causou mais de cinquenta mortos, foi perpetrado por muçulmanos todos de nacionalidade inglesa, incluindo quatro terroristas suicidas. Esta foi a primeira vez em que nacionais de um país europeu levaram a cabo, sem aparente participação de nacionais de algum país islâmico, um atentado terrorista de grande envergadura, e também a primeira vez em que nacionais de um país europeu actuaram como terroristas suicidas.

Quanto ao futuro, precisamos de ter em consideração que a actividade dos grupos terroristas depende de diversos factores,<sup>61</sup> tais como desenvolvimentos no interior das

---

59 GHOSH, Aparisim, 2006b, pp. 32-33 «In Afghanistan and Pakistan, Bin Laden and Al-Zawahiri had been suspicious of Shiites but learned to work with them. In Al-Zarqawi's eyes, Iraq's Shiites were apostates because their practice of Islam differs from the extreme Wahhabist version he embraced. (...) He launched scores of attacks against Shiites and their religious sites, culminating in the Feb. 22 bombing of the Al-Askari shrine in Samarra.» BEYER, Lisa, 2006, pp. 17-20 «The global jihadis think much bigger. They are Salafists, radicals who seek to revive the original and, to their minds, pure practice of Islam and establish a caliphate from Spain to Iraq, in all the lands where Islam has ever ruled. The Salafists are Sunni, and Hezbollah is Shiite, which means their hatred for each other is apt to rival their hatred for the U.S. (...). Of course, Sunnis and Shiites do sometimes cooperate. (...) an Al-Qaeda agent, testified in 2000 that he had provided security for a meeting in Sudan between Hezbollah security chief Imad Mughniyah and Osama Bin Laden and that Hezbollah had provided Al-Qaeda with explosives training. If there was cooperation, (...) the two groups certainly aren't allies. Lebanese police in April arrested nine men that Hezbollah officials claim were Al-Qaeda agents plotting to assassinate their leader.»

60 BENJAMIN, Daniel, e SIMON, Steven, 2002, p. 56, «Radical Islamists value Europe not only because it offered a safe haven for them but because they look to it as a breeding ground for the next generation of terrorists. (...) The Continent's immigrant Muslim communities grew up, to a large extent, from guest workers and postcolonial émigrés grateful for the stability and prosperity of post-war Europe. Too many of their children, though, nourish the wounds of social and economic exclusion. For them, militant Islam (...) gives a powerful voice to their resentment, and defines a proud and confrontational response. In the U.K., where the Muslim prison population has doubled in the last decade, some polls found a near majority of young Muslims unwilling to fight for Britain, but willing to take up arms for Osama Bin Laden. Britain's security service estimates that at least 3,000 British Muslim youths migrated to Afghanistan for training and religious indoctrination during the 1990s. (...) French and German presence among detainees at Guantanamo Bay confirms that British jihadis were not the only Europeans gravitating to the Taliban and Al-Qaeda. (...) A sterner form of the religion - one that demands universal application of Shari'a, asserts the superiority of Islam and rejects assimilation with non-Muslim societies - is supplanting the more flexible faith that long prevailed in the diaspora. Fueled by Wahhabi funds from the Persian Gulf and a radical interpretation of the Koran, (...) radical imams have created fertile ground for the recruitment and protection of terrorists.»

61 Conforme assinala o Jaffee Center for Strategic Studies, *Inter-International Terrorism*, 1990, pp. 84 a 86 «Any attempt to assess the likelihood of terrorism in the future is difficult, because of the multiplicity

respectivas organizações, alterações na natureza e na solidez dos laços dos grupos e movimentos terroristas com os Estados que os patrocinam ou com organizações transnacionais como a Al-Qaeda, atitudes das populações afectadas, evolução dos principais conflitos internacionais envolvendo populações islâmicas, como os da Palestina, de Caxemira, do Iraque, do Afeganistão, da Chechénia e, naturalmente, efeitos das medidas de luta contra o terrorismo conduzidas pelos Estados, quer no interior de cada um, quer em acções conjuntas. É por isso praticamente impossível prever, com alguma segurança, a futura evolução do terrorismo internacional, mas é possível afirmar que nos próximos anos este continuará sem dúvida a ser liderado, como tem acontecido desde meados dos anos noventa, pelos terrorismos religiosos islâmicos, e que a mobilização de vontades que se tem verificado para o enfrentar se manterá.

Mas, embora a total erradicação do terrorismo seja sempre tarefa extremamente difícil, a redução da sua incidência a limites suportáveis é perfeitamente realizável e tem sido muitas vezes conseguida. Os três ou quatro últimos anos mostram, aliás, um declínio na actividade global do terrorismo internacional, particularmente no que se refere à relacionada com a Al-Qaeda, o que parece apontar não propriamente para um fim próximo deste flagelo, mas para uma sua progressiva atenuação.<sup>62</sup> Embora um ou outro espectacular ataque, designadamente com armas de destruição maciça, seja sempre uma possibilidade, isso não invalidará o que parece ser uma tendência actualmente já esboçada nesse sentido, que a intensificação da cooperação internacional não deixará de acentuar.

---

of factors presumably involved. These may range from intra-organizational developments, through changes in the nature of links between groups and sponsoring states and the effects of countermeasures conducted by the affected countries, to political processes at regional and global levels».

- 62 BERGEN, 2008, «In recent months, an impressive cast of terrorism experts and counter-terrorism officials around the world has coalesced around the notion that Al-Qaeda's leader is no longer an active threat to the West. They point out that he has not been able to strike on U.S. soil since 9/11 or in Europe since the London bombings three summers ago. In Iraq, his most successful franchise operation is on the ropes. Across the Muslim world, opinion polls suggest his popularity has faded (...). Even his messages on the Internet scarcely merit headlines in the mainstream media. (...) Al-Qaeda remains a source of inspiration for certain extremists around the world. But it's far from clear that Bin Laden commands them. (...) But the best available evidence suggests that the threat posed by Bin Laden's acolytes hasn't been extinguished (...) The Taliban is resurgent in Afghanistan, and in Pakistan militant groups have grown so aggressive that in late June they even threatened to take over a major city — Peshawar, once Bin Laden's home and the birthplace of Al-Qaeda. (...) It's true that many of the "leaderless jihadis" have set up operations independently of Al-Qaeda, but when they turn to Bin Laden's organization, it's not just for inspiration but also for training, assistance and direction — in short, for leadership. (...) Sixteen U.S. intelligence agencies (...) concluded that Al-Qaeda has made a strong comeback in Afghanistan and Pakistan because it has found "a safe haven in the Federally Administered Tribal Areas [FATA] in Pakistan" (...) If jihadis seek material assistance from Al-Qaeda in the FATA, they can get guidance from Bin Laden almost anywhere there's an Internet connection. He has issued more than two dozen video and audio taped messages since 9/11 (...) Al-Qaeda's most dangerous weapon has always been unpredictability. That's why it is dangerous to dismiss Bin Laden as a spent force.»

### 3. Fontes e Causas

#### 3.1. As causas

A palavra “causa”, como razão de ser de um determinado comportamento ou de uma actividade, assume um duplo significado. Por um lado, refere o objectivo último, ou finalidade a atingir, que motiva comportamentos e actividades, por outro, designa o antecedente factual, material e, ou, psicológico, que contextualiza um acto de vontade originador desse comportamento ou dessa actividade.

Na primeira acepção, como finalidade motivadora, as “causas” do terrorismo “privado autónomo” são, como sabemos, por definição, de natureza política, embora, conforme vimos ao ensaiar uma tipologia deste tipo de terrorismo, essas “causas” se liguem intimamente a aspirações, interesses ou convicções de diversa natureza que “grosso modo” se agrupam, conforme a classificação que então propus, segundo:

- (1) ideologias políticas baseadas em argumentos e perspectivas socioeconómicas (terrorismos ideológicos como os das “Brigadas Vermelhas” italianas ou do grupo “Baden-Meinhoff” e da “Facção do Exército Vermelho” – RAF – alemães);
- (2) segundo convicções religiosas, ligadas a aspirações políticas pretendendo a substituição de determinados regimes laicos, considerados corruptos e ímpios, por outros teocráticos ou claramente sujeitos ao domínio das regras religiosas, em que a pureza desejada para a aplicação destas se sobrepõe, condicionando as aspirações políticas (terrorismos religiosos, como os do islamismo sunita orientados pela Al-Qaeda ou os do islamismo xiita orientados pelo Irão);
- (3) segundo reivindicações autonomistas ou independentistas que, muitas vezes, estão ligadas a determinadas ideologias políticas (terrorismos nacionalistas como o da ETA basca), mas podem também assentar em identidades religiosas propondo projectos políticos laicos (terrorismos nacionalistas como o do IRA irlandês ou o da Al-Fatah palestina) ou propondo projectos políticos religiosos ou teocráticos em que no entanto predominam as reivindicações independentistas (terrorismos nacionalistas como o do Hamas palestino).

Mas, dada a natureza dos meios e métodos usados pelos terroristas, as “causas” que afirmam defender terão de possuir uma muito grande importância e serem claramente definidas para, sendo então aceites por parcelas significativas de uma dada população, conseguirem atingir a dignidade de uma verdadeira causa política, pois, conforme nos recorda Raymond Aron “um terrorista sem causa”, isto é, sem uma causa claramente

merecedora de que se lute por ela, “parece-se com um bandido de estrada”<sup>63</sup>. Ora o que acontece é que, na maior parte dos casos, as causas políticas proclamadas pelos grupos terroristas autônomos são incipiente ou equivocadamente definidas e, em muitos casos, sobretudo tratando-se dos terrorismos autônomos ideológicos, são utópicas e, ou, carecem de suficiente importância aos olhos da esmagadora maioria das pessoas involuntariamente envolvidas.

Na segunda acepção da palavra “causa”, a de designar o facto que desencadeia o comportamento, põe-se com nitidez o papel determinante da vontade e das escolhas na caracterização da acção. Conforme vimos, o terrorismo é uma forma particular de utilização da violência num conflito, uma forma perversa, já que não só ignora, mas, pior ainda, deliberadamente contraria a moral e os mais elementares princípios de humanidade. A sistemática violação das normas, morais e legais, o desprezo pelas mais elementares regras humanitárias, a ausência de piedade, a não proporcionalidade da violência, a indiferença pelos inocentes e neutros, configuram a especial perversidade desta forma de violência.<sup>64</sup>

A pergunta que se impõe, então, não é “o que é que os leva a utilizar a violência” mas sim “o que é que os leva a optar por esta sua forma perversa”. Se as condições da conjuntura podem por vezes exigir o recurso à violência na defesa de uma finalidade política, se a origem dos conflitos e a utilização neles da violência podem ter como causas, factores ligados à estrutura e ao funcionamento das sociedades e das suas instituições, a verdade é que a violência, mesmo quando, eventualmente, inevitável, pode e deve, revestir outras formas menos desumanas, como as da guerra ou as da guerrilha, as quais, assim como a preservação da ordem pública, não incluem normalmente, e muito menos necessariamente, acções terroristas. Tanto a guerra como a guerrilha conduzem algumas vezes à violação das normas, mas não por sistema, de forma intencional, deliberada, permanente, como acontece com o terrorismo.

---

63 ARON, Raymond, 1976, pág. 210 «A moda dos anos 70 arrasta para a anarquia do terrorismo “racionalizado” de guerra revolucionária (...). Votados à Fé e ao Crime, jesuítas da revolução, exaltados pelos teóricos da violência, condenados pelos comunistas e pelos liberais, os “partisans” na sua última encarnação exprimem a recusa do mundo matando alguns dos seus semelhantes (...) Mesmo sendo irrisório o resultado físico da sua acção, acreditam na ressonância política da sua revolta, no valor moral do seu testemunho. Esquecem que um terrorista sem causa se parece com um bandido da estrada».

64 Esta é uma opinião partilhada, aliás, por muitos autores, como WILKINSON, Paul, 1979, que nos recorda o célebre “Catecismo do revolucionário” (terrorista anarquista) escrito no século XIX por Nechaiev, bastante revelador da especial perversidade da violência terrorista. A citação (Sergei Nechayev, “Catechism of the Revolutionist” (1869), reimprimida in *Daughter of a Revolutionary*, ed. Michael Confino (London, 1974), pp. 221-230) vem a p. 103 «The revolutionary (terrorist) despises all dogmas and all sciences, (...). He knows only one science — the science of destruction... the object is perpetually the same: the quickest and surest way of destroying this whole filthy order.... For him, there exists only one pleasure, one consolation, one reward, one satisfaction, the success of the terror. Night and day he must have but one thought, one aim, merciless destruction»; O mesmo autor retoma esta ideia da especial perversidade da violência terrorista, que deve ser distinguida das outras formas de violência, em outros trabalhos seus como em 1990, a pp. 5-6.

Devem pois existir causas particulares para a preferência por este. E se algumas dessas causas poderão ser, até certo ponto e em certos casos, objectivas, as principais deverão ser de natureza subjectiva já que se trata de uma escolha que a necessidade verdadeiramente nunca impõe. De facto, a reacção a situações de injustiça social e, ou, política, pode fazer-se sempre por meios não violentos, muitas vezes até mais eficazes ou, na falta destes, como acabei de referir, mesmo que suposta ou realmente se imponha o recurso à violência, esta poderá sempre revestir outras formas, que procurem respeitar os princípios mais elementares de humanitarismo e de justiça, designadamente, e sobretudo, a salvaguarda dos não combatentes.

Assim sendo, a opção pelo terrorismo como forma privilegiada de violência política derivará, antes de mais, do próprio indivíduo, da sua atitude perante a sociedade e os outros. As verdadeiras raízes da sua ocorrência estarão no interior dos indivíduos que o praticam. Deveremos portanto distinguir as motivações das escolhas dos comportamentos que radicam sobretudo na natureza humana, das circunstâncias sociais, que podem fornecer pretextos e favorecer a ocorrência do terrorismo.

O ambiente social pode efectivamente desempenhar papel importante como pretexto ou como condição na ocorrência de lutas violentas, as quais podem incluir os terrorismos. Injustiças sociais, opressão política, conflitos étnicos e nacionalistas podem provocar e justificar sentimentos de revolta que podem ser potenciados por ideologias políticas ou religiosas. A opinião pública, simpatizando ou simplesmente não condenando com suficiente indignação, pode gerar ambiente favorável à prática da violência em geral e, por conseguinte, também desta sua forma em particular. A permissividade ou brandura do sistema judicial pode incutir sentimentos de impunidade e de confiança entre os que estão dispostos a violar as leis. Os apoios de alguns governos ou organizações, tirando partido em proveito próprio do baixo custo, reduzido risco e boas probabilidades de êxitos táticos das actividades terroristas, podem favorecer a emergência e a persistência dos grupos terroristas. E a existência de determinadas condições materiais como o acesso fácil a recursos e alvos que a crescente urbanização e complexidade das comunidades contemporâneas multiplica, a disponibilidade dos meios, armamentos, explosivos, telemóveis, computadores, eficazes e acessíveis, as possibilidades de fuga, aumentadas pela actual multiplicação dos meios de transporte, pelo crescimento das massas humanas em movimento no turismo e nas migrações, pela abolição de algumas fronteiras e alívio dos controlos em outras, o amplo alcance dos meios de comunicação social, particularmente da televisão, o secretismo das operações financeiras, facilitando a lavagem dos dinheiros de origem criminosa e as transferências que possibilitam aquisições, movimentos e esconderijos, podem facilitar e têm de facto vindo a facilitar as actividades terroristas.<sup>65</sup>

---

65 A referência aos factores do ambiente social e das condições materiais que explicam ou favorecem o desenvolvimento do terrorismo é muito comum, mas a forma como é abordada a sua importância relativa e a sua influência no fenómeno, é diversificada. Entre os trabalhos que utilizei como inspiradores

Temos, pois, três “campos” que se sobrepõem e interpenetram na condução ao fenómeno terrorismo: o do indivíduo, que se predispõe para a luta violenta e escolhe ou aceita fazê-lo através de acções terroristas; o da sociedade, que fornece razões ou pretextos, justificando a sua acção (ainda que, por vezes, só aos olhos dele próprio e dos seus cúmplices) e podendo, ou não, facilitá-la; e o dos meios materiais que favorecem e potenciam a sua actividade. Na confluência destes três “campos” encontra-se o grupo terrorista, que atrai e enquadra o indivíduo, que explora as oportunidades sociais assim como os meios materiais, e onde se define e afirma a causa política e se gera, por fim, a acção terrorista.

### 3.2. As fontes a nível do indivíduo

Segundo Marta Crenshaw,<sup>66</sup> existem duas correntes teóricas explicativas do fenómeno terrorismo: por um lado, concebendo-o como “instrumentalização da violência”, explicando-se pelos fins visados e pelas circunstâncias da luta, sendo assim concebido como actividade predominantemente racional, motivada por razões de uma lógica estratégica, isto é, o terrorismo como meio; por outro lado, concebendo-o como “exteriorização de compulsões psicológicas”, motivado por impulsos psicológicos que são depois racionalizados, portanto concebido como actividade predominantemente emocional, isto é, sendo o terrorismo mais fim do que meio. Existem pois uma vertente estratégica e uma psicológica emocional.

Segundo a mesma autora, a escolha racional (estratégica) do terrorismo pode dever-se:

- (1) À incapacidade para obter suporte efectivo das populações;
- (2) À impaciência, à pressa, na realização dos objectivos;
- (3) À percepção de uma oportunidade favorável (fraqueza ou vulnerabilidade momentânea do inimigo);
- (4) Ao baixo custo do terrorismo, os custos dependendo da eventualidade do castigo e da reacção popular negativa, os benefícios derivando da atracção da atenção pública, da criação de condições de desestabilização, catalizadoras, embora só por si não criadoras, de condições para a revolução, a relação custo/benefício sendo favorável na maior parte das vezes.

Por sua vez, a razão enunciada em primeiro lugar, a incapacidade para obter suporte significativo da população, pode ser devida:

---

ou fontes, essa referência pode ser encontrada, por exemplo, em COLARD, Daniel, et GUILLAUDIS, Jean-François, 1986, assim como em WILKINSON, Paul, 1990, em GOLDSMITH, Catharine, 1992, em BREMER III, L. Paul, 1993, a p. 256, e em RODRIGUES, Reis, 2002 pp. 721-722.

66 CRENSHAW, Marta, 1990.



- (a) ao radicalismo dos objectivos;
- (b) à incapacidade para a, ou à descrença na, ou à impaciência devido ao trabalho demorado da, politização das massas humanas;
- (c) à identificação com minorias de pequena dimensão relativa;
- (d) ao facto de, em ditaduras, os apoiantes não se revelarem.

Conforme afirmei já repetidas vezes, o terrorismo é uma forma perversa da violência, cuja prática nunca é imposta como necessidade absoluta, já que, mesmo quando se considera necessário o uso da violência, existe sempre a possibilidade de a praticar de outras formas, orientando-a contra inimigos armados, não contra neutros e inocentes desarmados. A opção por essa forma perversa será, portanto, antes de mais, uma questão pessoal. Assim sendo, parece-me mais adequada a segunda das correntes teóricas que Marta Crenshaw refere, a que explica o terrorismo sobretudo como “exteriorização de compulsões psicológicas”, ou seja, actividade predominantemente emocional, motivada mais por impulsos psicológicos, que são depois racionalizados, do que propriamente por razões de uma lógica estratégica que, naturalmente, estará presente, nos termos em que muito correctamente a põe aquela autora e que atrás resumimos, mas essa lógica ou “vertente estratégica” servindo sobretudo, em meu entender, como racionalização e como instrumento da “vertente psicológica emocional”, que, pelas razões já apresentadas, será a fonte primeira da opção pelo terrorismo.<sup>67</sup>

Isso obriga-nos a focar a nossa atenção nas causas situadas no interior do indivíduo, isto é, nos factores psíquicos que moldam o seu temperamento, nos morais que constituindo condicionadores e moderadores, nele estão ausentes ou pervertidos, e no pensamento teórico, algum do qual por ele é entendido como justificação.

O terrorista tem uma visão distorcida daquilo que faz, considerando-se a si próprio como um soldado sem o ser e sem verdadeiramente combater, considerando justo vitimar pessoas inocentes e destruir propriedades públicas ou alheias escolhidas arbitrariamente, do mesmo modo que tem uma visão distorcida da relação entre agressão e defesa, considerando-se a si próprio como agredido ou violentado, mesmo não o tendo sido, ou não tanto como julga, por isso assumindo o direito de se defender ou vingar, mesmo não atingindo os eventuais causadores da sua presumida desgraça. Tem também uma visão distorcida da solidariedade, que assume e afirma para com entidades abstractas, muitas vezes longínquas, como os trabalhadores de todo o Mundo, os países subdesenvolvidos, as vítimas da opressão em geral, a comunidade dos crentes de uma religião, etc., ao mesmo tempo que a ignora, despreza, ou infringe, para com entidades concretas, como sejam os trabalhadores, as comunidades, os povos que realmente existem e que muitas vezes não hesita em vitimar nos seus actos terroristas.

Na sua fria determinação de sacrificar outras pessoas, quase sempre com requintes de extrema crueldade, frequentemente de forma indiscriminada, muitas delas completamente

---

67 Veja-se também o que a este respeito escreve WILKINSON, Paul, 1979, a pp. 107-108.

alheias aos crimes que alega combater, muitas vezes sendo crianças, mulheres, velhos, o terrorista revela uma enorme falta de empatia, ou seja, de capacidade para se colocar no lugar dos outros, de preocupação ou de sensibilidade face ao sofrimento de outros seres humanos concretos. Essa carência de empatia, antes de mais traço do seu próprio temperamento, poderá, aparentemente, ser reforçada por um ou mais dos seguintes vectores: (1) uma obsessão doentia pela valia da causa a que se dedica e que considera muito acima do valor das vidas e propriedades das outras pessoas, mesmo claramente não sendo culpadas nem sequer inimigas, obsessão essa gerada por fanatismos, radicalismos carregados de certezas, de pressas, de utopias;<sup>68</sup> e, ou, (2) excessivo desprezo pelos outros decorrente de egoísmo ou elitismo em muito elevado grau, despersonalizando as vítimas;<sup>69</sup> e, ou, (3) profundo ódio por um grupo social que culpabiliza em bloco e carrega com todos os males e culpas, devido a sentimentos racistas ou xenófobos que provocam desvio do sentido da justiça.<sup>70</sup>

A transformação dessa obsessão fanática, ou desse desprezo, ou desse ódio colectivo, em acção terrorista, por sua vez, poderá acontecer devida à influência de teorias filosóficas, sociológicas, políticas, ou de convicções religiosas que fornecem ao terrorista justificação para os seus actos e, ou, lhe propõem sociedades utópicas, garantindo o acesso à felicidade, à paz, à justiça, ou à recompensa divina. Claramente, o terrorista tem que ser uma pessoa de convicções, de fé, que acredita cegamente em verdades absolutas. Para ele, a dúvida é uma fraqueza, quando não é mesmo um crime.

Estudos conduzidos por psicólogos sobre a personalidade dos terroristas reconhecem a variedade extrema dos traços psicológicos detectados, que impedem a definição de um perfil típico, e que, em muitos casos, são aparentemente coincidentes com os da generalidade das pessoas consideradas normais.<sup>71</sup> No entanto, muitos desses estudos apontam

---

68 Conforme afirma João Paulo II na sua mensagem celebrando o dia mundial da Paz, em 1 de Janeiro de 2002 «O terrorismo nasce do ódio (...) assenta no desprezo pela vida humana. (...) Aquele que mata por actos terroristas nutre sentimentos de desprezo para com a humanidade, (...). O terrorismo pensa que a verdade em que crê ou o sofrimento suportado são de tal modo absolutos que lhe é legítimo reagir destruindo até vidas humanas inocentes. O terrorismo é por vexes engendrado por um fundamentalismo fanático, que nasce da convicção de poder impor a todos a aceitação do seu próprio conceito de verdade.»

69 Existe um fenómeno de descomprometimento moral ao nível da consciência do terrorista, obtido através quer da “reconstrução” mental do acto como servindo fins morais, quer da minimização das consequências destruidoras do acto, quer da injúria, culpabilização e desumanização das vítimas (vide BANDURA, Albert, 1990.)

70 Como claramente acontece entre muitos judeus e muitos árabes na Palestina, muitos católicos e muitos protestantes na Irlanda do Norte, etc.

71 BANDEIRA, André Sopas de Melo, 2005, escreve, a pp. 282-283 «Muitas vezes se tem tentado explicar a personalidade do Terrorista ou como paranóica, ou como neurótica, ou como psicopática. Outras vezes se tem tentado explicar o fenómeno pelo “fanatismo” termo próprio duma metodologia ainda elementar. Sabemos, como se viu atrás, ser muito difícil estabelecer hoje um modelo individual da psicologia do terrorista. (...) Muitos investigadores que, desde há muito tempo se têm ocupado com Terroristas têm chegado mais ou menos à conclusão que, em média, são gente normal, com o sentido do que fazem e perfeitamente

para a generalizada propensão, entre os terroristas, para o fanatismo e, em certos casos, mesmo para a existência, em alguns deles, de desequilíbrios psicopáticos.<sup>72</sup> Em muitos terroristas revela-se um grande egocentrismo, por vezes uma necessidade de martírio, a existência de tendências suicidas, e quase sempre a necessidade de auto-afirmação.<sup>73</sup> Em todos os terroristas, porém, estará presente a intolerância, a fácil aceitação de métodos brutais, e a propensão para simplificar exageradamente os problemas, o que constitui pré-requisito indispensável para o fanatismo.

Um elemento curioso, que ressalta dos estudos sobre a infância e adolescência dos terroristas, é o facto de muitos serem oriundos de classes médias e terem estudos universitários.<sup>74</sup> A frustração de expectativas parece então desempenhar papel importante na sua propensão para a revolta.

Enfim, poderemos reconhecer que a existência, ou não, de um perfil típico do terrorista, e existindo, a sua caracterização, são questões muito controversas.<sup>75</sup> No entanto, diversos autores, observações e estudos permitem admitir a existência de uma maior propensão para a prática do terrorismo por parte de determinados tipos de pessoas, nas quais são frequentes aspectos como os atrás referidos. Mas, para além disso, é inegável

---

capazes de se auto-controlarem.» Também em muitas outras publicações se descrevem terroristas como aparentando normalidade, como, por exemplo, no jornal *Público*, 17 de Março de 2004 “Casablanca Connection” «Tal como aconteceu com os atentados do 11 de Setembro nos EUA, e com outros ocorridos entretanto, começaram a surgir informações sobre o tipo de vida de Zougan. E, exactamente como na maioria dos outros casos, este é descrito como “um muçulmano moderno”, uma pessoa que, vivendo em Espanha, não chamava a atenção. Ou seja, não correspondia à ideia preconcebida do radical islâmico.»

72 A respeito da personalidade dos terroristas podem encontrar-se opiniões semelhantes às que aqui expresse em MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, a pp. 24 e 55, em PINHEIRO, Joaquim A. Franco, 1979 pp. 20 a 23, em TAYLOR, Maxwell, 1988, p. 8, e em FÉLIX, Carla Sofia, 2004, a pp. 155 e 165-166.

73 Segundo se pode ler no *Science et Vie*, 1979, p. 7, num “estudo científico” sobre o terrorismo, cerca de 60 psicólogos e psiquiatras de oito países reuniram-se em Berlim Oeste por iniciativa da Fundação Volkswagen. Concluíram que a necessidade de notoriedade e de martírio que caracterizam muitos terroristas, indica tendências paranóicas, que existem muitos pontos comuns entre terroristas e fanáticos religiosos, e que a maioria dos terroristas é oriunda da alta burguesia. Também MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, a pp. 52-53 se refere a este aspecto: «the terrorist (...) He or she is thus very concerned with image. Indeed for many it is the fact of being a terrorist, rather than the declared political objectives, which becomes the primary motivating factor. In circumstances such as these, terrorists degenerate into what the experts refer to as “activity orientated” individuals rather than the more noble “goal oriented”. For these people it is the “doing” rather than the “arriving” which becomes all-important, especially for those with psychopathic tendencies.»

74 A este respeito podem encontrar-se elementos de interesse, entre outros autores, em MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, p. 59; em GRAFF, James, 2004, p. 37; em RIPLEY, Amanda, 2007, pp. 20-21; e em GOLDSMITH, Catharine, 1992, p. 263.

75 MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, pp. 23-24 «a study of “who” are the terrorists, have obvious limitations. No such expert can talk to, let alone psychoanalyze the behavior of, a real live terrorist. (...) Those who have been captured or interned could possibly reveal information which is of use, but (...) its value is limited. Finally those who have retired or “reformed”, like veterans everywhere, are inclined to adjust memory». E, a p. 58 acrescenta «What sort of people become terrorists? Many theses have been written on the subject and none have or ever will produce a satisfactory answer. (...) For every thesis there is a counter thesis.»

que a prática do terrorismo, tal como aqui o temos definido, faz indubitavelmente apelo, sempre, à intolerância, à excessiva simplificação maniqueísta das situações, ao radicalismo dos valores, elementos esses que são ingredientes dos fanatismos e fundamentalismos. Obviamente, fanáticos e fundamentalistas não são, todos, terroristas actuais ou potenciais, mas é entre alguns deles que existirá a propensão para o serem.

A adesão ao movimento terrorista segue geralmente sucessivas fases. Na maior parte dos casos, sobretudo tratando-se de terrorismos ideológicos, a primeira consistirá na marginalização do futuro terrorista, repellido pela sociedade ou, mais geralmente, que a ela não consegue adaptar-se.<sup>76</sup> Em alguns casos, porém, os futuros terroristas poderão ser indivíduos bem adaptados, até com algum êxito social, consistindo então a primeira fase na sua integração num particular meio de familiares ou de amigos partilhando uma mesma devoção apaixonada por determinada causa.<sup>77</sup> Depois, terá que despertar nele a vontade de combater a sociedade ou os aspectos desta, que culpabiliza pelas suas desgraças, insucessos ou frustrações. É nesta fase que assumem crucial importância as causas psicológicas que atrás aflorámos. Só depois, numa derradeira fase, é que o marginalizado, ou o apaixonado pela causa, vem a integrar-se num grupo de terroristas, geralmente pelo acaso de encontros fortuitos no meio de marginais e criminosos comuns,<sup>78</sup> ou pela influência de algum dos amigos ou familiares que já pertencia ao grupo terrorista, ou de aliciadores ao serviço deste,<sup>79</sup> ou, moderna e simplesmente,

---

76 MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, p. 54.

77 Os mecanismos da possível influência de um grupo de pessoas que partilham um mesmo ponto de vista extremista estão bem expostos por GORMAN, Christine, 1995, p. 31 «Experts in psychology (...) warn that anyone can fall prey to paranoia — given the right combination of peer pressure and repeated exposure to one viewpoint (...) if they cannot shake off the sense of humiliation, they may instead nourish their grudges and start a mental list of all the injustices in their lives. Rather than take a critical look at themselves they blame their troubles on “the company” for example, or “the government or the system”. Often these aggrieved people fall in with others sharing the same point of view. The group helps them to rehearse their grievances, ensuring that the wounds remain open, and exposes them to similar complaints. As a result, paranoia blossoms and spreads. (...) Members of the group bond to one another and lose contact with other people, who hold different opinions. The isolation works to reinforce their views, which in turn gives them new purpose. Individuals may even begin unconsciously to compete with each other to make the strongest statements.»

78 Podem encontrar-se facilmente muitas referências ao recrutamento de criminosos comuns pelos grupos terroristas. Alguns exemplos, entre os autores por mim lidos, encontram-se em MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, p. 25; WILKINSON, Paul, 1979, a pp. 102-103; SERRILL, Michael S., 1995, p. 65; ELLIOTT, Michael, 2002a, p. 49; CRUMLEY, Bruce, e MACLEOD, Scott, 2005, pp. 19-20; GHOSH, Aparisim, 2006b, pp. 32-33; BAKER, Aryn, e THOTTAM, Jyoti, 2009, pp. 18-19.

79 McALLISTER, J. F. O., 2005a, pp. 18 e 19, refere a este respeito «Since 2001 hundreds of young British Muslims have gone to Pakistan, where they have received training by extremist groups. Activists in Britain keep a watch in mosques and community centers for young men to join the cause. (...) The recruiters are ordinary white-collar people. When the volunteers start working they don't know they're working for Al-Qaeda. They just think they're working on behalf of Muslims.» (...) A former commander in the Harkat-ul-Mujahedin in Pakistan, who himself trained as a suicide bomber and recruited others, told Time what this would involve. «During training we never tell someone that we are making him into a suicide bomber, he says. Instead, the trainee will be asked about his ambitions, why he thinks God has sent him to the world, reminded constantly about atrocities against Muslims. (...) Just days after the London

através da Internet. Uma vez entrado, ficará prisioneiro tanto dos crimes que cometer ao serviço do movimento, os quais o impedem de procurar a protecção das autoridades e lhe dificultam a reintegração numa vida normal, como do medo das represálias dos seus companheiros, que o considerariam traidor, possível delator, e consequentemente o condenariam à morte, se tentasse abandonar o grupo.

### 3.3. As condições favoráveis a nível do contexto social

Mas as causas, se começam no indivíduo, também se encontram na sociedade em geral. Esta, no seu todo, ou no seio de determinadas minorias que a compoñham, pode condenar severamente, sem ambiguidades, o terrorismo ou, por excessiva permissividade, tolerá-lo, ou mesmo, consciente ou inconscientemente, simpatizar com os propósitos da sua luta e assim incentivá-lo,<sup>80</sup> ou, ainda, a nível do pensamento publicado, fornecer-lhe justificações teóricas, ou, a nível das práticas colectivas, e das condicionantes socioeconómicas, criar condições favoráveis ao recrutamento de novos terroristas.

Michael Jenkins<sup>81</sup> já há mais de vinte anos afirmava que «Não haverá diminuição das fontes do terrorismo», pois estas coincidem com as muitas fontes sociais da violência, tais como «crescimento das populações, da pobreza, da escassez dos recursos, das tensões raciais, da inflação e do desemprego, acrescidas tensões entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas, ondas de refugiados e de imigrantes deslocando-se dos Estados mais pobres para os mais ricos, frequentemente trazendo com eles os conflitos das suas pátrias, por vezes originando ressentimentos entre os cidadãos nativos, rápida urbanização, desintegração das estruturas tradicionais de autoridade, emergência de agressivos grupos ou cultos religiosos fundamentalistas». Mas alertava, evitando fáceis e excessivas conclusões: «Contudo, a conexão entre condições socioeconómicas e terrorismo não está estabelecida. As pesquisas não têm sido capazes de demonstrar uma conexão entre pobreza, escassez, inflação ou qualquer outro indicador socioeconómico, e terrorismo. Sem dúvida, países experimentando os mais elevados níveis de terrorismo são frequentemente, económica e socialmente, nações líderes na sua região ou no Mundo e, frequentemente, as menos autoritárias».

Todo este texto continua inteiramente verdadeiro, e da diversidade de nexos que Michel Jenkins aponta, poder-se-á concluir que a maior ou menor probabilidade do aparecimento, e a maior ou menor intensidade e duração dos terrorismos, terão certamente alguma relação com a estrutura e funcionamento das sociedades, incluindo a

---

bombings, Nazir told Pakistani interrogators that he had met Tanweer, and that since the terror attacks in 2001, more than 300 British Muslims of Pakistani descent have visited Pakistan to attend religious schools, receive training, and sign up for suicide missions abroad.»

80 Diversos autores têm destacado estes aspectos, como, por exemplo, PINHEIRO, Joaquim A. Franco, 1982, a pp. 57-58; WILKINSON, Paul, 1990, a pp. 5-6; ou BREMER III, L. Paul, 1993, a p. 256.

81 JENKINS, Michael, 1986, pp. 255-256.

sua atitude perante o fenómeno, mas trata-se de um relacionamento muito complexo, de modo algum limitado aos aspectos socioeconómicos.

De facto, determinados aspectos socioculturais, como a religião, a história, ou os usos e costumes, aliás intimamente interligados,<sup>82</sup> influenciam as atitudes colectivas face a problemas de relacionamento político no seio de uma determinada comunidade, e dela face a outras, podendo, em certos casos, favorecer, em outros contrariar, a ocorrência de sentimentos de intolerância, ou de radicalismos nacionalistas, religiosos, ou ideológicos, que por sua vez podem dar lugar a surtos de violência, e eventualmente alimentar a prática do terrorismo.<sup>83</sup>

Por outro lado, formas da organização e do funcionamento social podem criar condições<sup>84</sup> que agudizem ou, pelo contrário, atenuem esses problemas de relacionamento

---

82 Essa intensa interligação destes três factores manifesta-se constantemente e de muitos modos. No que diz respeito ao terrorismo religioso um desses modos, que me parece merecer particular atenção, é posto com bastante clareza neste trecho de ARMSTRONG, Karen, 2001 «Então, porquê o bombista suicida, o rapto e o massacre de civis inocentes? Muito longe de serem apoiadas pelo Corão, estes actos de morte violam alguns dos seus preceitos mais sagrados. Mas durante o século XX a forma de devoção religiosa militante frequentemente conhecida por fundamentalismo emergiu em cada uma das grandes religiões como rebelião contra a modernidade. Cada movimento fundamentalista que estudei no Judaísmo, no Cristianismo e no Islão está convicto de que a sociedade secular, liberal, está determinada a eliminar a religião. Travando, como crêem, uma batalha pela sobrevivência, os fundamentalistas frequentemente se sentem justificados ao ignorarem os princípios mais compassivos da sua Fé.»

83 Sobre a influência da religião, da história, e dos usos e costumes, na prática da violência e, em particular, na da violência terrorista, nuns casos favorecendo-a, em outros contrariando-a, existem muitos escritos de muitos autores. De entre os que me serviram de fontes ou inspiração neste trabalho refiro: HORCHEM, Hans Josef, 1993; JANKE, Peter, 1993; WALSH, James, 1995; *El País*, 18 de Septiembre 2001; McGEARY, Johanna, and BIEMA, David van, 2001; *Revista Militar* n° 1 – Janeiro 2002; *Revista militar*, n° 2-3 – Fevereiro/Março 2002; SHAMEEN, Assif, 2002; SALEM, Ali, 2002; DONNAN, Shawn, 2002; BENJAMIN, Daniel, e SIMON, Steven, 2002; *Time*, September 15, 2003; FINGUERMAN, Ariel, 2003; *Público*, 17 de Março de 2004b; RAMADAN, Tariq, 2004; POWELL, Bill, 2004b; WARE, Michael, 2004; LAQUEUR, Walter, 2004; BANDEIRA, André Sopas de Melo, 2005, a pp. 283-284; *Time*, June 6, 2005a; JORGE, João Carlos M. S. Guedes, 2005, a pp. 17-21; LIMA, Bernardo Pires de, 2005b; POWELL, Bill, 2005a; ELLIOTT, Michael, 2006; SKERRY, Peter, 2006; FAROUKY, Jumana, 2006; ESPADA, João Carlos, 2006; BAKER, Aryn, 2006; ASIAN, Reza, 2007; BAKER, Aryn, *Beyond Faith*, 2007; JAMAI, Aboubakr, 2007; MONJARDINO, Miguel, 2007; POWER, Carla, 2007.

84 São muitas e diversificadas as relações complexas entre as formas de organização e de funcionamento social e a geração de condições propícias, ou contrárias, ao recurso à violência na contestação política, que pode, ou não, tomar a forma de terrorismo. A instabilidade política, como na Indonésia após a queda do ditador Suharto, favorece o apelo à violência política (RATNESAR, Romesh, 2002b, p. 48) o mesmo acontecendo com a excessiva repressão política, o que será piorado se se conjugar com um sistema educativo falhado e com a influência de formas radicais da religião, como aconteceu em Marrocos durante o reinado de Hassan II. Inversamente, o desenvolvimento de formas liberais e pluralistas de governo democrático diminui o apelo à violência política, o que também ocorre com a expansão de formas de religiosidade moderadas e com o desenvolvimento económico, como está acontecendo agora em Marrocos no reinado Mohamed VI (CRUMLEY, Bruce, e MACLEOD, Scott, 2005). Assim, conforme lembrou o Papa João Paulo II na sua mensagem na celebração do Dia Mundial da Paz a 1 de Janeiro de 2002: «A colaboração internacional na luta contra a actividade terrorista deve comportar também um compromisso particular nos planos político, diplomático e económico para resolver com coragem e determinação as eventuais situações de opressão e marginalização que estarão na origem dos

político, particularmente perigosos, no que se refere à emergência de actividades terroristas, quando se trata de fenómenos de exclusão ou deficiente integração socioeconómica ou sociocultural no interior de um mesmo Estado,<sup>85</sup> ou de ocupação colonial, ou de disputa de territórios entre comunidades diferentes, sobretudo tratando-se de conflitos prolongados e violentos como, por exemplo, o da Palestina, ou o do Sri Lanka, ou o de Caxemira.<sup>86</sup>

Nesse aspecto, o papel desempenhado por determinados intelectuais, designadamente por teóricos proponentes de utópicas sociedades perfeitas, como os comunistas e os teocratas, por teorizantes das guerras menores, como Régis Debray, Che Guevara, Trotski ou Marighella, por líderes religiosos como Khomeini, e por críticos da sociedade capitalista, como Marx, Marcuse, Sartre, ou Fanon,<sup>87</sup> tem contribuído para a difusão do uso da violência na política em geral (incluindo-se nesta a violência terrorista) de diversos modos, quer directamente pela defesa e difusão de ideologias violentas, quer indirectamente, seja pela contestação crítica dos valores, derrubando assim barreiras morais, seja pela exaltação ou pela descaracterização da violência, fornecendo assim argumentos e justificações para a sua prática, seja pela valorização maniqueísta de ideias e preconceitos que se radicalizam.

Também as actividades dos meios de comunicação social, da escola, da família, das assembleias religiosas, da opinião pública em geral, condenando ou, pelo contrário, aceitando, ou mesmo até, em certos casos, chegando à cumplicidade (como acontece,

---

designios terroristas. O recrutamento dos terroristas é com efeito mais fácil nos contextos sociais em que os direitos são calcados aos pés e em que as injustiças são toleradas por demasiado tempo. É necessário todavia afirmar claramente que não se podem nunca utilizar como pretexto injustiças que existem no Mundo para justificar os atentados terroristas. (...) A pretensão que o terrorismo tem de agir em nome dos pobres é uma flagrante impostura.»

85 É o caso, por exemplo, de imigrantes ou, mais comumente, de seus descendentes que, por causa de suas peculiaridades étnicas e, ou, religiosas, não se integrem completamente ou, com razão ou sem ela, se sintam discriminados negativamente nas suas novas pátrias (BIRD, Maryann, 2005), e dos frustrados nas suas expectativas que não aceitem as normas legais e morais que pautam a vida colectiva (ELLIOTT, Michael, 2002c; HORCHEM, Hans Josef, 1993), assim como dos jovens desempregados de longa duração que podem encontrar justificações ideológicas ou religiosas para utilizarem a violência contra o “sistema” (JANKE, Peter, 1993; SERRILL, Michael S., 1995). No caso de imigrantes com intenso sentido étnico, ou de forte identidade religiosa, além das dificuldades de integração, determinadas orientações da política externa das suas novas pátrias podem causar-lhes profunda revolta por serem vistas por eles como injustamente agressivas contra “os seus irmãos” de religião ou de etnia (McALLISTER, Leo, 2006). Até mesmo a condição feminina, sendo sentida como injustamente discriminada, pode originar, em algumas feministas, a vontade de actuar violentamente contra as sociedades “machistas” (GOLDSMITH, Catharine, 1992).

86 São comuns referências à ligação entre conflitos por disputa de territórios e o terrorismo, sendo fácil encontrar afirmações a este respeito. Entre os autores que utilizei neste trabalho posso referir WILKINSON, Paul, 1990, a pp.3-4; MACLEOD, Scott, 2001; McGIRK, Tim, 2002; McGEARY, Johanna, 2002; BENJAMIN, Daniel, 2005; KRAUTHAMMER, Charles, 2006.

87 Veja-se a este respeito, o livro de BURUMA, Ian, e MARGALIT, Avishai, 2004. Referências neste sentido podem também encontrar-se, entre os autores que tenho lido, em ARON, Raymond, 1976, pág. 209; GERECHT, Reuel Marc, 2003; e WILKINSON, Paul, 1979, a pp. 103 e 107-108.



designadamente, com muitas escolas religiosas islâmicas), tem uma importância que não será de modo algum despicienda.<sup>88</sup>

Nas perturbadas e confusas sociedades democráticas liberais, onde os vícios e defeitos próprios da natureza humana todos permanecem, mas onde as barreiras e condicionamentos à expressão desses vícios, e as referências e orientações para os comportamentos socialmente correctos, isto é, os valores sociais e morais, as proibições e os ritualismos, são permanentemente questionados, se não mesmo postos de lado, reprovados ou ridicularizados, por serem consideradas reminiscências de um passado obscurantista, onde os castigos dos que prevaricam são eliminados ou exageradamente aliviados, em nome de um pretensão humanitarismo, da recuperação dos criminosos, e da recusa da opressão, e onde frequentemente se confundem tolerância com laxismo e liberdade com libertinagem, nestas sociedades tem-se criado um ambiente que, na realidade, objectivamente, favorece o desenvolvimento da violência. Nestas perturbadas sociedades, alguns factores, que sem preocupação de ser exaustivo a seguir se referem, parecem desempenhar um papel importante no desenvolvimento do terrorismo “autónomo”.

Desde logo, a descaracterização do conceito de violência, ao alargá-lo para além do seu significado restrito, de utilização, ou ameaça credível de utilização, iminente, da força física. Essa descaracterização, expressa nos trabalhos de alguns filósofos e sociólogos, como por exemplo, no conceito de “violência estrutural” de Galtung, ou nos de violência indirecta, moral, simbólica, de Sarte e de Fanon, contribui para justificar o terrorista, não só aos seus próprios olhos, mas mesmo, pelo menos até certo ponto, aos olhos daqueles que partilham aquelas concepções alargadas do conceito. De facto existem, entre os autores, duas perspectivas sobre o conceito de violência, uma restrita, ou estreita, como lhe chama Galtung, em que, conforme a define Aron, a violência só existe quando se exerce a força física ou, pelo menos, se exerce coacção através da ameaça credível da sua utilização iminente, e outra alargada, esta, por sua vez, cobrindo uma grande variedade de acepções, como as de violência “conceptual”, “psicológica”, “moral”, “indirecta”, “estrutural”, “latente”, “simbólica”, etc.

Das duas perspectivas, a única que permite manter a especificidade do conceito é a restrita. Todas as variantes da perspectiva alargada se referem a comportamentos que, embora eventualmente coactivos ou limitadores da liberdade, no entendimento comum (e mesmo no de muitos académicos) são designados de outro modo, como “influência”, “influência cultural”, “doutrinação”, “mentira”, “coacção moral ou económica”, “injustiça social”, “instabilidade social”, “ensino e educação”, etc. Estes comportamentos,

---

88 As exigências de se evidenciar a comprovação da ligação da Al-Qaeda e dos talibans aos atentados terroristas do 11 de Setembro de 2001 antes da retaliação militar sobre o Afeganistão (RATNESAR, Romesh, 2001) e a insistência em ligar uma alegada arrogância do poder dos EUA e de presumidas razões de queixa dos terroristas à causalidade dos seus atentados (SULLIVAN, Andrew, 2002), são exemplos, entre muitos outros, destas influências das opiniões públicas (ou das publicadas).



normalmente, nada têm a ver com o emprego da força física, nenhum deles implicando “necessariamente” o uso desta. Este uso, ou a sua clara ameaça, porém, marca por si só uma distinção qualitativa muito importante na natureza, quer da acção, quer da coacção que dela deriva ou pode derivar, justificando essa distinção que lhe seja reservado um termo específico. Não me parece existir outro mais apropriado para designar esse emprego da força física do que o, já secularmente consagrado, de violência.

Ora acontece que a perspectiva alargada não é nem inocente, nem inócua, em termos da sua ligação com a “praxis”. A generalização do conceito de violência a situações em que a força física não é empregue, conduz a considerar equivalentes situações que, sob muitos aspectos importantes, o não são, como, por exemplo, a injustiça social e a revolta armada.<sup>89</sup> Muitas vezes, no discurso do guerrilheiro, do revoltoso, ou do terrorista, a sua violência física, que mata e destrói, é apresentada como sendo apenas reacção ou resposta justificada pela alegada violência do governo, do regime político, ou da sociedade em geral que, na sua visão das coisas, seriam injustos e opressores e por isso violentos, de uma violência que teria precedido, provocado e justificado, a sua. Exploração, injustiça, mesmo educação (“violência simbólica” segundo Bordieu, um pouco na linha do “Émile” de Jean Jacques Rousseau) aparecem assim confundidos com agressão, ferimentos, destruição material, no mesmo conceito, levando a que alguns possam entender que a bomba possa ser resposta adequada à exploração no trabalho, ou à proibição do ensino de um idioma, por exemplo. Deste modo, o alargamento do conceito não só é descaracterizador, mas também perigoso e, mesmo, por vezes, mal intencionado.

Ao alargamento descaracterizador do conceito de violência acresce uma “estranha simpatia” pela revolução,<sup>90</sup> esquecendo que esta é sempre perigosa, frequentemente injusta nos múltiplos aspectos da sua prática e mesmo até nalgumas das suas finalidades e motivações, constituindo uma potencial forma de guerra que se vulgarizou nos tempos modernos. Essa simpatia, em parte decorrente de uma “mitificação” da “Revolução Francesa” dos finais do século XVIII, continua na moda entre os intelectuais e de algum modo se tem infiltrado na opinião pública das sociedades democráticas liberais onde, de forma paradoxal, se vem conjugando com a condenação das guerras internacionais. Este complexo de ideias apriorísticas apresenta como resultante uma notável tolerância pelas guerras menores (de guerrilha, ou revolucionárias, ou subversivas, ou assimétricas,

---

89 Um dos muitos exemplos dessas confusões perigosas é aparente neste excerto do Diário Popular de 20 de Março de 1987 «“A política militarista das Grandes Potências” ofende as legítimas aspirações à autodeterminação dos povos do 3º mundo”», afirmou na sua intervenção na Conferência Internacional sobre o Terrorismo, a decorrer em Genebra, o presidente da organização Internacional para o Congresso, Hans Koechler. (...) Do ponto de vista de McBride, um dos intervenientes da Conferência, as grandes potências, que ameaçam a Humanidade com uma guerra ou um acidente nuclear, “praticam um terrorismo ilimitado perante os que se opõem à indústria militar”. Mas são extremamente comuns exemplos desse tipo de confusões.

90 Veja-se, por exemplo, o que a esse respeito escreveram FREUND, Julien, 1979; PINHEIRO, Joaquim A. Franco, 1982, a pp. 57-58; BREMER III, L. Paul, 1993, a p. 256.

ou do “povo em armas”), uma paralela rejeição das intervenções militares ocidentais, sobretudo das americanas e das israelitas, e alguma desculpabilização de certos terrorismos, em especial do palestino.

Acresce também a ideia de que os terroristas são desesperados, vítimas de verdadeiras injustiças sociais, e que lutam contra elas. Esta ideia, muitas vezes completamente errada,<sup>91</sup> conjuga-se com a atrás referida descaracterização do conceito da violência, que lhe vem dar algum suporte lógico.

É também relativamente comum a ideia de que algumas motivações políticas, determinadas consoante as simpatias pelas respectivas causas por parte dos que aceitam esta ideia, podem justificar o recurso à violência, e mesmo em certos casos, quando a desproporção de forças é muito grande, ao terrorismo. Esta ideia conjuga-se com a “estranha simpatia” pela revolução.

Muitas pessoas pensam que a sociedade é culpada, e que para acabar com o terrorismo é preciso primeiro detectar e eliminar as suas causas sociais. De facto, a visão dominante no “mundo ocidental” ou “desenvolvido”, ou “1º mundo”, é a de o terrorismo se definir em função dos seus métodos, os fins não justificando os meios, enquanto a visão dominante fora dele, pelo menos até aos anos noventa, e nos países islâmicos, até hoje, assim como em certos meios e movimentos ditos de “esquerda” do “mundo ocidental”, tem sido a de que é preciso primeiro analisar as razões e os objectivos do terrorismo, que consideram ser uma forma de violência armada como as outras, os fins justificando os meios.<sup>92</sup>

Mas a imagem da sociedade culpada constitui mais uma falsa percepção, de que se pode encontrar um exemplo nas conclusões da comissão jurídica da ONU em Dezem-

---

91 A ideia do terrorismo como luta contra a opressão é contrária à realidade que mostra o terrorismo defendendo ou propondo formas de organização política autoritárias ou despóticas e actuante sobretudo contra governos democráticos liberais. É o que também reconhecem MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, a p. 112, assim como LAQUEUR, Walter, 2004, e WILKINSON, Paul, 1990, a pp. 5-6.

92 Assim, por exemplo, pode ler-se em COLARD, Daniel, e em GUILLAUDIS, Jean-François, 1986, a p. 73: «Ces extraits (Source: Nations Unies, documents de l'Assemblée générale, A/34/37, 1979) montrent clairement qu'il existe, à propos du terrorisme, deux conceptions, au-delà de la condamnation qui est générale. Pour les uns — c'est la conception occidentale partagée par certains Etats d'Amérique latine — le terrorisme se reconnaît à ses méthodes, à la violence aveugle frappant des innocents, au chantage etc., et ce qui compte avant tout c'est de mettre au point des mesures de prévention et de répression efficaces au plan national et international. Selon les autres, ces violences et ces morts sont certainement regrettables mais il faut, en priorité, tenir compte des raisons et des objectifs de cette violence, il faut s'interroger sur les causes. La violence exercée par les mouvements de libération est une violence légitime, il ne peut, en aucun cas, s'agir de terrorisme, c'est au niveau des causes de l'oppression que se situe la vraie violence, le terrorisme. (...) Cette deuxième conception est celle du Tiers-monde et l'U.R.S.S. la soutient. A partir de là, l'approche du phénomène terroriste est très différente (...). Elle est même contradictoire car pour les occidentaux la fin ne justifie pas les moyens, et certains groupes qui se réclament de la décolonisation, et de la libération sont incontestablement terroristes. D'un autre côté, l'analyse des causes que fait le Tiers-Monde désigner comme principaux coupables le colonialisme, le racisme, l'ordre économique international “injuste et inéquitable”, c'est-à-dire l'Ouest et ses amis.»

bro de 1972 no rescaldo do atentado terrorista palestino contra os atletas israelitas nos Jogos Olímpicos de Munique em Agosto de 1972.<sup>93</sup> Esta ideia parte do errado preconceito de que a violência tem sempre, só ou principalmente, causas estruturais sócio-políticas ou sócio-económicas, e conjuga-se quer com a descaracterização do conceito de violência, quer com a “estranha simpatia” pela revolução.

Serão ainda de referir os preconceitos, ligados a simpatias por ideologias políticas quer de esquerda quer de direita, que levam as pessoas a ter duas medidas diferentes para julgar os acontecimentos. Muitas vezes, pessoas que condenam asperamente o terrorismo “negro” (terrorismo ideológico de extrema direita), ou o despotismo de direita, fecham os olhos ao terrorismo “vermelho” (terrorismo ideológico de extrema esquerda), ou ao despotismo de esquerda, e vice-versa. O assim designado “imperialismo” dos EUA era e continua a ser condenado pelos muitos que, negando-lhe essa natureza, admitem, ou mesmo defendem, o verdadeiro imperialismo, que foi o praticado pela URSS, e é o que continua a ser praticado pela Rússia e pela China. Testemunhos dos crimes de Estaline, de Mao Tse Tung, da “dinastia” despoticamente governante da Coreia do Norte, de Saddam Hussein ou de Pol Pot, foram assim sistematicamente ignorados pelos mesmos que estiveram sempre prontos a denunciar com veemência a segregação racial da África do Sul ou a ditadura chilena de Pinochet. Muitos dos que se têm indignado com as acções militares dos israelitas na Palestina ou no Líbano, ou as dos norte-americanos no Afeganistão ou no Iraque, pouca ou nenhuma indignação manifestam contra as acções terroristas a que elas reagem. As medidas mais duras no combate ao terrorismo são frequentemente objecto de escandalizada denúncia, mas as mesmas pessoas raramente manifestam a mesma ênfase e o mesmo empenho na denúncia deste.<sup>94</sup>

Por último, ainda dentro do conjunto de causas a nível social, será indispensável referir, por um lado, a grande influência que, tal como em qualquer outra actividade, o sucesso, real ou aparente, das actividades terroristas, tem na motivação para novas acções e atracção de novos recrutas, do mesmo modo que o repetido fracasso pode conduzir a uma possível desmotivação para umas e outros.<sup>95</sup> E por outro lado, o efeito

---

93 *Défense Nationale* de Dezembro de 1977 «O exame do problema (combate ao terrorismo, na sequência do atentado contra os atletas israelitas nos Jogos Olímpicos de Munique em 1972) foi entregue a uma comissão jurídica da Assembleia Geral da ONU que em 11 de Dezembro de 1972 pediu que “se eliminassem as causas subjacentes do terrorismo” e afirmou “a legitimidade das lutas dos movimentos de libertação nacional”. Esta resolução condenava “os actos de repressão e de terrorismo aos quais os regimes coloniais, racistas, e estrangeiros continuam a entregar-se” distinguindo-os da “justa violência” das “lutas de libertação”, o que recorda a distinção estabelecida por Lenine entre as guerras justas e injustas.»

94 Veja-se, a este respeito, entre os autores que li para este trabalho, PINHEIRO, Joaquim A. Franco, 1982, a p. 61; Embaixada dos EUA, 1982; LIVINGSTONE, Neil C., Inverno 84-85; LIMA, José António, 2003; *Time*, June 6, 2005b.

95 A este respeito têm interesse as seguintes citações: WILKINSON, Paul, 1979, a p. 115: «A RAND Corporation study of sixty-three major kidnapping and barricade operations between 1968 and 1974 found that terrorists had a 79 percent chance of evading death or punishment, (...) And less than 10

fortemente motivador do apoio prestado a grupos terroristas por diversos governos, que procurando retirar benefícios políticos da actividade desses grupos a quem fornecem meios e protecção, fomentam as suas actividades.<sup>96</sup> Também aqui, características ideológicas e socioculturais constituem requisitos necessários ao desenvolvimento desses patrocínios, mas é sobretudo a natureza despótica dos regimes políticos que permite que eles aconteçam.

### 3.4. As condições propiciadoras a nível dos meios materiais

Para além das causas profundas, a nível da atitude psíquica interior dos indivíduos, das causas espirituais e morais, a nível das opiniões públicas dominantes, e das causas sociais, a nível de diversos aspectos da estrutura e funcionamento das sociedades humanas, existem evidentemente causas materiais, ligadas (1) quer à eficácia dos armamentos, equipamentos, e explosivos que sem grande dificuldade os terroristas conseguem obter, (2) quer às facilidades tanto de comunicação como de movimento, tirando partido das ligações telefónicas internacionais automáticas, do uso de telemóveis e da “internet”, de rápidas e simples transferências financeiras potenciadas pelos “segredos bancários” e pelos “paraísos fiscais”, assim como dos sistemas de transporte e de comunicação modernos, designadamente da enorme expansão do turismo de massas, (3) quer às capacidades dos modernos meios de comunicação social e sua crescente penetração e influência nas opiniões públicas e, através destas, nos aparelhos políticos.<sup>97</sup>

---

percent of the 127 terrorist attempts at aircraft hijacking between March 1968 and July 1974 resulted in the death or imprisonment of the terrorists. The RAND study found that even in cases where all concessions to the terrorists' demands were rejected, there was a 67 percent chance of the terrorists being able to escape with their lives (...) between 1971 and 1975, less than 50 percent of captured international terrorists actually served out their prison sentences»; STERLING, Claire, 1981: «Em meados dos anos setenta, um inquérito feito pelos serviços secretos israelitas mostrava que, de 204 palestinianos presos por terrorismo fora do Médio Oriente entre 1968 e 1975 apenas três estavam ainda presos em 1975»; ELLIOTT, Michael, 2002c, pp. 39 a 43: «o relatório da RAND argumenta que os ataques de 11 de Setembro de 2001 foram potencialmente uma efectiva arma de recrutamento, (...) não existe melhor incentivo para o recrutamento do que o sucesso – e a destruição do World Trade Center contou como tal.» BIRD, Maryann, 2003, p. 35: «We're now seeing evidence that a new generation of Islamists has filled Al-Qaeda ranks» says Jacquard. “It's becoming clear that the drama and terrible audacity [of Sept. 11] propelled a lot of fence sitters into the camp of jihad». Leia-se também MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, p. 29; WILKINSON, Paul, 1990, pp. 1 a 21.

96 Veja-se, a este respeito: Embaixada dos EUA, 1982; PINHEIRO, Joaquim A. Franco, 1982, p. 59; WILKINSON, Paul, 1986; MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, pp. 23-24, e p. 114.

97 A este respeito REES, David, 1983, a pp. 256-257 escreve: «Os terroristas têm outros trunfos táticos significativos no seu planeamento operacional, sendo o mais proeminente de todos a aceleração nas comunicações internacionais durante os últimos 10 a 15 anos. A introdução relativamente recente de ligações telefónicas directas de país para país auxilia materialmente o planeamento terrorista, (...). Outra vantagem táctica é a liberalização progressiva do sistema financeiro e bancário ocidental, que facilita

As primeiras aumentam o poder de pequenos grupos para produzirem grandes danos. As segundas contribuem para facilitar a preparação dos atentados e aumentar as possibilidades de escapar ao castigo. As terceiras, potenciando os efeitos psicológicos, aumentam o efeito procurado, a produção do terror, isto é, de efeito psicológico desproporcionado relativamente ao dano físico. Tanto as segundas, como as terceiras, contribuem também para favorecer os esforços de recrutamento de novos terroristas e são mais efectivas no mundo desenvolvido, constituindo esta maior efectividade, uma das razões principais para o florescimento do terrorismo nas Nações democráticas liberais.<sup>98</sup>

---

a transferência de fundos terroristas. O segredo bancário protege igualmente o terrorista. As viagens internacionais a jacto significam que o terrorista pode entrar e sair de um país-alvo numa questão de horas. Intimamente relacionado está também o aumento significativo de turismo internacional, facto que proporciona aos terroristas excelente “cobertura”, (...). Acresce que, uma vez executado o seu ataque, o terrorista internacional pode esperar cobertura televisiva imediata, muitas vezes à escala global, através das TV ligadas por satélite.» Por sua vez MALCHER, Alan, 1994b, pp. 208 a 210, acrescenta: «The rapid development of modern military weapons now means that terrorists have the fire-power of a platoon, and the development of large commercial aircraft, shopping centers, railway and airport terminals, along with a host of other crowded public venues, has provided the terrorist with a huge range of targets to choose from.» Leiam-se, também, WILKINSON, Paul, 1990, p. 4; BREMER III, L. Paul, 1993, p. 256; POWELL, Bill, 2005a.

- 98 MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, p. 59 «The society in which terrorism occurs is generally speaking either a Parliamentary democracy or an authoritarian regime, usually a badly run one at that. It will not be found in the totalitarian society; where is the point? If the actions are not going to receive any publicity or public debate, there is no way to put this message before the world and without this the cause is lost before it starts.»



## 4. Finalidades, Objectivos e Métodos

### 4.1. Finalidades e objectivos

Os objectivos do terrorismo variam muito,<sup>99</sup> não só em função dos diferentes tipos de terrorismo, que já procurámos distinguir e classificar, como também em função dos diferentes propósitos e motivações que cada um desses tipos pode englobar. Neste capítulo iremos focar a nossa atenção nos objectivos dos terrorismos “privados” nas suas duas modalidades principais, as que designámos como “terrorismo guerrilheiro” e como “terrorismo autónomo”.

Todos esses objectivos se inscrevem em dois níveis: os objectivos imediatos, que se pretendem obter directamente do acto terrorista, e que se podem considerar táticos, e os mediatos ou intermédios, assim como os fins, finalidades ou objectivos longínquos, que se situam, uns e outros, já no âmbito estratégico.

A intenção imanente de todo o acto terrorista é, por definição, causar o terror. Através da pressão psicológica<sup>100</sup> decorrente desse terror, e dos efeitos materiais do próprio acto, os terroristas podem visar a efectivação de vinganças ou castigos, a eliminação de inimigos ou de personalidades importantes, a libertação de militantes presos ou resgates em dinheiro por troca com cidadãos sequestrados, o roubo de

---

99 FÉLIX, Carla Sofia, 2004, p. 160; «O objectivo maior da causa terrorista será, talvez, a aniquilação dos valores da sociedade democrática. Contudo, muitas podem ser as causas que motivam os actos terroristas: expulsão de estrangeiros, mudanças políticas, acção de retaliação e vingança, obtenção de projecção local ou global, construção de uma imagem de poder, preservação do território, motivos religiosos. (...) Os ataques aos países muçulmanos que começaram o processo de democratização, como a Turquia e a Indonésia, demonstram a incompatibilidade entre os grupos radicais que recorrem a acções terroristas, e o regime de liberdade e respeito pelos direitos humanos».

100 MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, pp. 43 a 45: «Terrorism is about undermining the confidence a population has in the ability of the government of the day to provide a safe environment in which people can live a comfortable existence without fearing for their lives or livelihood. Thus terrorism is about confidence; it is an attack on the morale of a population and operates at a very basic human level. (...) based on the very concept of producing maximum emotional impact, sorrow and pity for the victims and anger against the authorities for allowing the terrorists to operate. The key to producing this emotional effect is, of course, the media impact value of the terrorist act. (...). Whatever their motivation, terrorists will choose as the target one specific group for the threat of violence, usually on geographical grounds, such as individuals in an enclosed space – a theatre, shopping precinct or aircraft. These are the secondary victims. The primary victims, namely the entire population, are targeted via the media for effect.»

armas ou de valores, ataques contra determinados grupos sociais ou políticos ou instituições, atentados esses que, na maior parte dos casos, são indiscriminados em termos de vítimas individuais sendo, no entanto, dirigidos em termos de vítimas colectivas. Em todos os actos terroristas está presente o objectivo da proclamação da existência e da determinação dos grupos terroristas que os praticam. Algumas vezes, os actos terroristas têm mesmo como único objectivo imediato essa acção de propaganda.<sup>101</sup>

Enquanto os objectivos imediatos se procuram através dos efeitos psicológicos e físicos directamente decorrentes de cada acção, a prossecução tanto dos objectivos intermédios como dos finais implica o encadeamento, mais ou menos prolongado, de múltiplas acções.

Quanto aos objectivos finais, o terrorismo pode ser o único ou o principal, quase único, instrumento (terrorismo “privado autónomo”) ou um dos vários instrumentos, não necessariamente o principal (terrorismo “privado guerrilheiro” e terrorismos de Estado) de uma estratégia, cujos fins políticos sejam a separação e autonomia ou independência de uma etnia ou nação, ou a expulsão de um invasor, ou a subversão de uma sociedade e derrube do respectivo governo, ou a imposição de uma nova “ordem mundial” religiosa ou laica, ou a imposição da ordem pública numa colónia, num território ocupado, no próprio país, ou o resultado final de uma guerra, convencional ou menor.

No que diz respeito aos objectivos intermédios, o terrorismo “privado” procura cumprir aquilo que é comumente designado por “ciclo do terrorismo” (provocação – repressão – desestabilização – revolução), tentando mostrar a incapacidade do governo que combate para proteger e dar segurança à respectiva população, bem como provocar uma repressão que “dê razão” às acusações contra esse governo e, assim, de uma forma ou de outra, aumentar o descontentamento da respectiva população, esperando desse modo desencadear, finalmente, uma revolução que mobilize a seu favor as massas populares.<sup>102</sup>

---

101 WOLFF, Alexander, 2002, analisando o episódio sangrento do rapto e assassinato de 11 atletas israelitas, nos Jogos Olímpicos de Munique em 1972, por 8 terroristas palestinianos da organização “Setembro Negro”, a p. 34 escreve: «Os terroristas adiaram mais duas vezes o seu prazo limite, para as 3 p.m., e depois para as 5, sabendo que cada adiamento redobraría a audiência na TV. “A exigência de libertação dos nossos irmãos presos tinha apenas valor simbólico” disse mais tarde Al-Gashey. “O único objectivo da acção era amedrontar o público mundial durante os seus “felizes Jogos Olímpicos” e fazer com que tomasse consciência da situação dos palestinianos».

102 WILKINSON, Paul, 1979, escreve a p. 111: «Perhaps most dangerous of all the possible political uses of terrorism are those designed to provoke and exploit a vicious spiral of violence and counter violence. It can be used, for instance, in an attempt to polarize intercommunal relations and to destroy the moderates and compromisers of the political centre. (...) If the government can be trapped into ordering its security forces into general repression and harassment of the civilian population and the suspension of civil rights, the terrorists (...) will try to get the people to blame the violence and disruption on the government and the security forces and proffer themselves as the party of social justice and the defenders of civil rights.». Por sua vez, PINHEIRO, Joaquim A. Franco, 1982, a p. 56 afirma que: «O Governo (...) encontra-se num dilema: ou se mostra incapaz de reagir eficazmente, e o seu descrédito favorece o terrorismo; ou, então, entra a fundo na repressão, com riscos de erros e exageros que aumentam o



## 4.2. A organização e os métodos

### 4.2.1. Aspectos gerais

Os grupos do terrorismo privado autónomo são de pequena dimensão, localizados em ambiente urbano, constituídos por indivíduos que procuram passar despercebidos no seu meio, muitas vezes aparentando mesmo estarem socialmente bem integrados levando vidas normais. Muitos, mesmo até entre os extremistas fanáticos que cometem atentados suicidas, são cidadãos com família, emprego, insuspeitos de qualquer ligação a grupos política ou religiosamente extremistas. Assim aconteceu, por exemplo, com os 19 suicidas dos atentados de 11 de Setembro de 2001 nos EUA, ou com os três suicidas dos atentados de 7 de Julho de 2005 em Londres.<sup>103</sup>

Estes grupos subdividem-se em minúsculas células, geralmente contando menos de uma dezena de indivíduos cada, que actuam quase sempre independentemente umas das outras, embora coordenadas por uma direcção central que, além de tomar as principais decisões, geralmente garante os indispensáveis apoios logísticos (financiamentos, documentos, alguns tipos de armamento e de equipamento, etc.) quando a célula não os possa obter por si só.

A fim de dificultar ao máximo a acção das forças da ordem, limitando a valia das informações obtidas de possíveis “infiltrados”, ou de terroristas capturados, a ligação com a direcção central efectua-se através de apenas um elemento dentro de cada célula, único a ser contactado pelos dirigentes, o qual, porém, assim como os restantes, em regra não conhece nem a localização das outras nem a identidade dos que as constituem.<sup>104</sup>

---

fanatismo dos terroristas e podem fazer nascer algum apoio popular à organização terrorista. (...) Com o mecanismo provocação – repressão – desestabilização, está em andamento a chamada “máquina do terror”. (...) Se a máquina do terror não é detida, pode chegar-se a uma situação de guerra civil que legitime a luta armada terrorista.»

103 A esse respeito, mas referindo-se particularmente ao caso dos imigrantes marroquinos, CRUMLEY, Bruce, e MACLEOD, Scott, escreveram em 2005: «Counterterrorism officials say that Moroccan cells in Europe are especially adept at hiding in plain sight. “They work hard at day jobs and family lives that provide total cover for clandestine activity,” says a French investigator.» E CLOUD, John, também em 2005, pp. 23-24, escreve: «He cited a British government report leaked to the Sunday Times in London last year that estimates between 10,000 and 15,000 British Muslims support Al-Qaeda and similar groups. (...) “These are young men who were born and grew up in Europe. They look like normal Europeans; they sound like normal Europeans; and they harness this seething anger and sense of righteous outrage (...) A French official adds that this generation is ‘learning without leaving’ – training to become jihadists right at home, through videos and the Internet. (...) Today officials are finding groups with no foreign-trained members, and only one or two external contacts with deeper Al-Qaeda roots.”»

104 WILKINSON, Paul, 1979, escreve a pp. 112-113: «Although individual terrorists very often affiliate to broader mass political movements, their own terrorist organizations are typically very small. The optimum size appears to be between 1,500 and 2,500 operatives, and the minimum for a viable terrorist cell is four or five members. Larger terrorist organizations are generally backed up by a body of dependable

Por sua vez, vários grupos do mesmo “movimento” ou “organização” terrorista podem estruturar-se em rede sob um comando único a fim de cobrirem um espaço mais vasto, estabelecendo-se a ligação de grupo para grupo, quando necessário, através de emissários da mais elevada confiança.

O desenvolvimento do terrorismo internacional veio acrescentar um nível superior, mais amplo, de organização, consistindo na ligação, não apenas pontual, episódica, mas mais ou menos continuada, de organizações terroristas de mais de um país, entre si. Essa ligação sustentada pode ser efectuada de forma directa, bilateral,<sup>105</sup> mas mais comumente tem-no sido através dos serviços secretos e das redes de serviços consulares de Estados patrocinadores,<sup>106</sup> que também garantem os apoios logísticos necessários. Mais recentemente, a sustentabilidade das ligações entre os grupos, organizações e movimentos do terrorismo islâmico sunita tem sido conseguida principalmente por intermédio dessa peculiar “instituição” terrorista privada, de âmbito global, surgida na década dos anos noventa, a Al-Qaeda, a qual, como escreveu Aparisim Ghosh,<sup>107</sup> depois da repressão sofrida após o 11 de Setembro de 2001, se terá «transformado de uma organização de comando e controle numa filosofia que tem inspirado células terroristas

---

political supporters and sympathizers and an outer circle of potentially sympathetic strata who may be prepared to rally in active support of the terrorists under certain conditions. (As we have noted, it is frequently a major aim of terrorist groups to serve as a “foco” or catalyst for popular revolutionary mobilization.) The tiny numbers of the terrorist organization (...). In terms of the nature of terrorist strategy and tactics, it makes good sense: it makes it easier to achieve total secrecy and surprise and to evade capture and surveillance by the security forces. It is much simpler for tiny terrorist cells to melt away into the background and take cover or to transfer their theater of operations to a fresh region or country. (...) Sergei Nechayev may lay claim to having invented the characteristic cellular structure of the terrorist organization. Despite some regional deviations and refinements, this structure is still being employed by the vast majority of currently active terrorist movements. In this system, terrorists are deployed in small cells (...). Only one member of each cell is designated to act as leader and link-man with the higher echelons of the terrorist movement and with other cells. Firing-group members are given the minimum necessary information about the organization. This helps to protect the organization against infiltration by the security forces and ensures that if terrorists are captured little of value will be divulged to their interrogators.»

105 Alianças transitórias de natureza bilateral, para ataques a determinados alvos, ou para obtenção de meios, têm acontecido na Europa, na América do Sul, e, sobretudo, no Médio Oriente, na luta contra Israel, conforme, por exemplo, é referido em MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, pp. 58-59: «Circumstances have made the Palestinians turn to procuring assistance from other international groups. (...) This has led to joint operations with the Baader-Meinhof, the Red Army Faction the Japanese Red Army and of course the Sanchez (Carlos) connection of many years standing.» Ou na *Inter-International Terrorism*, 1990, pp. 55-56: «Operational cooperation between Hezbollah and Palestinian groups was evident in the past mainly in the Lebanese arena, and as part of the struggle against the IDF in Lebanon.», ou ainda na revista *Time* de 6 de Maio de 2002 onde se refere um relatório de um comité do Congresso dos EUA que acusa o IRA de treinar guerrilheiros colombianos juntamente com iranianos, cubanos e, possivelmente, separatistas bascos.

106 Deste particular aspecto dos métodos terroristas voltaremos a falar mais adiante, quando abordarmos a questão do terrorismo como instrumento estratégico.

107 GHOSH, Aparisim, 2006a, p. 17.

em todo o Mundo», mas não apenas, pois, como escreveu Paul Wilkinson,<sup>108</sup> terá passado a ser uma “rede de redes”, um «fenómeno transnacional facilitado pela internet, pela acessibilidade do tráfego internacional, e pelo relaxe dos controlos fronteiriços, e mantida unida pela partilha de uma ideologia.» Acrescenta o mesmo autor que «a sua flexibilidade e ausência de estrutura formal permitiram-lhe adaptar-se e sobreviver a despeito das pesadas baixas sofridas na guerra contra o terror»<sup>109</sup>.

Este desenvolvimento de organizações de mais amplo alcance abrangendo ligações internacionais, como é o caso da Al-Qaeda, a nível mundial, ou de algumas organizações a nível regional, como a “Jamaat Islamiyya” no Sudeste Asiático, apoia-se também em sistemas de emissários (“enviados” ou “delegados” regionais clandestinos) ligando a direcção central às direcções dos diversos grupos abrangidos, os quais estabelecem contactos e asseguram não só a transmissão de orientações ou ordens como também os apoios logísticos supletivos quando necessário.<sup>110</sup>

Os alvos escolhidos podem sê-lo numa gama quase ilimitada, praticamente em qualquer lugar, em qualquer tempo, sendo função não só dos objectivos pretendidos, como também das probabilidades de êxito. Isto é, se os terroristas podem obter o mesmo efeito pretendido atacando diferentes alvos, naturalmente escolherão os que estiverem menos vigiados ou menos bem defendidos. Assim, dado a enorme quantidade e variedade de alvos possíveis, a escolha acaba por depender quase só da vontade e das limitações operacionais dos grupos terroristas o que, obviamente, lhes confere uma enorme vantagem sobre as Forças da Ordem. Esses alvos são, portanto, quase sempre, alvos “macios”, isto é, não protegidos ou deficientemente defendidos, onde se concentrem grandes quantidades de pessoas, tais como hospitais, escolas, estações de meios de transporte, centros de comércio e, ou, que possuam importância económica, tais como locais de atracção turística, de exploração de recursos naturais, de transacções

---

108 WILKINSON, Paul, 2006, p. 41.

109 Estas características da Al-Qaeda têm sido apontadas também por muitos outros autores, como, por exemplo: HUBAND, Mark e FIDLER, Stephen, 2002; RATNESAR, Romesh, 2002b, pp. 47-48; McGEARY, Johanna, 2002; ABUZA, Zachary, 2002; DONNAN, Shawn, HUBAND, Mark, and BURTON, John, 2002; PURVIS, Andrew, and McGEARY, Johanna, 2003; TEIXEIRA, Nuno Severiano, 2004; McALLISTER, J.F.O., 2005b.

110 Conforme é descrito a partir do que se tem conhecido acontecer em Portugal, por PINTO, Maria do Céu, 2007: «De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna de 2006 dos Serviços de Informações e Segurança (SIS), continuam a ocorrer “casos pontuais de deslocação de extremistas ao nosso país (...). As funções destes nós de ligação são as de activar os agentes adormecidos, ajudar os operacionais em fuga, facilitando a sua deslocação para recuo temporário, ou realizar tarefas de carácter logístico. (...) actividades criminosas, como actividades de financiamento (roubos, tráfico de estupefacientes, uso fraudulento de cartões de crédito), falsificação de documentos (...) e apoio à imigração ilegal. (...) Intimamente relacionado com a circulação de radicais islâmicos, está o fenómeno dos chamados “casamentos brancos”. Eles permitem a legalização fraudulenta de cidadãos de origem islâmica no espaço europeu através de casamentos com conjugues portugueses ou com pessoas que tenham o passaporte no espaço Schengen, na sua maioria mulheres.» Também MCGIRK, Tim, 2005, se refere à existência dos emissários do comando da Al-Qaeda e de um comité itinerante de gestão desses emissários e dos grupos abrangidos.

financeiras e, ou, que tenham um significado simbólico susceptível de potenciar uma mensagem, tais como lugares de culto religioso ou de práticas políticas.<sup>111</sup>

As armas utilizadas têm sido sobretudo explosivos e armas ligeiras, facilmente obtíveis e muito eficazes, mas determinadas armas colectivas, como morteiros e lança mísseis,<sup>112</sup> assim como armas químicas e biológicas,<sup>113</sup> já por vezes foram utilizadas, não se podendo excluir a hipótese de material nuclear e actividades informáticas (estas até agora apenas utilizadas para comunicação, informação e propaganda, mas podendo facilmente serem utilizadas para roubos e disrupção de serviços públicos) também virem a ser acrescentados aos arsenais e modos operativos de alguns grupos terroristas.

Os métodos do terrorismo baseiam-se no segredo e na surpresa, abrangendo todas as actividades, incluindo todas as formas de violência, susceptíveis de satisfazerem as suas necessidades logísticas e operacionais, escolhidas e praticadas sem quaisquer limitações de ordem moral ou humanitária, sempre com a obsessiva intenção de maximizar o efeito psicológico de terror,<sup>114</sup> em função dos seus variados objectivos. As formas de violência mais comumente utilizadas são, como é bem sabido, as que implicam o accionamento de engenhos explosivos (armadilhas, minas militares ou artesanais, viaturas carregadas de explosivos, suicidas, etc.) e, ou, o uso de armas ligeiras de fogo (assaltos, raptos, assassinatos, desvio de aviões, navios ou autocarros, etc.) mas, conforme se refere no texto, outros meios têm sido utilizados, e outros que ainda o não foram podem vir a sê-lo.<sup>115</sup>

De um modo geral, essas actividades materializam-se em atentados dirigidos contra pessoas e, ou, bens, na maior parte dos casos fazendo explodir bombas ou depósitos de matérias inflamáveis, nalguns casos recorrendo a armas de fogo e granadas de mão, ou mesmo a mísseis portáteis, visando matar pessoas, ou raptá-las e, ou, destruir determi-

---

111 Conforme escreve JENKINS, Michael, 1986, pp. 261-262: «The greatest advantage that terrorists have and will continue to have is a virtually unlimited range of targets. Terrorists can attack anything, anywhere, anytime, limited only by operational considerations. Terrorists do not attack defended targets; they seek soft targets.» Também PURVIS, Andrew, and McGEARY, Johanna, 2003, a p. 36 se referem à escolha dos alvos, enfatizando a preferência por alvos “macios” e o seu valor simbólico.

112 Alguns exemplos da utilização, já efectuada por terroristas, desse tipo de armas podem ser encontrados em: MALCHER, Alain, 1994a e 1994b e em ELLIOTT, Michael, 2002a.

113 Alguns exemplos serão adiante referidos na parte deste capítulo dedicada à utilização de armas de destruição maciça pelos terroristas.

114 MALCHER, Alain, 1994a «Publicity is the life-blood of any terrorist organization, but unfortunately this appears to have gone unnoticed by some journalists and editors. During last year's City of London bombing, and during the recent attack on London Airport, a number of journalists working on national newspapers unknowingly aided the PIRA propaganda campaign by immediately suggesting Police incompetence and inadequate security (...) Speculation and sensationalism can only benefit the terrorist by helping spread fear and intimidation among the general public, whilst at the same time fostering the belief that the security services are impotent, and the security of high profile targets nonexistent.»

115 Muitos autores e trabalhos apresentam referências e comentários sobre esta questão como, por exemplo, entre os que consultei neste trabalho: MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, pp. 45 a 49; CRUMLEY, Bruce, 2002; TEIXEIRA, Nuno Severiano, 2004; CLARKE, Richard A., 2004; POWELL, Bill, 2004a; BANDEIRA, André Sopas de Melo, 2005, pp. 280 a 282.

nadas estruturas ou materiais e, ou, causar determinados danos económicos ou sociais. Conforme sintetizou Michael Jenkins em 1986,<sup>116</sup> (e essa síntese mantém-se basicamente válida) «terroristas fazem explodir coisas, matam pessoas, ou capturam reféns. Qualquer atentado terrorista é meramente uma variação dentro destas três actividades».

Nalguns casos, os atentados tomam a forma de assassinatos de vítimas escolhidas, por vingança, por castigo, ou pelo seu valor simbólico relativamente à causa política que os terroristas afirmam defender. Noutros, consistem em assaltos a embaixadas ou lugares públicos, como hospitais ou escolas, ou na captura e desvio de meios de transporte, como aviões comerciais, autocarros ou navios de passageiros. Tanto nos assaltos como nos desvios de meios de transporte, as vítimas são indiscriminadas, a nível individual, embora possam ser mais ou menos escolhidas a nível de grupo e, em alguns casos, são constituídas reféns para negociar a libertação de terroristas presos e, ou, obtenção de bens materiais, mas em outros são aniquiladas desde logo pelos assaltantes em missões muitas vezes desempenhadas por suicidas.

Nos últimos anos, sobretudo desde o início deste século, tem-se assistido a uma crescente utilização da Internet por parte dos grupos terroristas, aproveitando-a para a propaganda das suas “causas”, para divulgação de métodos operacionais tais como fabrico de explosivos, de armas químicas, de armadilhas explosivas, para transmissão de ordens e instruções codificadas e para recrutamento de futuros membros.<sup>117</sup> Um passo seguinte, ainda não dado mas cada vez mais provável será, a exemplo do que já vem fazendo o crime organizado, a prática do cibercrime,<sup>118</sup> quer para obtenção de fundos financeiros, quer para intrusão em serviços de informação das polícias e de outras instituições para obtenção de dados secretos, quer para disrupção de serviços públicos essenciais (fornecimentos de água, electricidade, gás canalizado, etc.). No entanto, acções deste tipo, dada a ausência de violência física directa, em rigor não podem ser classificadas como acções terroristas, e embora eventualmente venham a ser praticadas por grupos de terrorismo autónomo ou de terrorismo guerrilheiro, provavelmente, pela sua falta de apelo dramático, de espectacularidade, e pela sua exigência de particulares capacidades técnicas, não o virão a ser com muita frequência.<sup>119</sup>

---

116 JENKINS, Michael, 1986, pp. 259 a 261 trata desta questão. A parte citada encontra-se na p. 259.

117 Exemplos dessa crescente utilização podem ser facilmente encontrados. Entre os autores lidos na preparação deste trabalho encontram-se, entre outros, em DINMORE, Guy, 2002; FÉLIX, Carla Sofia, 2004, p. 160; POWELL, Bill, 2004a; SMITH, Adam, 2007; FARIA, Fátima, 2007, a pp. 157-158; NUNES, Paulo Fernandes Viegas, 2004. Este último autor, na p. 942, informa que «Em Abril de 2002 a administração norte-americana identificou a presença na Internet de 33 grupos terroristas.»

118 Algumas informações de carácter geral sobre a caracterização do “cibercrime” podem ser encontrados em CARRAPIÇO, Helena, 2006.

119 JENKINS, Michael, 1986, p. 260: «Will we see a more sophisticated “white collar” terrorism, that is, attacks on telecommunications, data processing systems, or other targets intended to produce not crude destruction but widespread disruption? Perhaps, but disruptive “terrorism” of this type does not appear to be particularly appealing to today's groups. It is possible that terrorist incidents of this type will occur, but not very likely. Such operations are technically demanding, and they produce no immediate

Os objectivos de libertação de presos e de obtenção de compensações materiais podem também ser, e têm sido, concretizados através da realização de raptos. Porém, quando se trata só da obtenção de dinheiro, os métodos criminosos mais utilizados pelos terroristas são a “extorsão”, através das por eles assim designadas “redes de protecção” (colecta de contribuições periódicas, que denominam “impostos revolucionários”, a comerciantes ou industriais, sob ameaça), ou assaltos a bancos, roubo e falsificação de cartões de crédito,<sup>120</sup> ou ainda intervenção na produção e comércio de drogas ou em outras muito lucrativas actividades do crime organizado. Quando se trata de obter armas, os terroristas intervêm no respectivo contrabando, muitas vezes em ligação com o crime organizado, ou realizam assaltos a depósitos ou a quartéis das polícias, ou mesmo das forças armadas, que porventura se encontrem fracamente defendidos.

A actividade terrorista, para ter alguma possibilidade de sucesso no que diz respeito às suas finalidades, necessita de se manter durante muito tempo, e isso implica renovar as suas fileiras através do recrutamento de quantidade adequada de novos elementos, o que é conseguido principalmente através da propaganda dos seus actos de violência que atraem os mais radicais entre os simpatizantes das causas que afirmam defender, simpatizantes esses que, por sua vez, podem ser também atraídos, em certos casos, sobretudo quando se trata de terrorismos religiosos ou nacionalistas, por acções de apoio social a determinadas comunidades, construindo e equipando hospitais, escolas, e praticando diversos tipos de caridade, inclusive estabelecendo pensões para as famílias de militantes mortos, especialmente para os suicidas. Este tipo de actividades sociais de beneficência tem sido praticado sobretudo por alguns movimentos terroristas religiosos nacionalistas islâmicos, como o Hezbollah e o Hamas, que por sua vez conseguem reunir abundantes recursos financeiros através de donativos directos de simpatizantes ricos e, ou, de Estados patrocinadores e, ou, de organizações internacionais de caridade islâmicas.<sup>121</sup>

---

visible effects. There is no drama. No lives hang in the balance. There is no bang, no blood, and they do not satisfy the hostility or the publicity hunger of the terrorists.»

120 Conforme escreve WILKINSON, Paul, 1979, pp. 114-115 «when external aid dries up (...) the terrorists can win to bank robberies, weapons thefts, and kidnapping for huge ransoms, in order to keep themselves well supplied. (...) Another well known fund-raising activity is protection rackets of the kind run by the provisionals in Northern Ireland. (...) Terrorism in many countries is now big business, and there is no doubt that many groups around the world have adopted political slogans and labels as a front for private criminal gain.» Ou SERRILL, Michael S., 1995, «Once funded clandestinely by the Soviet Union and Cuba, FAR now gets its money from “taxes” on drug traffickers, landowners, and corporations, which pay millions to ransom their executives.» Ou ELLIOTT, Michael, 2002c, «para operações locais, as células terroristas são suficientemente capazes de viverem à custa do ambiente.» «Muitas das conspirações terroristas de islamitas na Europa e na América do Norte [diz Jean-François Ricard, um dos principais investigadores anti-terrorismo franceses] foram auto financiadas através de actividades criminosas – principalmente tráfico de carros roubados e, acima de tudo, fraudes com cartões de crédito. Quando Kamel Daoudi, um alegado terrorista da Al-Qaeda de nacionalidade francesa foi preso na Grã-Bretanha no ano passado, tinha mais de 100 cartões de crédito falsificados no seu carro.»

121 Não é difícil encontrar referências a este respeito na literatura que aborda temas relacionados com o terrorismo, como, por exemplo em: *Time*, 12 de Maio 2003, p. 10; ALLBRITTON, Christopher, and BLANFORD, Nicholas, 2006; McALLISTER, Leo, 2006; BLANFORD, Nicholas, 2007.

Implica também, em todos os casos, abastecimento adequado de grandes quantidades de armamento e equipamento, de dinheiro, de documentos, e de técnicos, que dificilmente os grupos terroristas, só por si, através dos métodos referidos, ou de donativos de simpatizantes da sua causa,<sup>122</sup> conseguem obter nas quantidades necessárias para sustentar de forma continuada uma acção significativa de âmbito alargado a longo prazo. Na verdade, pode-se mesmo afirmar que não há terrorismo verdadeiramente perigoso sem uma eficiente logística de apoio.

Essas necessidades e dificuldades, assim como a importância de obterem refúgios, esconderijos, campos de treino e instrutores, têm sido provavelmente os mais importantes incentivos para os grupos terroristas fazerem acordos ou alianças entre si e para aceitarem patrocinadores estatais, uma coisa e outra conjugando-se para incrementar a internacionalização do terrorismo, aproveitando o desenvolvimento exponencial do turismo e as facilidades de deslocação que facilitam os ataques a alvos estrangeiros ou no estrangeiro.

Métodos como a “extorsão”, os raptos, os assaltos a bancos, o comércio de drogas, ou os assassinatos por vingança ou castigo, são igualmente usados pelos criminosos comuns, que por vezes também praticam atentados bombistas, tomada de reféns e até mesmo assaltos a esquadras de polícia, e que, pelas mesmas razões de maximização da sua segurança, também se organizam em pequenas células separadas.<sup>123</sup> Esta similitude de organização e de métodos, e a convergência de interesses na luta contra as forças da ordem, tem levado a que frequentemente surjam alianças entre grupos terroristas e “gângues” do crime organizado, sendo muitas vezes pouco clara a separação entre uns e outros. Desse aspecto particular dos métodos dos terrorismos, assim como de outros dois, a utilização de suicidas, e a de armas de destruição maciça, pela sua peculiaridade e por me parecerem merecer análise mais detalhada, tratarei a seguir em alíneas separadas.

#### 4.2.2. A ligação com o crime organizado

As relações entre grupos terroristas e guerrilheiros, por um lado, e bandos de criminosos comuns, por outro, podem revestir todas as formas, desde a coexistência

---

122 Donativos voluntários, directos para a causa, ou desviados para esta a partir de fundações e instituições de apoio social ou de caridade. Grupos do terrorismo autónomo nacionalistas, como o IRA ou a ETA, e religiosos, como o Hezbollah ou o Hamas, ou a própria Al-Qaeda, têm sido frequentemente referenciados como beneficiários deste tipo de donativos. Leiam-se, por exemplo: PURVIS, Andrew, 2002; RATNESAR, Romesh, 2002b, a pp. 47-48; ELLIOTT, Michael, 2002c; ALLEN, Robin, 2002, McALLISTER, Leo, 2006.

123 CARRAPIÇO, Helena, 2006, p. 6, a propósito do crime organizado escreve «De acordo com John Salt, é muito possível que a organização deste tipo de grupos se baseie, não num núcleo centralizador, mas em conjuntos de pequenas redes independentes que, embora inter-relacionadas, se vão alterando consoante as necessidades do mercado (...) Outro autor, J. Juhász, apresenta uma descrição semelhante: “they typically have a cellular and hierarchical structure where executive units are left in the dark about a higher level control that is well organized and difficult to penetrate”»



“neutral”, cada um desenvolvendo as respectivas actividades independentemente do outro, até à oposição violenta, passando por diversas formas de ligação, mesmo até, de fusão.<sup>124</sup>

As ligações entre guerrilha, terrorismo e crime organizado, não são de modo algum uma novidade.<sup>125</sup> Pelo contrário, a História mostra-nos que foram sempre comuns. Para além da similitude da organização e dos métodos, que atrás referimos, e do facto de que muitos dos militantes terroristas e, ou, guerrilheiros, começaram por ser simples criminosos antes de se dedicarem à luta por uma causa política,<sup>126</sup> essas ligações têm-se verificado de várias formas, através de acordos, quer tácitos, quer expressos, visando fornecimento e aquisição de materiais ou serviços, ou cooperação, quer na luta contra as autoridades, quer na exploração de determinados “mercados ilícitos”, como os da produção e distribuição de drogas ou o contrabando de material de guerra.

Conforme escreve Helena Carrapiço,<sup>127</sup> «Esta ideia aparece já de forma premente na Declaração de 1994 da Assembleia Geral das Nações Unidas e em seguida na Resolução 1373 do Conselho de Segurança em 2001, alertando para “the close connection between international terrorism and transnational organised crime, illicit drugs, money-laundering, illegal arms-trafficking, and illegal movements of nuclear, chemical, biological and other potentially deadly materials”. (...) Cada vez surgem mais casos em que o crime organizado aparece como fornecedor de armas ou como financiador de grupos terroristas e guerrilhas, através do lucro que obtém nas suas actividades.» A mesma autora refere ser comum a existência de todas estas, e outras formas de ligação entre os grupos de terrorismo e de guerrilha e os de crime organizado, em todo o mundo, fornecendo diversos exemplos, entre os quais o da ligação entre crime organizado albanês e o KLA (*Kosovo Liberation Army*), que liderou a luta para a independência do Kosovo, e os de outros grupos terroristas e de guerrilha que frequentemente recorrem a alianças com o crime organizado, como o Movimento Islâmico do Uzbequistão, as Forças Armadas da

---

124 CARRAPIÇO, Helena, 2006, p. 3, «A evolução dos grupos criminosos na Europa levou a que se estabelecessem gradualmente relações de interdependência, nomeadamente financeira. (...) Neste sentido, será ainda mencionada a crescente preocupação, de alguns autores, com a aproximação, e até fusão, entre grupos criminosos e grupos terroristas.»

125 PINHEIRO, Joaquim A. Franco, 1979, p. 24 «no “Catecismo Revolucionário” anti-czarista, aparecido na Rússia por volta de 1869, ficou consagrado que as organizações terroristas não deveriam desdenhar alianças com bandidos, “únicos revolucionários autênticos na Rússia”. Na mesma época, Bakunine, o teórico russo da anarquia, considerava os criminosos verdadeiros revolucionários, porque haviam rompido todas as ligações com o mundo burguês e nada tinham a perder.»

126 ELLIOTT, Michael, 2002a, p. 49 «There is nothing new about terrorist groups recruiting petty criminals like Padilla, a former Chicago gang member, or Reid, a drifter from south London. (...) many of those involved in the mid 1990s wave of bombings in France orchestrated by The Armed Islamic Group were street criminals who had converted to radical Islam. Islamic terrorist leaders, says a French justice official, “go to the crook the drug dealer, the troublemaker who hates the police, hates their lives, and say, ‘Help us start a just society’”»

127 CARRAPIÇO, Helena, 2006, p. 20.



Colômbia, o Sendero Luminoso no Peru e os Tigres Tamil no Sri Lanka,<sup>128</sup> explicando que, por sua vez, «Ao cooperar com grupos armados com aspirações políticas e/ou religiosas, o crime organizado está desta forma a promover a instabilidade de determinadas zonas geográficas, permitindo-lhe assim perpetrar as suas actividades ilícitas nas áreas em questão. Os grupos que apoia, corroem gradualmente as defesas políticas, económicas e judiciais dos países, deixando consequentemente a porta aberta para a sua substituição por estruturas ilegais.»

É certo que, por definição, terroristas e guerrilheiros se distinguem dos criminosos comuns pelas finalidades que motivam os seus igualmente criminosos actos, os primeiros inscrevendo essas finalidades no âmbito da política, os outros no do exclusivo proveito pessoal. Também é verdade que, conforme nos recordam Eric Morris e Alan Hoe,<sup>129</sup> «o terrorismo envolve dois conjuntos de vítimas, e assim a violência ocorre numa relação triangular» referindo-se ao facto de os atentados terroristas visarem não apenas as vítimas directas, mas sobretudo a população em geral que se pretende aterrorizar, enquanto «em contraste, existe apenas o criminoso e a sua vítima no seu mundo bipolar». Acontece, porém, que em certos casos as quadrilhas do crime organizado procuram, por vezes com sucesso, controlar as autoridades numa determinada comunidade (a Máfia na Sicília, por exemplo), dessa forma acrescentando uma dimensão política, ainda que clandestina, e meramente interesseira, às suas actividades,<sup>130</sup> e algumas vezes chegam mesmo a participar em “guerras menores”, assumindo-se como candidatas à participação directa num processo político dito revolucionário, ou nacionalista, conforme os casos. É bem conhecida a participação de grupos do crime organizado nas recentes guerras da Bósnia e do Kosovo, assim como no Iraque. A História, aliás, mostra-nos a frequente “transformação” de quadrilhas de criminosos em grupos de guerrilha durante períodos em que o povo pega em armas como, durante o século XIX, na resistência contra os invasores franceses nas guerras napoleónicas em Espanha e Portugal, ou na guerra civil

---

128 A corroboração destes exemplos e a apresentação de outros, como os dos guerrilheiros e terroristas afegãos, birmaneses, filipinos, libaneses, turcos, curdos, palestínianos, ou os da ETA e do IRA, ou da própria Al-Qaeda, pode encontrar-se em muitos trabalhos sobre o terrorismo, como, por exemplo, no *Jaffee Center for Strategic Studies*, 1989 e 1990, no *Science et vie*, 1991, no *Conflict studies*, 1991, p. 19, no *L'Express*, 1992, no *Conflict studies*, 1992, p. 5, em HORCHEM, Hans Josef, 1993, em SERRILL, Michael S., 1995, na *Time* de 15 de Abril de 2002, na *Time* de 2 de Setembro de 2002, em FRANK, Mitch, 2002, em McGIRK, Tim, 2004a, em PADGETT, Tim, and MORRIS, Ruth, 2004, e em WALT, Vivienne, 2007.

129 MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, pp. 52-53.

130 A este respeito, leia-se o que sobre o crime organizado albanês nas suas ligações ao poder político escreve CARRAPIÇO, Helena, 2006, a p. 23, ou o que sobre as da Máfia ao poder político italiano escreve ELSON, John, 1995, resumindo o livro de STILLE, Alexander, *Excellent Cadavers: The Mafia and the Death of the First Italian Republic*, (Pantheon), ou as informações sobre o mesmo tema apresentadas por BARBER, Tony, 2003a, 2003b, e 2003c. Também FÉLIX, Carla Sofia, 2004, a p. 159, assim como ÂNGELO, Victor, e FLORES, Rui, 2007, referem outros aspectos das frequentes incursões do crime organizado no mundo da política, mas muitos outros exemplos, antigos e modernos, poderiam ser também invocados.

em Portugal entre liberais e miguelistas, ou na luta pela independência contra os turcos na Grécia, e em muitos outros casos, em outras épocas e locais.

Por outro lado, muitas formas primitivas de organização sociopolítica, como clãs e tribos, assim como seitas ou facções religiosas, em muitos países em que o poder dos governos centrais é praticamente inexistente, como na Somália, ou fraco, como no Afeganistão, no Iémen, no Iraque, ou mesmo no Paquistão (“regiões tribais”, pashtun junto à fronteira com o Afeganistão e baluchi na fronteira com o Irão) mantêm milícias armadas que os respectivos chefes podem utilizar, e muitas vezes têm utilizado, em acções criminosas para benefício pessoal. E alguns grupos de terroristas e de guerrilheiros desenvolvem de tal forma as suas actividades criminosas para incrementar a obtenção de dinheiro, como na Colômbia ou nas Filipinas, que esta parece tornar-se afinal motivação mais forte do que a sua proclamada causa política. Deste modo, para além das múltiplas ligações entre guerrilhas, terrorismos, e crime organizado, também a distinção entre essas teoricamente diferentes actividades, na prática, se torna muitas vezes pouco nítida e algumas vezes mesmo enganosa.<sup>131</sup>

#### 4.2.3. A utilização de suicidas

A utilização de suicidas em ataques violentos contra os inimigos, embora relativamente rara, tem também precedentes históricos como, por exemplo, por parte dos guerrilheiros hebreus no século I, os “sicários” (zelotes que lutavam contra o domínio romano), e por parte dos terroristas nizaritas (xiitas) da Síria e do Irão nos séculos XI a XIII (os “assassinos” da tradição medieval) a que já fizemos referência. No século XX, durante a fase final da II Guerra Mundial, ficaram tristemente célebres os “kamikazes” japoneses, pilotos suicidas que deliberadamente dirigiam os seus

---

131 Leia-se, a este respeito, o bom trabalho de CARRAPIÇO, Helena, 2006, designadamente o que nele consta a p. 21 «foi possível observar o desenvolvimento de uma relação simbiótica entre o crime organizado e os grupos armados, (...) Segundo Tamara Makarenko, «as a result, both criminal and terrorist groups operating in the world today increasingly exhibit similar structures, and are often engaged in similar criminal and political activities». (...) Barbara Harriss-White vai ainda mais longe (...) De acordo com esta autora, países como o Peru, a Colômbia, o México e o Afeganistão lidam com grupos criminosos cuja estrutura «consists of specialized cells separately managing production, transport, distribution, money-laundering, communications, physical protection and recruitment.» (...) Ambas as autoras acima referidas defendem que se tem assistido a uma convergência entre o crime organizado e os grupos armados, a qual se traduz por um desaparecimento das diferenças clássicas entre as duas partes e pela fusão das suas estruturas. Este novo conceito, denominado por Tamara Makarenko como “the black hole”(…), marca a junção das motivações políticas dos grupos armados e das motivações económicas do crime organizado numa só entidade, aliadas às técnicas de controlo de ambas.» E, a pp. 26-27 «existem cada vez mais indícios de que o crime organizado está associado de diversas formas ao terrorismo, através do financiamento de operações ou do fornecimento de armas. Alguns autores defendem até que se está a proceder, em algumas zonas do mundo, a uma fusão entre grupos terroristas e grupos criminosos, (...) A sua actuação estende-se agora a novas actividades e a novas áreas geográficas, onde a autoridade é já partilhada entre os Estados e grupos criminosos».

aviões carregados de explosivos para colidirem com os navios de guerra norte-americanos.

A utilização de suicidas pelos actuais grupos terroristas, quase sempre na modalidade de “bombistas” que fazem detonar uma carga explosiva que transportam consigo sob o vestuário junto ao próprio corpo ou nalgum meio de transporte em que transitam, começou a desenvolver-se nos anos oitenta do século XX, sobretudo com o contributo do terrorismo guerrilheiro nacionalista dos “Tigres Tamil” na sua luta por autonomia política no Sri Lanka e, de forma então ainda reduzida, também do terrorismo radical islâmico, de confissão xiita, principalmente pelo Hezbollah, no Líbano. Passou depois a ser praticado também por grupos do terrorismo radical islâmico de confissão sunita na Palestina, com destaque para o Hamas, e para a Jihad Islâmica. Mas desde 1980 até 2000, segundo dados do “Centro de Estudos do Terrorismo e da Violência Política” da Universidade escocesa de St. Andrews,<sup>132</sup> dos cerca de 270 atentados suicidas praticados em todo o mundo durante esse período, por 15 grupos terroristas em 12 países, a larga maioria, 168, foi praticada pelo movimento nacionalista laico dos “Tigres Tamil”, etnicamente tamiles e religiosamente hindus, vindo em segundo lugar, mas a grande distância, o movimento nacionalista religioso xiita libanês Hezbollah, com um pouco menos de 60 atentados e, em terceiro, o nacionalista religioso palestino Hamas com um pouco menos de 30.

Porém, desde os espectaculares atentados terroristas suicidas nos EUA em 11 de Setembro de 2001, a utilização de suicidas tem conhecido um grande incremento, entre diversos grupos do terrorismo autónomo ligados a radicalismos religiosos islâmicos, apesar da religião islâmica, de facto, condenar o suicídio conforme, aliás, tem sido repetidamente afirmado por muitos dos principais líderes religiosos muçulmanos de todas as várias facções em que esta religião se divide. O próprio profeta Maomé afirmou que «aquele que se matar a si próprio, de qualquer modo neste mundo, será atormentado desse mesmo modo no outro mundo».<sup>133</sup> No entanto, muitos sacerdotes islâmicos apoiantes da “jihad”, assim como os fanáticos extremistas praticantes do terrorismo islâmico e seus simpatizantes, argumentam que os suicidas terroristas não são suicidas nem terroristas mas sim combatentes da “jihad” que utilizam o seu corpo como única arma eficaz para lutar contra um inimigo militarmente muito mais poderoso, assim ascendendo à dignidade de mártires, com os consequentes benefícios garantidos no paraíso. Conforme afirmou Mousa Abu Marzouk, um dos principais líderes do Hamas, em entrevista concedida à revista *Time*, «O mártir não está fugindo da vida. Ele está construindo o futuro para os seus filhos» explicando seguidamente que matar israelitas constitui um acto de auto-defesa nacional, uma vez que os israelitas ocupam o território palestino, negam aos palestinianos os seus direitos nacionais e, ao imporem o seu governo, frequentemente matam civis palestinianos.<sup>134</sup>

---

132 PRADOS, Luis, 2001.

133 JORGE, João Carlos M. S. Guedes, 2005, p. 21.

134 RIPLEY, Amanda, 2002a, p. 29.

Nessa sinistra utilização de suicidas terroristas, convencidos de que são mártires ao serviço de Deus e que assim estão garantindo um lugar confortável no paraíso, para si e para uma lista de familiares e amigos, por eles cuidadosamente elaborada antes de se fazerem explodir, destacam-se agora os sunitas, tanto na Palestina, pelo Hamas e pela Jihad Islâmica, como no Iraque, no Afeganistão, no Paquistão e no mundo inteiro, por diferentes outros grupos terroristas mais ou menos ligados à Al-Qaeda.<sup>135</sup>

Testemunhando uma dedicação fanática à respectiva causa por parte dos que se prestam a esse tipo de suicídio,<sup>136</sup> esta prática veio aumentar as possibilidades de os terroristas atingirem determinados alvos mais bem defendidos, ou de escolherem melhor o momento mais adequado para obterem do atentado os resultados pretendidos e, principalmente, veio aumentar o impacto psicológico e mediático dos atentados. Tem, no entanto, limitações, pois, apesar de tudo, o número de militantes dispostos ao suicídio pela “causa” é sempre inferior ao dos militantes dispostos a lutar por ela,<sup>137</sup> e inconvenientes, pois cada atentado implica necessariamente a perda dos suicidas nele empenhados, e a prática dos ataques suicidas afasta possíveis simpatizantes a quem, por motivos religiosos ou simplesmente humanitários, repugnam tais métodos.<sup>138</sup>

---

135 Segundo RIPLEY, Amanda, 2002a, desde o primeiro atentado por um terrorista suicida no conflito israelo-palestiniano, em 1993, até 2002, ocorreram aí mais 105 atentados terroristas por suicidas. A mesma autora, a propósito dos antecedentes históricos, lembra o facto poucas vezes recordado mas na época amplamente noticiado, de que «In 1987 Iranian teenagers were dispatched by the thousands to act as human minesweepers during the Iran-Iraq war. They wore keys around their necks that were said to open the doors of paradise.» Por sua vez MACLEOD, Scott, 2005, informa-nos que, desde Maio de 2003 até Abril de 2005 ocorreram pelo menos 136 atentados por terroristas suicidas no Iraque.

136 Nos trabalhos publicados sobre o terrorismo podem ser encontrados alguns relatos da forma como os terroristas suicidas se preparam para as suas sinistras missões, assim como dos testemunhos (cartas, vídeos) que eles deixam, e de entrevistas com eles ou com os que os recrutam ou os preparam, relatos esses que mostram claramente o seu intenso e cego fanatismo. Leiam-se, por exemplo, PRADOS, Luis, 2001; McGEARY, Johanna, and BIEMA, David van, 2001; RIPLEY, Amanda, 2002a; SAUTTER, Ursula, 2003, referindo um livro de SABBAH, Raid (*Death is a Gift*, Droemer; 253 pages); GHOSH, Aparisim, 2005a; McALLISTER, J. F. O., 2005a; GHOSH, Aparisim, 2005b.

137 Embora tenha conhecido um grande incremento durante os últimos vinte anos, e ainda que o acto, em si mesmo, nos choque pela sua natureza, a verdade é que o número de suicidas terroristas é, apesar de tudo, relativamente diminuto. Basta lembrarmo-nos que em todo o mundo, anualmente, se suicidam cerca de um milhão de pessoas (BANDEIRA, André Sopas de Melo, 2005, a p. 281, referindo relatório da OMS), ou seja, cerca de 1 em cada 6000, enquanto que, desde o seu início em 1993, até 5 de Abril de 2002, portanto em nove anos, o emprego de suicidas por todos os grupos terroristas islâmicos palestinianos totalizou apenas 106 (RIPLEY, Amanda, 2002a, a p. 26), ou seja, anualmente, cerca de 1 em cada 400.000 palestinianos.

138 KEPEL, Gilles, 2002, refere esse facto a p. 85 «O egípcio Sheik Yusuf al-Qaradawi, que é animador de um programa religioso do canal de televisão pan-árabe al-Jazeera emitiu uma proclamação condenando os ataques suicidas. (...) sem dúvida os bombistas suicidas evocam grande simpatia através do Médio Oriente, onde são considerados mártires e onde campanhas de televisão têm recolhido grandes quantias para as suas famílias. Aqui de novo, contudo, a precipitação no uso da violência está produzindo uma reacção. Os ataques suicidas têm-se revelado tão repugnantes na Europa e nos EUA que têm aí começado a retirar apoios à causa palestiniana. Também têm contribuído significativamente para que seja

#### 4.2.4. A utilização de armas de destruição maciça

As assim designadas “armas de destruição maciça” dividem-se, como é bem conhecido, em três categorias: as químicas, as biológicas e as nucleares. Teoricamente, os grupos terroristas poderão ter acesso a armas dentro de qualquer uma dessas três categorias, e utilizá-las,<sup>139</sup> mas a probabilidade de isso acontecer difere de umas para outras.

As armas químicas são as mais fáceis de obter e de utilizar. Tal como acontece com alguns tipos de explosivos, é possível a alguém, mesmo com reduzidos conhecimentos na matéria, em qualquer lugar sumariamente equipado, fabricar algumas das suas variedades menos sofisticadas a partir de matérias-primas livremente disponíveis no mercado. Quanto às armas químicas de melhor qualidade, que exigem no seu fabrico competências tecnológicas, materiais e condições laboratoriais mais difíceis de reunir podem, no entanto, sem grande dificuldade serem conseguidas<sup>140</sup> se o grupo terrorista dispuser, entre os seus elementos, de um químico competente, ou através da sua aquisição no mercado negro ligado ao contrabando de armamentos. O seu emprego também não apresenta dificuldades especiais, nem no acondicionamento nem no transporte, e os gases gerados pelo seu accionamento são relativamente fáceis de espalhar quer pela explosão de uma bomba, quer pela sua aplicação sob a forma de aerossóis num qualquer sistema de ventilação, ou num lugar público de elevada concentração de pessoas e arejamento limitado, como, por exemplo, uma estação de comboios subterrânea.

Os diferentes tipos de armas biológicas são um pouco mais difíceis tanto de fabricar como de adquirir. Todas as armas biológicas, no seu fabrico, exigem um laboratório relativamente bem equipado, e um ou mais técnicos competentes, condições que, no entanto, podem eventualmente ser satisfeitas pelos grupos terroristas. Tal como acontece com as armas químicas, o emprego das armas biológicas não apresenta dificuldades especiais, podendo os respectivos agentes patogénicos ser disseminados em aerossóis, ou contaminando abastecimentos de água ou de alimentos.

---

dada mão livre ao primeiro ministro Ariel Sharon, o qual destruiu completamente as infra-estruturas da Cisjordânia. Intelectuais palestinianos e membros da sociedade civil têm também reconhecido serem os bombistas um desastre político e estão pedindo o seu imediato fim.» E na Time de 6 de Agosto de 2007, informa-se que, de acordo com um estudo do Pew Research Center, a percentagem de muçulmanos libaneses que consideravam serem os atentados suicidas por vezes justificáveis desceu de 74% em 2002 para 34% em 2007 (o mesmo estudo mostra estar declinando também a aceitação de táticas terroristas na maior parte do mundo islâmico, e que a percentagem dos que no Líbano apreciavam Osama Bín Laden descera de 20% em 2003 para apenas 1% em 2007).

139 Leia-se o que a respeito dessa possibilidade escreveram: CARRAPIÇO, Helena, 2006, pp. 17-18 e 21; STEPHENS, Philip, 2002; BARNABY, Frank, 1990, pp. 2-3, 6 a 8 e 10 a 15.

140 Acerca das características dos principais tipos de armas químicas, da forma de as obter e de as utilizar, facilmente se encontram, na literatura sobre terrorismo ou sobre guerras menores, suficientes elementos de informação. O autor deste trabalho efectuou os comentários a esse respeito com base, entre outros, no que encontrou em BARNABY, Frank, 1990, pp. 15-16 e na p. 20, em NELAN, Bruce W., 1995, e em LEMONICK, Michael D. 2001.

Porém, as armas biológicas têm também inconvenientes específicos que podem limitar o interesse de grupos terroristas na sua utilização. Frank Barnaby<sup>141</sup> refere-os ao compará-las com as químicas, lembrando-nos que «os militares nunca estiveram muito interessados na guerra biológica, enquanto têm estado, e estão, interessados na guerra química» porque «Os agentes biológicos tendem a morrer rapidamente, a menos que se encontrem num ambiente devidamente adequado. E o seu espalhamento é extremamente difícil de controlar. De facto não é bem conhecido como é que as epidemias se espalham». E prossegue «Um outro problema com as armas biológicas é que elas podem atingir as nossas próprias tropas tanto como as do inimigo. Mesmo se elas estiverem vacinadas, existe sempre o perigo de que a doença acabe por infectar populações civis amigas. Um último argumento contra o uso militar de agentes biológicos é o de que eles têm relativamente longos períodos de incubação».

A eventual utilização de armas nucleares ou radioactivas, pelos terroristas, pode revestir diversas formas bastante diferentes na dificuldade da sua concretização, bem como dos seus efeitos, portanto na probabilidade da sua ocorrência. Konrad Kellen, membro da bem conhecida *Rand Corporation*, citado por Frank Barnaby no mesmo trabalho atrás referido,<sup>142</sup> enunciou uma listagem dessas diferentes formas do seguinte modo: «A confecção ou roubo de uma arma nuclear e sua detonação; a confecção ou roubo de uma arma nuclear para chantagem; a sabotagem de uma central nuclear para libertação e dispersão de materiais radioactivos; o ataque a um paiol de armas nucleares ou a uma central nuclear para espalhar alarme (pânico); apoderar-se de uma central nuclear para chantagem; o rapto de pessoal de uma central nuclear; roubo de material radioactivo para chantagem ou dispersão de radioactividade; roubo ou sabotagem de materiais, mecanismos ou dispositivos, nucleares, para demonstração de capacidade; e um ataque a um transporte de materiais ou armas nucleares». Brian Jenkins, também da *Rand Corporation*, já antes<sup>143</sup> tinha elaborado semelhante listagem da seguinte forma: «Devemos ter em mente que o terrorismo nuclear pode apresentar muitas formas. Os terroristas podem atacar ou tentar apoderar-se de centrais nucleares. Podem tentar roubar uma arma nuclear ou material nuclear e oferecer a sua devolução em troca de um resgate. Podem contaminar algum alvo com matérias radioactivas. Podem elaborar uma falsa ameaça nuclear. Se de algum modo tiverem obtido um explosivo nuclear, podem

---

141 BARNABY, Frank, 1990, pp. 21-22. Na mesma obra o autor descreve os principais agentes utilizáveis como armas biológicas, os seus efeitos, as medidas defensivas que se podem utilizar contra eles e a forma de os obter. Informações semelhantes podem ser obtidas, entre outros, em NELAN, Bruce W., 1995, em CHAMBON, Phillipe, 2001, em LEMONICK, Michael D. 2001, em NOBLE, Kate, and SCHENKER, Jennifer L., 2003, e em PIRES, Fernanda P. Amoroso, e SILVA, Ana Teresa F. S. Martins, 2008.

142 BARNABY, Frank, 1990, p. 13. Informação interessante a este respeito pode também ser encontrada em BECKMAN, Robert L., 1986, e, embora com menos detalhe mas apresentando outros elementos de informação, em NELAN, Bruce W., 1995, pp. 28-29.

143 JENKINS, Brian M., 1986.

explodi-lo ou ameaçar fazê-lo». Estes enunciados, que se mantêm actuais e, no fundo, coincidem, poderão ser resumidos segundo quatro modalidades diferentes.

A menos provável consistiria na utilização de uma bomba nuclear, que teria que ser de relativamente pequena dimensão para poder ser transportada até ao local da sua possível explosão, já que a sua colocação por um vector aéreo levantaria dificuldades acrescidas muito dificilmente ultrapassáveis por um grupo terrorista. No entanto, embora não seja impossível,<sup>144</sup> seria muito difícil para qualquer organização dessa natureza, sem a ajuda de um governo estatal, construir uma bomba nuclear, mesmo rudimentar, para o que teria que, primeiro, obter plutónio, ou urânio, enriquecido em percentagem de isótopos radioactivos, já adequadamente preparado para uso militar (essa preparação a partir do material radioactivo utilizado numa central de energia nuclear exige difíceis operações de purificação e enriquecimento em infra-estruturas específicas), e depois teria que desenhar e montar a bomba, o que exigiria pessoal tecnicamente bem qualificado além de meios adequados para protecção contra a altíssima intensidade das radiações emitidas pelo material manuseado. Conforme escreveu Thomas Schelling, citado por Frank Barnaby no trabalho já referido, «parece ser necessário um grupo de significativa dimensão, alta qualidade profissional, excelente organização e disciplina, para converter materiais nucleares numa arma utilizável». Depois, Barnaby transcreve uma opinião aparentemente, mas não inteiramente, contrária, expressa em documento do Congresso dos EUA, «Existe uma clara probabilidade de que um grupo competente possa desenhar e construir uma arma (...) Para conseguir a sua rápida obtenção (dentro de cerca de 24 horas após a aquisição do material) será indispensável uma demorada preparação prévia (...) As necessidades em material radioactivo serão certamente varias vezes superiores às requeridas por peritos (...) O peso da arma deverá resultar grande (...) provavelmente superior a uma tonelada (...) Existem riscos óbvios (...) induzir inadvertidamente uma configuração crítica (...) e as toxicidades química e radioactiva». Mais adiante, este autor explica como um grupo pequeno, desde que consiga obter cerca de 10 kg de óxido de plutónio, juntando-lhe substanciais quantidades de explosivos químicos, pode desenhar e construir um engenho susceptível de atingir um poder explosivo equivalente a cerca de 100 toneladas de TNT (cratera de cerca de 30 metros de diâmetro).<sup>145</sup>

Em vez de fabricar a arma, o grupo terrorista poderia obtê-la comprando-a no mercado negro, o que seria muito improvável, ou através do assalto com êxito a um arsenal nuclear de um dos nove ou dez Estados que dispõem dessas armas,<sup>146</sup> o que também seria altamente improvável já que esse tipo de instalações estão sempre muito bem protegidas ou, ainda, recebendo-a dos serviços secretos de uma potência nuclear

---

144 Leia-se, por exemplo, o que a este respeito escreveu MALCHER, Alan, 1994b.

145 BARNABY, Frank, 1990, pp. 10 a 13.

146 Comprovadamente, os EUA, a Rússia, a China, a França, a Grã-Bretanha, a União Indiana, o Paquistão, e a Coreia do Norte. Considerado como possuindo-a pela generalidade dos peritos na matéria mas sem nunca o ter admitido nem ter efectuado explosões experimentais, Israel. Desenvolvendo capacidades que lhe permitirão dispor dela dentro de muito poucos anos, o Irão.



patrocinadora do terrorismo, como a Coreia do Norte, ou o Paquistão se os fundamentalistas islâmicos nele tomarem o poder, ou o Irão após se ter tornado, talvez dentro de muito poucos anos, uma potência nuclear, o que poderia ser menos improvável que as hipóteses anteriores mas, ainda assim, pouco provável, porque aos Estados patrocinadores não convém que os grupos terroristas, nunca completamente controláveis, disponham desse tipo de armas, cuja utilização certamente acarretaria terríveis consequências para o Estado culpado do seu fornecimento.

Uma outra modalidade de utilização da radioactividade pelos terroristas consiste no que se costuma designar por “bombas sujas”. Estas são constituídas por bombas fabricadas com explosivos convencionais, como as que os terroristas usam correntemente, aos quais se juntam resíduos obtidos nos combustíveis irradiados (“cinzas”) de qualquer central de produção de energia nuclear, ou quaisquer outros materiais radioactivos, roubados ou comprados.<sup>147</sup> A explosão de uma bomba deste tipo produziria todos os efeitos derivados da utilização do respectivo explosivo convencional, a que se somariam os efeitos da radioactividade produzida pelos materiais radioactivos por ela disseminados, contaminando por muito tempo a área abrangida. Como facilmente se percebe, as únicas dificuldades no fabrico de uma bomba deste tipo residem no difícil manuseamento de material radioactivo, e na obtenção desse material, aliás muito mais fácil de comprar no mercado negro, ou de roubar, do que o necessário para o fabrico de uma bomba nuclear.

A terceira modalidade que poderá revestir a eventual utilização da radioactividade num atentado terrorista consiste em sabotar uma central nuclear de produção de energia eléctrica provocando um acidente grave, susceptível de libertar enormes quantidades de matérias radioactivas no ambiente, o que poderá ser feito infiltrando agentes terroristas entre o pessoal que trabalha na central ou, de modo mais espectacular, assaltando-a ou, de modo mais simples, provocando a drenagem da água que nas piscinas das centrais nucleares evita que os detritos radioactivos produzidos entrem espontaneamente em combustão, com consequências não muito diferentes das causadas pela sabotagem nos controles da produção de energia.<sup>148</sup> Tal como acontece com o fabrico e utilização de “bombas sujas”, esta modalidade, sobretudo no que se refere às primeira e terceira hipóteses, está ao alcance da maior parte dos grupos terroristas.

---

147 Pormenores sobre a natureza e possíveis efeitos duma “bomba suja” podem ser encontrados, dentro da bibliografia utilizada neste trabalho, em KLUGER, Jeffrey, 2002; FIDLER, Stephen, 2002; RODRIGUES, Reis, 2002, p. 723.

148 Sobre as hipóteses de assalto e sabotagem de centrais nucleares, bem como de drenagem da água de arrefecimento das “cinzas” nucleares nessas centrais, encontra-se uma boa descrição em THOMPSON, Mark, 2005. Relativamente à questão, poucas vezes focada, da acção sobre os tanques de arrefecimento, escreve a p. 34 «The U.S. National Academy of Sciences raised a new issue when it released a report in April assessing the dangers posed by the 39,600 metric tons of spent nuclear fuel now resting in cooling pools at all 64 power plants across the country. Choking off the water that cools these pools could trigger a radioactive fire that some scientists believe could cause as much death and disease as a reactor meltdown.»



Finalmente, uma quarta modalidade, consiste na efectivação de chantagem, dispondo, ou simplesmente afirmando dispor, de material radioactivo ou de armas nucleares, e demonstrando capacidade para executar qualquer das modalidades anteriormente referidas. Nesta modalidade, em que não chegaria a acontecer a explosão de uma arma nuclear nem mesmo a disseminação de materiais radioactivos – casos em que estaríamos nas modalidades anteriores – mas apenas a ameaça credível de o fazer, o grupo terrorista poderá não dispor da efectiva capacidade ou da vontade de concretizar a ameaça. Terá, no entanto, de realizar acções prévias, atacando um paiol de armas nucleares, atacando e, ou, apoderando-se de uma central nuclear e, ou, de pessoal nela trabalhando, atacando um transporte de armas ou materiais nucleares, etc. que dêem credibilidade a essa ameaça, a qual lhes poderia trazer um muito forte poder negocial junto de qualquer governo.<sup>149</sup>

Em conclusão, à excepção da utilização de bombas nucleares, que embora possível, apresenta dificuldades que a tornam muito pouco provável, a utilização das outras armas de destruição maciça, químicas e biológicas, assim como a de matérias radioactivas em “bombas sujas” ou em ameaças para chantagem, ou provocando acidentes graves em centrais nucleares, não apresenta dificuldades de maior a grupos terroristas que disponham de uma boa organização, de acesso aos materiais necessários, de local e equipamento adequados para manuseio dos materiais e preparação das armas, e de pessoal com perícia tecnológica suficiente para essas tarefas. No entanto, até hoje, efectuaram-se relativamente poucos atentados por grupos terroristas com armas químicas,<sup>150</sup> ainda menos com armas biológicas,<sup>151</sup> e nenhum com armas nucleares, nem

---

149 JENKINS, Brian M., 1986, p. 28, refere que um terrorista alemão teria declarado que, com uma arma nuclear, os terroristas poderiam obrigar o chanceler da Alemanha a dançar em cima da sua secretária defronte das câmaras de televisão.

150 Conforme refere STERN, Jessica Eve, 1993, a p. 395, «From 1968 to 1980, the CIA recorded 22 incidents around the world in which “exotic pollutants”, including biological and radiological as well as chemical materials, were used. The incidents therefore accounted for less than one-half of one percent of all terrorist incidents during that period». E, a pp. 399-400, «The Baader Meinhof gang allegedly stole mustard gas from a West German material depot in France in 1975». Também algumas referências se encontram em BECKMAN, Robert L., 1986, pp. 12-13. No entanto, o caso mais espectacular de efectivo uso de armas químicas (gás sarin) por terroristas aconteceu no Japão, por parte de uma seita religiosa de inspiração budista, a “Aum Shinrikyo”, numa estação do metropolitano de Tóquio, em 20 de Março de 1995, causando 11 mortos (DESMOND, Edward W., 1995a, e 1995b). Além disso, têm-se descoberto indícios de preparação de atentados com armas químicas por parte de diversos grupos terroristas, inclusive da Al-Qaeda (HUBAND, Mark, 2003; BIRD, Maryann, 2003, pp. 32-33; NELAN, Bruce W., 1995, a p.28).

151 Uma sùmula da história das armas biológicas, desde o século VI a.C. até aos nossos dias, pode ser encontrada em CHAMBON, Phillipe, 2001, a pp. 108-109. Nela se referem os dois únicos atentados terroristas empregando agentes patogénicos efectuados desde os anos sessenta, ambos nos EUA, a contaminação de restaurantes no Oregon com salmonelas em 1984 pela seita de Shree Rajneesh, causando a hospitalização de 40 pessoas, e a disseminação de cartas infectadas com antraz em Outubro de 2001 por desconhecido ou desconhecidos, causando a morte de 5 pessoas, e a hospitalização de mais 17 (pormenores sobre este caso podem ser lidos em SUSSER, Ezra S., HERMAN, Daniel B., and AARON,

sequer, apenas, com matérias radioactivas (“bombas sujas”, ataques a centrais nucleares, ou simplesmente ameaças concretas de explosão desses materiais).

Talvez a razão para tal derive do facto de que a utilização de armas de destruição maciça por grupos terroristas, para além das dificuldades para cada uma delas atrás referidas, levanta dois tipos de dificuldades comuns a todas. Por um lado, a carga emocional muito negativa a nível das opiniões públicas em todo o mundo, reprovando qualquer uso desse tipo de armas, podendo conduzir a repressão mais acentuada por parte dos governos afectados, a colaboração mais empenhada e efectiva na luta anti-terrorista a nível internacional, a perda significativa de algum apoio popular de que o movimento terrorista disponha, assim como a eventuais dissensões dentro do próprio movimento terrorista.<sup>152</sup> Por outro lado, a dificuldade em obter concentração eficaz dos efeitos letais dos agentes químicos, ou dos biológicos, ou das matérias radioactivas, no local e momento desejados, de forma a causar efeitos dramáticos significativos.<sup>153</sup> Acresce ainda, no que respeita às armas biológicas e radioactivas, um terceiro tipo de dificuldades, que se relaciona com a imprevisibilidade do alcance da disseminação e dos efeitos, a longo prazo, dos agentes patogénicos e das matérias radioactivas, que assim escapam ao controle eficaz da totalidade dos seus efeitos por parte dos terroristas.

Podendo obter resultados espectaculares, com mais fácil controlo, aplicando simplesmente explosivos químicos, como se viu com os atentados de 11 de Setembro de 2001 nos EUA, ou de 12 de Outubro de 2002 em Bali, ou de 11 de Março de 2004 em Madrid, ou de 7 de Julho de 2005 em Londres, os grupos terroristas não terão grande vantagem em mudar para a utilização daquele tipo de armas, seja para uma eventual utilização da bomba nuclear, apesar dos efeitos coactivos extremamente significativos que sem dúvida conseguiriam mas, como assinala, levantando grandes dificuldades na sua obtenção, e repercussões muito negativas na opinião pública, seja para a utilização de armas biológicas, apesar do profundo impacto psicológico que dela resultaria, mas sendo difícil controlar os seus resultados, ou mesmo para a das armas químicas, apesar da relativa facilidade da sua obtenção e emprego.

---

Barbara, 2002, pp. 56-57). Além destes efectuados, tal como acontece com o eventual uso de armas químicas, têm sido descobertos indícios da preparação de atentados terroristas com armas biológicas, por diversos grupos, inclusive pela Al-Qaeda, conforme se pode ler em CHAMBON, Philippe, atrás referido em BECKMAN, Robert L., 1986, pp. 12-13; STERN, Jessica Eve, 1993, a p. 395; NELAN, Bruce W., 1995, a p. 28; REGIS, Ed., 2001; BIRD, Maryann, 2003, pp. 32-33; HUBAND, Mark, 2003.

152 As dificuldades postas aos grupos terroristas pelo eventual uso de armas de destruição maciça têm sido discutidas pelos especialistas no estudo do terrorismo, com algumas naturais divergências de opinião e também algum consenso, designadamente no que respeita aos aspectos acima apontados. Leiam-se, por exemplo: JENKINS, Michael, 1986, pp. 262-263; JENKINS, Brian M., 1986, p. 26; BECKMAN, Robert L., 1986, pp. 14-15; STERN, Jessica Eve, 1993, pp. 398 a 405; NELAN, Bruce W., 1995; JACQUARD, Roland, 2001; REGIS, Ed, 2001; HUBAND, Mark e FIDLER, Stephen, 2002.

153 Todos os atentados, desde os anos setenta até hoje, realizados por grupos terroristas com armas químicas e biológicas, produziram um número assaz reduzido de vítimas.

No entanto, a variedade de motivações e de características dos grupos terroristas, assim como das situações e contextos em que poderão actuar, mantém a possibilidade do emprego por eles de armas de destruição maciça, possibilidade essa confirmada pela história dos atentados e tentativas de atentados com armas químicas e biológicas nos últimos trinta anos,<sup>154</sup> e sempre em aberto, embora ainda sem precedentes, para atentados empregando materiais radioactivos, ainda que com muito escassa probabilidade quanto a eventual uso de bombas nucleares. Mas mesmo neste caso, essa probabilidade nunca se poderá considerar inteiramente nula.<sup>155</sup>

### 4.3. Terrorismo e Guerrilha

É frequente confundirem-se acções de guerrilha com acções terroristas, grupos e organizações de guerrilheiros com grupos e organizações de terroristas.<sup>156</sup> De facto, nem sempre é clara a distinção entre umas e outras, todas igualmente se inserindo na luta violenta de forças clandestinas e irregulares (populares armados), a qual sendo, em regra, assimétrica, isto é, contra forças de outra natureza (as regulares de um governo), por vezes, no entanto, pode também ser simétrica, isto é, contra outras da mesma natureza, (as irregulares de outro partido ou movimento).<sup>157</sup> Mas, apesar de, com muita frequência, grupos de guerrilha utilizarem métodos terroristas, praticando o que atrás se designou como “terrorismo guerrilheiro”, e de também acontecer organizações do que se designou como “terrorismo autónomo” evoluírem para organizações de guerrilha,<sup>158</sup> a verdade é que se trata de duas formas fundamentalmente

---

154 Leia-se, a este respeito: STERN, Jessica Eve, 1993, pp. 398 a 405; JACQUARD, Roland, 2001; MUSSER, George, 2001; REGIS, Ed, 2001; *Time* de 26 de Agosto de 2002; HUBAND, Mark, 2003; POWELL, Bill, 2005a.

155 Leia-se, a este respeito, JENKINS, Brian M., 1986, pp. 25 a 28; BARNABY, Frank, 1990, p. 1; MALCHER, Alan, 1994b, pp. 208 a 210; LEMONICK, Michael D. 2001; KLUGER, Jeffrey, 2001; HUBAND, Mark e FIDLER, Stephen, 2002; STEPHENS, Philip, 2002; PEEL, Quentin, 2003; POWELL, Bill, 2006, p. 27.

156 Veja-se, por exemplo, a forma como o conceituado *Jaffee Center for Strategic Studies* ignora essa distinção no seu tratamento de dados sobre o terrorismo. Conforme se lê na sua revista *Inter-International Terrorism*, 1990, p. 4 «For purposes of data collection, a terrorist group is defined as an organization other than a state (although it may enjoy state support and/or act in the service of a state) that resorts to the systematic use of violence in order to achieve political ends. A terrorist incident is any violent activity conducted by a non-state organization in order to attain political objectives. An international terrorist incident (in contrast to a domestic incident) is defined as a terrorist incident that in some way involves more than one state.» Conforme imediatamente se percebe, as definições de grupo terrorista, e de incidente terrorista, tanto nacional como internacional, do *Jaffee Center*, permitem incluir qualquer grupo ou acção de guerrilha.

157 Como aconteceu e tem acontecido, por exemplo, entre facções rivais, na Somália, na Libéria, no Zaire, ou entre milícias xiitas e sunitas no Iraque, ou entre facções rivais marxistas e milícias paramilitares na Colômbia, etc.

158 Como aconteceu, por exemplo, com o Hezbollah no Líbano ou com os “Tigres Tamil” no Sri Lanka.

diferentes de utilização da violência por parte de civis armados, ao serviço de uma causa política.<sup>159</sup>

Desde logo, existe uma dignidade diferente, entre o combatente que, regra geral, enfrenta o inimigo armado, como o guerrilheiro, e o terrorista que, sistematicamente, evita o combate, actuando preferencialmente contra pessoas desarmadas, com predomínio da utilização de explosivos accionados à distância, ou por automatismos dispensando a sua presença, ou por suicidas que traiçoeiramente se apresentam como civis pacíficos. Esta diferença nos modos preferenciais de actuar liga-se a diferenças não menos importantes do ponto de vista político, ou político-militar, já que a guerrilha pressupõe sempre uma forte motivação política partilhada por significativos estratos populacionais, servida por uma organização bem estruturada, da qual a guerrilha constitui o braço armado inicial, destinada esta a evoluir no sentido de uma progressiva regularização militar, e aquela no sentido de progressivamente poder vir a assumir o poder político, enquanto esta dupla vocação política e militar raramente ultrapassa um estado embrionário nas organizações tipicamente terroristas.

Duas outras divergências decorrem desta diferença quanto aos aspectos político-militares. Por um lado a dimensão dos grupos, mais numerosos por parte da guerrilha, necessidade imposta pela clara vocação desta para vir a assumir o poder político, e pela sua qualidade de força efectivamente combatente. Por outro, o ambiente preferencial de implantação e de actuação, que é o rural para os guerrilheiros, a cuja manobra os grandes espaços são indispensáveis, e para cujos objectivos políticos se torna necessária alguma implantação territorial, e é o urbano para os terroristas, para quem a disponibilidade de esconderijos é a preocupação dominante, e cuja insipiência político-militar não exige nem bases territoriais nem grupos numerosos.<sup>160</sup>

Em resumo, a distinção nem sempre nítida, nem sempre feita ou sequer tentada, entre terrorismo e guerrilha, pode fazer-se em três níveis: o da dignidade moral, o da estruturação político-militar, o da organização e da prática da luta armada.

---

159 Conforme reconhecem muitos académicos especialistas nesta matéria, e no-lo recorda BANDEIRA, André Sopas de Melo, 2005, a p. 277, «entre autores como Walter Laqueur, Shultz, Peter Waldmann, Martita Crenshaw, Donatella della Porta, Fernando Reinares, Peter Merkl, Maria José Moyano, David Rapoport ou A. Garzon, J. Garcés e M. Herrera é feita uma distinção prévia entre Terrorismo, Terror e Guerrilha, como conceitos diversos mas próximos entre si». A mesma constatação pode encontrar-se em LAQUEUR, Walter, 1987, em SCHMID, Alex P. 1993, e em BORGES, João Vieira, 2006.

160 Esta diferente relação com o espaço territorial constitui, aliás, entre os académicos, o mais comum elemento de distinção separando a guerrilha do terrorismo. Veja-se, por exemplo, a citação de Walter Laqueur e de Franz Wordermann em BANDEIRA, André Sopas de Melo, 2005, a p. 277, «Fiquemo-nos com a definição de Walter Laqueur: (in “Post-Modern Terrorism”, *Foreign Affairs*, Set/Out 1996) “terrorism has been defined as the substate application of violence or threatened violence intended to sow panic in a society, to weaken or even overthrows the incumbents, and to bring about political change. It shades on occasion into guerrilla warfare (although unlike guerrillas, terrorists are unable or unwilling to take or hold territory) and even a substitute for war between states». (...) Acrescentemos-lhe o critério emotivo de Franz Wordermann, nos anos 70: «o Guerrilheiro quer ocupar o Espaço, o Terrorista quer ocupar o Pensamento». Uma enumeração mais completa das diferenças pode encontrar-se em PINHEIRO, Joaquim A. Franco, 1979, a pp. 16-17.

Dignidade moral, já que o guerrilheiro é um combatente, e o terrorista apenas um assassino. Em alguns casos, porém, esta distinção esbate-se ou mesmo desaparece devido à frequente mistura de acções de guerrilha com as de terrorismo nos mesmos grupos.

Estruturação político-militar, já que a fundamentação política da guerrilha é, em geral, mais consistente e credível do que a do terrorismo, e a organização da guerrilha gera uma direcção central com vocação de eventual futuro governo, capaz de efectivo controle dos grupos armados, que são de dimensão pequena ou mediana, claramente separados da direcção política mas a ela subordinados, com tendência para, progressivamente, se constituírem embrião de futuro exército convencional, enquanto nos terrorismos a direcção é, em regra, menos estruturada politicamente tem, em regra, menos controle sobre os grupos operacionais, e estes são sempre de dimensão muito reduzida.

Prática da luta armada, já que a guerrilha tem como ambiente preferencial o rural, sendo os grandes espaços essenciais à sua manobra<sup>161</sup> tanto tática como estratégica, está preparada para quando oportuno juntar os seus grupos em acções conjuntas, e procura cativar a população (ou uma parte desta), enquanto o terrorismo quase sempre actua nas cidades, o meio urbano sendo essencial à sua preocupação dominante de ocultação da identidade dos seus elementos, raramente realiza acções conjuntas, e não subordina a sua actividade à conquista do apoio das populações. Para a guerrilha o contacto com o povo é dominado pela necessidade quer de apoio logístico, que normalmente procuram seja voluntário, quer de recrutamento de novos militantes, a movimentação dos guerrilheiros ajudando a diminuir os riscos de delação, enquanto para o terrorismo o que domina o seu permanente contacto com o povo é a necessidade de ocultação, pelo que este, que deve desconhecer a identidade dos terroristas, funciona sempre como esconderijo e raramente como suporte logístico voluntário.

Entre os académicos e os teorizantes das “guerras menores” (revolucionárias, populares, ou assimétricas) verifica-se uma divisão entre os que, como Mariguella e Debray, consideram importante, mesmo necessária, a prática do terrorismo, e os que como Lenine, Mao-Tse-Tung, ou Guevara, condenam essa prática, embora não propriamente por razões morais, mas por razões de eficácia, considerando que ela é mais nefasta do que útil aos objectivos estratégicos dos guerrilheiros, já que tende a abrir um fosso entre a guerrilha e as populações. Essa divisão entre os teóricos das “guerras menores” decorre fundamentalmente de dois aspectos. Por um lado, a importância relativa atribuída por cada um deles à actividade política e à militar na acção estratégica, tendendo os que dão clara preponderância à primeira a condenarem o terrorismo, e os que sobrevalorizam a acção das armas a aceitarem-no. Por outro, a importância atribuída à participação das massas populares na luta pela conquista do poder, tendendo a recusar o terrorismo aqueles que consideram o apoio generalizado dessas massas condição essencial para o

---

161 Designadamente obtenção da surpresa em acções de combate contra alvos militares e policiais, através de amplos movimentos a partir de múltiplas bases/esconderijos em locais remotos de difícil acesso, e criação de zonas espaciais por si controladas.

êxito final, e tendendo a preconizar o terrorismo aqueles que consideram esse apoio de somenos importância para esse êxito final.

Deste modo, parecem-me incorrectas designações como “guerrilha urbana” quando, como por vezes acontece, são aplicadas a movimentos exclusivamente terroristas. E se certos movimentos de guerrilha utilizam frequente e deliberadamente acções terroristas, como foi o caso, por exemplo, na guerra de independência da Argélia contra a França, na do Vietname contra o regime de Saigão e seus aliados dos EUA, ou tem acontecido correntemente na América Latina, e actualmente no Iraque, creio que este terrorismo associado a, e controlado pela guerrilha, tendo embora toda a carga de imoralidade e desumanidade inerentes a todo e qualquer terrorismo, não apaga as diferenças fundamentais entre grupos guerrilheiros e grupos terroristas, do mesmo modo que o terrorismo por vezes praticado na guerra pelas forças armadas convencionais não transforma as unidades militares em grupos terroristas, os quais, por definição, como tivemos ocasião de referir atrás, fazem do terrorismo a forma exclusiva, ou largamente dominante, da violência que empregam.

#### 4.4. Terrorismo como forma de guerra

Outra questão, que se liga com a da distinção entre terrorismo e guerrilha, e que também merece alguma reflexão, é a de saber se a luta armada entre, por um lado, as organizações e grupos de terrorismo privado autónomo, e por outro, as forças da ordem, com a colaboração ou não das militares, se enquadra no conceito de guerra.

Num conceito de guerra extremamente lato, considerando esta como sendo qualquer forma de luta armada entre Unidades Políticas de qualquer tipo, poder-se-á encarar a luta entre o terrorismo autónomo, particularmente quando internacional, e as forças regulares que a ele se opõem, como englobada nesse conceito.<sup>162</sup> Mas, não só este conceito extremamente lato não corresponde aos que a maioria dos especialistas nesta matéria aceita, como também, analisando a questão com um pouco mais de detalhe, haverá que ponderar a natureza dos agentes, a natureza dos processos, os aspectos formais e materiais, os aspectos jurídicos e morais.

Quanto à natureza dos agentes, a maioria dos conceitos de guerra actualmente aceites pelos académicos considera que esta constitui uma situação de violência armada

---

<sup>162</sup> É essa a posição de muitos responsáveis políticos e também de alguns académicos, como, por exemplo, TEIXEIRA, Nuno Severiano, 2004, pp. 6 a 8, «Desde o 11 de Setembro de 2001 até ao final de Novembro de 2003, foram perpetrados pela Al-Qaeda ou pelos grupos a ela associados 15 atentados terroristas. Em 11 países diferentes. Fizeram 2224 vítimas: 478 mortos e 1746 feridos. (...) É uma nova guerra em que o inimigo não tem rosto, a ameaça é desterritorializada, o armamento desmilitarizado e o uso da força privatizado. É a guerra-rede como lhe chamou Manuel Castells.» Posição semelhante é assumida, por exemplo, por WRIGHT, J. W., 1985, citando o Relatório da *DOD Comission on Beirut International Airport Act*, 23 de Outubro de 1983, por BORGES, João Vieira, 2006, e por CARRAPIÇO, Helena, 2006, pp. 18 a 20.

e sanguinolenta (com derramamento de sangue), cumprindo determinados requisitos, entre Unidades Políticas, isto é, comunidades estabelecidas num território e enquadradas por uma organização que dirige efectivamente a sua vida colectiva. Ora, se algumas das organizações do terrorismo autónomo, como o IRA, a ETA, o Hamas ou o Hezbollah, pelo seu desenvolvimento, pela sua implantação social, pela consistência do seu projecto político, podem merecer a designação de “Unidade Política”, muitas outras, como o grupo Baader-Meinhof germânico, as Brigadas Vermelhas italianas, as “FP-25” portuguesas, o grupo Abu Sayaff filipino islâmico, mesmo até a Al-Qaeda e os muitos grupos islâmicos a ela ligados, que apresentam estruturas políticas rudimentares e objectivos finais vagamente definidos, ou claramente irrealistas, com escassa implantação social, dificilmente poderão ser considerados como tal.

Quanto à natureza dos processos, vimos que, diferentemente das organizações de guerrilha, as organizações de terroristas evitam sistematicamente o combate. Ora este constitui um elemento essencial de qualquer conceito de guerra. Assim sendo, parece, no mínimo, forçado, considerar como sendo efectivamente guerra a luta armada contra o terrorismo.

Quanto aos aspectos formais e materiais, haverá que considerar o facto de os grupos terroristas não constituírem verdadeiras forças armadas, no sentido de forças militares ou militarizadas, devidamente organizadas, disciplinadas, enquadradas por um comando hierarquizado e, ao contrário das organizações de guerrilha, nem mesmo tenderem para virem a constitui-las. Mas mesmo que, com grande boa vontade, se aceitasse serem forças armadas os populares armados que formam grupos de terroristas, não teriam a dimensão suficiente para se poder falar em guerra. Como sabemos, muitos autores, como Quincy Wright,<sup>163</sup> exigem a participação de um quantitativo mínimo total de Forças Armadas envolvidas, geralmente acima de 50 mil, para que um conflito armado se possa qualificar como guerra. Outros, como Singer e Small, ou o Instituto Internacional de *Peace Research* de Estocolmo (SIPRI), consideram que para tal se deverá verificar a ocorrência de um mínimo de mortos em combate, geralmente mais de mil, por ano.<sup>164</sup> Mas, como temos vindo a repetir, num processo

---

163 WRIGHT, Quincy: *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*, dirigida por David L. Sills, edição Aguilar, artigo sobre “A guerra, I, seu estudo” afirma que, na sua acepção vulgar, «é um conflito entre grupos políticos, especialmente entre Estados soberanos, conduzido por importantes contingentes de Forças Armadas durante um período de tempo considerável». Também na *Enciclopédia Britânica*, “War, Theory of”, p. 545, pode ler-se uma definição que vai no mesmo sentido da de Wright: «guerra é geralmente entendida como abrangendo apenas conflitos armados numa escala suficientemente grande, usualmente excluindo conflitos em que estejam envolvidos menos de 50.000 combatentes».

164 SINGER, J. David e SMALL, Melvin, *The Wages of War 1816-1965*, p. 35, segundo referência no livro *War in the modern Great Power System* de LEVY, Jack S., p. 52, ou Institutos como o SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute*), referido no jornal *Expresso* de 1 de Junho de 1991, introduzem nas respectivas definições o número de baixas em combate, estabelecendo mil mortos em combate, por ano, como o limiar mínimo para se poder falar em guerra. Outros ainda, como RICHARDSON, Lewis Fry, *Statistics of Deadly Quarrels*, pp. 6-7, citado no livro de Jack Levy acima referido, e NICHOLSON,

terrorista puro, ao contrário do que se passa com o processo guerrilheiro, não há, ou muito raramente há, combates, portanto não há, a não ser excepcionalmente, mortos em combate. Ou seja, nenhum desses dois requisitos é satisfeito nas lutas travadas com as organizações dos terrorismos autónomos.

Finalmente, temos os aspectos jurídicos e morais que, somando-se aos anteriores, me parecem decisivos para, ao contrário da opinião de alguns académicos e responsáveis políticos, negar à luta armada contra as organizações do terrorismo autónomo a qualificação de guerra. Segundo as leis do Direito internacional e da Guerra, para serem considerados combatentes, os irregulares têm de trazer armas visíveis, usar sinais exteriores que os identifiquem, ter um comando efectivo, e respeitar as leis e costumes da guerra, designadamente, preservação da imunidade dos não combatentes, tratamento correcto dos prisioneiros, coibição do uso de determinados meios na prática da violência, respeito por determinados lugares e instituições humanitárias, etc. Ora, as organizações terroristas não só não cumprem nunca qualquer destas obrigações, como fazem da violação deliberada de todas as leis e costumes da guerra, bem como dos mais elementares princípios humanitários, seu procedimento usual.<sup>165</sup>

A guerra é, pois, uma forma de violência armada ao serviço de fins políticos (ou politicamente assumidos), entre grupos politicamente organizados, com uma certa dimensão das forças armadas envolvidas, uma certa duração das hostilidades, um determinado número de mortes directamente decorrentes dos combates, e cumprindo determinadas regras, obedecendo a determinados costumes. O terrorismo apenas preenche os primeiros requisitos (forma de violência armada ao serviço de fins políticos, ou politicamente assumidos, entre grupos organizados), mas não os outros. Em especial, o cumprimento das convenções e normas legais internacionalmente aceites como Direito de guerra é explicitamente recusado pelos terroristas, e estes evitam deliberada e permanentemente qualquer forma de combate.<sup>166</sup>

## 4.5. Terrorismo como instrumento estratégico

Uma outra discussão teórica ligada ao conceito de terrorismo é a de saber se este poderá, ou não, em termos de rigor conceptual, ser considerado um elemento da acção estratégica.

---

Michael, no seu livro *Rationality and the analysis of international conflict*, preferem utilizar logaritmos como referência, considerando Richardson, pioneiro dessa utilização, 2,5 como o logaritmo dos mortos em combate a partir do qual se deveria considerar o conflito armado como sendo guerra ( $\log(\# \text{mortos}) = 2,5$  corresponde a 317 baixas).

165 Foi isso, aliás, que levou SCHMID, Alex P., 1993, p. 12, a propor, conforme referimos já em 2.a deste trabalho, que as actividades dos terroristas sejam consideradas equivalentes a crimes de guerra em tempo de paz.

166 Uma boa discussão deste tópico pode ler-se em MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, pp. 26 a 28.



A esse respeito, convirá começarmos por recordar que “Estratégia”, no âmbito político-militar,<sup>167</sup> e em termos do referido rigor, se deve entender ser uma prática (uma “praxis”, não um planeamento nem uma doutrina, menos ainda uma teoria)<sup>168</sup> prática essa que se traduz na conduta de um conflito político, englobando a totalidade do tempo, do espaço, e dos acontecimentos e acções nesse conflito, de forma a procurar que o seu desenlace possa permitir a realização dos objectivos finais pretendidos pela direcção política. Pode ser entendida como sendo a racionalização do emprego da força ou coacção, em ambiente hostil, para atingir objectivos finais propostos pela política, existindo duas formas diferentes de aproximação ao respectivo conceito, uma restrita, que limita o ambiente hostil ou conflito à situação de guerra e a força ou coacção aos meios militares, e outra alargada, que inclui no ambiente hostil não só a guerra mas todos os outros conflitos políticos, e que alarga o emprego da força ou coacção também aos meios não militares. Evidentemente, considerando, como fizemos em 5.d., que a luta contra os terroristas não constitui uma verdadeira forma de guerra, o conceito restrito de Estratégia não será aqui aplicável, pelo que passamos a considerar apenas o conceito alargado.

Nestes termos, para além da utilização da coacção violenta, com fins políticos, em ambiente de conflito que, por definição, todos os terrorismos praticam, utilização dessa que, no entanto, em si, acção a acção, é meramente táctica,<sup>169</sup> serão as seguintes as demais condições que deveriam ser preenchidas para se poder considerar a existência de verdadeiras estratégias enquadrando as actividades das organizações terroristas: a) Objectivos finais consistentes, realizáveis e bem definidos; b) Inequívoca supremacia da acção política sobre a actividade violenta, cujo planeamento, e cujos resultados, deverão sempre ser integrados na conduta global do conflito (ou seja, na prática estratégica) em direcção àqueles objectivos finais; c) Direcção da acção centralizada e efectiva, sem o que, obviamente, aquela integração não será possível. Só alguns terrorismos satisfazem de forma inequívoca todas estas condições.

É o que acontece ou pode acontecer com o terrorismo de Estado em tempo de guerra (“terrorismo militar”), e com o terrorismo “privado” quando elemento complementar de uma guerrilha (“terrorismo guerrilheiro”), um e outro orientados por estratégias operacionais que visam objectivos finais políticos a alcançar através de uma luta armada mais geral, em que o terrorismo é apenas um dos elementos.

---

167 Existe também outro conceito de Estratégia, no âmbito económico-empresarial, aliás derivado do político-militar, mas dele diferente em vários aspectos importantes.

168 Na verdade, tal como acontece com a Política, também ela uma “praxis”, a prática da Estratégia pode e deve ser orientada por uma ciência, com o mesmo nome (o que tem favorecido confusões) que estuda as práticas anteriores nos diferentes tipos de guerras e conflitos armados, e busca delas retirar ensinamentos sobre conceitos, princípios e métodos. Aí, no âmbito dessa ciência da Estratégia, é que têm lugar doutrinas e teorias, que depois orientarão as práticas.

169 O que é estratégico é a conduta do conflito como um todo, ou seja, a ligação dos episódios de violência entre si para chegar aos fins politicamente pretendidos. A utilização da força ou coacção em cada um desses episódios violentos constitui um problema exclusivamente táctico.

Também o “terrorismo privado autónomo” poderá pôr as suas acções terroristas ao serviço de uma estratégia própria, nos casos em que exista simultaneamente clareza e realismo nos objectivos finais prosseguidos e suficiente consistência, desenvolvimento e eficácia, da estrutura de comando, política e militar.<sup>170</sup> Isto acontece com alguma frequência quando o terrorismo autónomo se encontra ligado a radicalismos nacionalistas, sejam laicos ou religiosos (IRA, ETA, OLP, Hamas, Hezbollah, etc.) ou, mesmo, em alguns casos, quando ligado a radicalismos puramente religiosos. De facto, apesar do irrealismo utópico dos fins últimos da Al-Qaeda (restabelecer o califado islâmico como uma Unidade Política abrangendo todos os Estados em que existam maiorias islâmicas, assim como os territórios que já foram do Islão, sob um regime político-religioso puritano semelhante ao dos “talibans” no Afeganistão, aplicando como sistema jurídico a “sharia”), e da talvez excessiva descentralização das iniciativas dos grupos que coordena, muitos autores não hesitam em qualificar como estratégicas, determinadas actividades desta rede.<sup>171</sup>

Muito mais raramente poderá também acontecer existir uma estratégia própria digna desse nome no terrorismo autónomo ligado a radicalismos ideológicos. Mas o que normalmente se verifica na generalidade destes, e também em alguns casos nos outros dois tipos do “terrorismo privado autónomo”, é reduzir-se a actividade terrorista a uma sequência meramente oportunista de atentados brutais escassamente ligados entre si, sem claro rumo para uma finalidade política, a qual se apresenta geralmente vaga e, ou, utópica, pelo que, em rigor, em muitos casos não se poderá falar na existência de um verdadeiro enquadramento estratégico.

Esse enquadramento estratégico também em regra não existe no terrorismo “de Estado” em tempo de paz, ou “policial” (imposição de um poder despótico), nem no terrorismo “social”. São, em geral, violências meramente pontuais, desligadas ou pouco ligadas entre si, uma vez que no primeiro caso visam apenas fortalecer o exercício do Poder Político e no segundo não há uma estrutura de conquista do Poder, e a luta é conduzida apenas com a intenção clara de destruir, ou reduzir, um grupo social, ou seja, não existem verdadeiramente objectivos finais políticos claramente definidos, nem planeamento de acção de conjunto, nem decisão centralizada, pelo menos em termos de capacidade de coordenação eficaz.

Quanto ao terrorismo “autónomo internacional”, como parte e quando parte de uma estratégia indirecta de um Estado “patrocinador”, constitui sem dúvida instrumento de uma estratégia, sendo, porém, neste caso, a sua acção, em si, sempre e apenas tática (a estratégia que a comanda é a do Estado patrocinador).

---

170 WILKINSON, Paul, analisa as condições estratégicas e os fins visados pelos terroristas em várias dos seus muitos escritos, designadamente em 1979, p. 110 e em 1993b, pp. 369-370.

171 Como, por exemplo: LACOSTE, Yves, 1990, pp. 5-6; BEYER, Lisa, 2001; RIPLEY, Amanda, 2002a, pp. 28-29; TEIXEIRA, Nuno Severiano, 2004; BENNETT, Brian and WALT, Vivienne, 2004; RATNESAR, Romesh, 2004b; MCGIRK, Tim, 2005; BEYER, Lisa, 2006.

Relativamente à emergência e generalização do patrocínio do terrorismo autónomo por determinados Estados, terá sido, como já vimos, a necessidade de diversos tipos de apoio, vitalmente necessários para a sustentação do terrorismo privado, quer em meios (armas, dinheiro, documentos) quer em refúgios, quer em locais para treino e em instrutores, que levou os grupos terroristas a serem facilmente receptivos tanto à ligação entre si, através das fronteiras dos respectivos Estados, como à aceitação do patrocínio de outros Estados, cujos governos sejam ideologicamente próximos ou, no mínimo, compatíveis com a ideologia ou motivação (causa) que serve de suporte ao grupo terrorista.

Por outro lado, a natureza da situação mundial tornou difícil, ou mesmo impossível, conforme os casos, o recurso à estratégia directa (assente sobretudo na utilização da coacção militar aberta) para solução de um grande número de conflitos, tendo por isso aumentado a frequência e a vantagem do emprego da estratégia indirecta (assente sobretudo na utilização da coacção não militar ou na da violência armada clandestina). Neste sentido, o baixo custo relativo, quer em dinheiro, quer em vidas, da utilização do terrorismo, sobretudo se essa utilização puder ser entregue a grupos estrangeiros e ser mais ou menos ocultada para poder ser negada, tem constituído uma tentação para certos Estados, onde a natureza ditatorial dos respectivos regimes políticos permite ou permitiu essa utilização. Ao mesmo tempo, a facilidade de comunicação e de movimentos tem permitido a aliança conjuntural (para determinadas acções) de terroristas de diferentes países, aliança que muitas vezes tem sido facilitada ou sugerida e coordenada por órgãos (consulados, embaixadas, comerciantes, etc.) dos Estados que apoiam o terrorismo. Grupos terroristas foram utilizados pelas potências comunistas, no conflito Leste-Oeste, integrados na sua estratégia indirecta, como única forma de utilizar a violência no “teatro” europeu sem correr o risco de desencadear uma guerra nuclear. Em conflitos regionais têm sido utilizados como instrumentos de Potências regionais, na forma de terrorismo patrocinado, ou de terrorismo de Estado (perseguição de opositores no estrangeiro, como no caso dos iranianos na França e na Alemanha, ou acções de castigo ou de desestabilização de Estados inimigos, como entre a Síria, o Irão e o Iraque).<sup>172</sup>

---

172 Muitos autores têm escrito a este respeito, como: PINHEIRO, Joaquim A. Franco, 1982, a pp. 58-61 (patrocínio do terrorismo por Cuba, Líbia, Síria, Iémen do Sul, Coreia do Norte, Checoslováquia, RDA, e Argélia); REES, David, 1983, a p. 255 (patrocínio do terrorismo pela Líbia, Argélia, Síria, República Democrática Popular do Iémen (Adém), assim como da União Soviética e países seus “satélites”); ELAD, Shlomi, and MERARI, Ariel, 1984, p. 5 (apoio ao terrorismo pela União Soviética e respectivos “satélites”); MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, pp. 23-24 e 114-115 (análise global nos anos setenta e oitenta); *Inter-International Terrorism*, 1990, pp. 38 a 43 (patrocínio do terrorismo pelo Irão, Líbia e Síria); WILKINSON, Paul, 1990, a p. 10 (patrocínio do terrorismo pelo Iraque, Irão, Líbia e Síria); WILKINSON, Paul, 1993a, (patrocínio do terrorismo pelo Irão, Iraque, Síria, Líbia e Sudão); OGDEN, Christopher, 1996, (uso do terrorismo pelo Irão servindo-se quer de agentes estatais quer de grupos patrocinados); *Time*, 21 de Abril de 2003, (apoio sírio a grupos e acções terroristas); McGIRK, Tim, 2004b, BAKER, Aryn e THOTTAM, Jyoti, 2009, (duplicidade do governo paquistanês ao permitir o apoio de elementos

O desenvolvimento do “Terrorismo Internacional” radica assim na convergência desses dois vectores, a busca da eficiência e da sobrevivência, por parte dos terroristas, levando estes aos acordos entre si e à aceitação de apoios e orientações externas, e a prevalência da Estratégia Indirecta, levando certos Estados à instrumentalização do terrorismo ao serviço das suas próprias estratégias.

Nesse processo ter-se-á verificado, primeiro, a generalização dos apoios em armas, em dinheiro, em utilização de “campos de treino” (onde se misturam guerrilheiros com terroristas, e se estabelecem contactos entre os grupos de diversos países e movimentos) e, posteriormente, em muitos casos, tem-se chegado à utilização pelos Estados “patrocinadores” dos grupos terroristas (estrangeiros) “patrocinados”, em acções encomendadas. Estes apoios diversos aos grupos terroristas aconteceram em grande número de países do leste europeu, (até aos anos oitenta – URSS, Bulgária, Alemanha do Leste, Checoslováquia, ...) do Norte de África (Líbia, até anos noventa, Argélia, até anos oitenta) da América (Cuba, anos setenta e oitenta) do Extremo Oriente (Coreia do Norte até aos anos oitenta), e têm acontecido no Médio Oriente (Irão e Síria, até hoje, Afeganistão, até ao derrube do regime taliban em 2001, Líbano, até à invasão israelita em 1982, Iraque, Iémen do Sul, Sudão, até anos noventa).<sup>173</sup>

Os Estados apoiantes do terrorismo têm necessariamente que ser ditaduras. Só assim podem controlar a sua própria opinião pública praticando a censura dos órgãos de comunicação social e eliminando os eventuais denunciadores, de forma a esconder os apoios, ou a apresentá-los a uma falsa luz (apoio às “lutas de libertação” ou aos “legítimos representantes” de “populações oprimidas”, por exemplo). Só assim, também, podem exercer o indispensável controlo dos próprios terroristas apoiados, cuja indisciplina natural é extremamente perigosa se não puder ser severa e fortemente controlada.<sup>174</sup> Além de ditaduras, esses Estados têm também, por evidentes razões de um mínimo de coerência, de professar ideologias político-sociais, ou confissões religiosas, afins das proclamadas pelos grupos terroristas apoiados. Como a maioria dos grupos terroristas têm sido ou muçulmanos ou ultra-esquerdistas, não admira que todos os países de que existem provas ou evidências do apoio actual ou passado ao terrorismo sejam ou tenham sido ditaduras, ou islâmicas, ou comunistas.

Por outro lado, o terrorismo, todo o terrorismo, é inimigo mortal das democracias pluralistas liberais, porque, em muitos casos, é mesmo o seu sistema político-social que é visado, porque, pela garantia das liberdades e direitos, que nelas existe, facilitam a formação, movimentação, e acção, dos grupos terroristas, porque, pela natureza do regime, lhes é vedada a utilização do “terrorismo policial”. Os regimes totalitários, que

---

dos respectivos serviços secretos e das Forças Armadas aos “taliban” e a outros grupos terroristas). ALLBRITTON, Christopher, e BLANFORD, Nicholas, 2006, bem como MACLEOD, Scott, 2007a. (patrocínio do terrorismo pelo Irão e Síria).

173 Boas análises do “patrocínio” do terrorismo por determinados Estados podem ser lidas em WILKINSON, Paul, 1984, pp. 292 a 295 e em RATHMELL, Andrew, 1992.

174 Conforme assinala WILKINSON, Paul, 1986.

não permitem liberdade de reunião, que controlam a comunicação social, que vigiam a vida quotidiana dos cidadãos, que prendem sem culpa formada, que podem impedir o livre-trânsito nas fronteiras, e praticam ou podem praticar o “terrorismo policial”, nada ou muito pouco, têm a temer do terrorismo privado autónomo. Este só consegue implantar-se solidamente nas democracias liberais, e se o tem conseguido em algumas ditaduras, tem-no sido apenas quando estas se encontram já muito enfraquecidas.<sup>175</sup>

## 4.6. A eficácia do Terrorismo

A eficácia do terrorismo, apesar de ser elevada quanto aos objectivos imediatos é, no mínimo, muito discutível, quanto aos fins intermédios e últimos.<sup>176</sup> Se é verdade que consegue difundir o medo, numa proporção que aliás depende muito da atitude da comunicação social, e da própria sociedade como um todo, a verdade, também, é que a reacção, quer da sociedade, quer dos governantes, relativamente ao medo, é muito variável e depende de muitos factores, em parte imprevisíveis, em parte incontrolláveis. O medo pode provocar a cedência, a submissão, mas também a ira, a revolta, o aumento da coesão social e da vontade de lutar e de eliminar o inimigo.<sup>177</sup> E quanto aos quatro tempos do ciclo que os grupos terroristas procuram desencadear, a “provocação”, a “desestabilização”, a “repressão”, e a “revolução”, a configuração do segundo e do terceiro e a ocorrência do quarto, são, em larga medida, independentes da vontade e dos actos dos terroristas.

A eficácia do terror é também comprometida porque este é, em si mesmo, sozinho, uma aplicação insuficiente da violência armada. Esta, como refere Clausewitz, deve visar no inimigo, em simultâneo, os três alvos tradicionais, isto é, as forças vivas (forças armadas, populações), as forças mortas (equipamentos, infra-estruturas), e as forças morais. O terrorismo é claramente insuficiente contra as duas primeiras. Conforme nos recorda Martín Wolf,<sup>178</sup> «Desde 1968 houve 14.400 ataques efectuados pelo terrorismo internacional, uma média de 425 por ano. Embora incluindo o 11 de Setembro, o número médio de feridos por ataque foi de 3,6, enquanto a média de mortos foi inferior a um. (...) Contudo, mesmo após o 11 de Setembro, as mortes nas estradas dos EUA num só ano excedem as mortes causadas pelos terroristas internacionais desde 1968 em quase 3 para 1». De facto, segundo Amanda Ripley,<sup>179</sup> em 2005 teriam morrido nas estradas

---

175 É um facto que é bem explicado em MORRIS, Eric e HOE, Alan, 1987, p. 59, assim como em PINHEIRO, Joaquim A. Franco, 1979, pp. 40-41.

176 A este respeito, leia-se, por exemplo, LAQUEUR, Walter, 1987, ou MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, pp. 111-112, ou KLEIN, Joe, 2007.

177 Vejam-se, por exemplo, as reacções dos marroquinos aos atentados de Maio de 2003 (*Público*, 17 de Março de 2004a), ou as dos jordanos aos atentados de Novembro de 2005 (POWELL, Bill, 2005b).

178 WOLF, Martin, 2003.

179 RIPLEY, Amanda, 2006, p. 17. O número de mortes por acidentes de tráfego nas estradas dos EUA é também referido em SUSSER, Ezra S., HERMAN, Daniel B., and AARON, Barbara, 2002, pp. 56-57

dos EUA cerca de 40 mil pessoas, enquanto nenhum cidadão desse país foi vítima do terrorismo nesse ano. Também Michael Kinsley<sup>180</sup> refere dados que vão no mesmo sentido, escrevendo que «os terroristas teriam que sequestrar 50 aviões por ano e matar todas as pessoas a bordo para que viajar de avião fosse mais perigoso do que viajar igual distância de carro», acrescentando que cerca de 4000 pessoas, mais do que as mortas nos atentados de 11 de Setembro, morrem em cada ano só nos EUA por afogamento accidental. Já em 1992, aliás, Andrew Rathmell<sup>181</sup> apelava para que se mantenha o sentido das proporções quando nos referimos ao terrorismo internacional, acrescentando que «apesar do realce nos meios de comunicação social, as baixas causadas no Ocidente pelo terrorismo internacional foram sempre estatisticamente insignificantes. A paz e a estabilidade internacionais são muito mais ameaçadas pelos conflitos étnicos e pela proliferação nuclear do que jamais foram pelo terrorismo internacional».

Mesmo o notável incremento dos massacres indiscriminados introduzido pela actividade da Al-Qaeda e dos grupos a ela associados no terrorismo internacional, não altera a relativa insignificância da destruição e das mortes por ele causadas. Conforme nos lembra Severiano Teixeira<sup>182</sup> «Desde o 11 de Setembro de 2001 até ao final de Novembro de 2003, foram perpetrados pela Al-Qaeda ou pelos grupos a ela associados 15 atentados terroristas. Em 11 países diferentes. Fizeram 2224 vítimas: 478 mortos e 1746 feridos.» Ou seja, a maior rede de grupos terroristas, que reúne várias dezenas de grupos espalhados por grande parte do mundo, causou muito menos mortos e feridos em 11 países e em dois anos do que, para utilizar uma analogia frequentemente empregue pelos analistas desta matéria, os causados pelos acidentes rodoviários num só ano e num só país, mesmo sendo este de reduzida dimensão. Por exemplo, em Portugal esses acidentes causam por ano cerca de um milhar de mortos, cerca de três a quatro milhares de feridos graves e mais de uma dezena de milhar de feridos ligeiros. Mesmo o crime organizado constitui maior flagelo do que o terrorismo. Segundo dados publicados em 1988 na revista francesa *Études Polemologiques*,<sup>183</sup> a proporção dos atentados terroristas na criminalidade em geral, em França, foi de apenas de 0,029% em 1984, de 0,025% em 1986 e de 0,025% em 1987, e em Itália, apesar da notoriedade mediática da actividade das “Brigadas Vermelhas”, o terrorismo aí no seu auge de 1969 a 1971, nesses três anos causou 425 mortos, mas num só ano, em 1979, a Máfia foi responsável por mais de 700 mortes.

Quanto ao resultado sobre as forças morais, afinal de contas o principal que as actividades terroristas alcançam, e aquele que consegue criar na opinião pública uma aparência de ameaça que, como acabamos de verificar, é bastante superior à realidade

---

«Traffic accidents kill 115 people in the U.S. daily, but the anthrax incidents inflicted social disruption and psychological damage that traffic tragedies do not.»

180 KINSLEY, Michael, 2002.

181 RATHMELL, Andrew, 1992.

182 TEIXEIRA, Nuno Severiano, 2004.

183 *Études Polemologiques* 3/88.

objectiva, esse resultado não só é, como atrás afirmei, muitas vezes contrário ao pretendido, como também, mantendo-se quase intactas tanto as forças vivas como as mortas, é sempre susceptível aquele resultado de ser contrariado pela possibilidade de nestas forças, praticamente intactas, se refazerem as forças morais. Esta insuficiência essencial do terrorismo é, aliás, claramente evidenciada nas escassas tentativas de luta contra governos ditatoriais que, enquanto estes se mantiveram vigorosos, têm sempre rapidamente fracassado.<sup>184</sup>

Por outro lado, é difícil coordenar e dirigir os diferentes grupos terroristas, ou mesmo um só, numa luta que, de forma análoga ao que acontece em todas as guerras menores, tem de ser demorada, persistente, e largamente abrangente. A indisciplina dos elementos que constituem os grupos terroristas, materializada em frequentes divisões e lutas internas, é natural consequência da natureza psicológica de muitos deles, que os levou à marginalização social e os predispôs ao crime, é facilitada pela necessidade de descentralização que a sua segurança impõe, e é alimentada quer pelo radicalismo inerente à sua justificação ideológica ou religiosa, quer pela amoralidade da sua acção, que destruindo os outros valores morais naturalmente também acaba por afectar a obediência, a lealdade, e a solidariedade, ou seja, o “espírito de corpo”.<sup>185</sup> Dessa indisciplina natural resultam riscos para os Estados patrocinadores, inclusive riscos de guerras convencionais devido à eventualidade de respostas militares de Estados vítimas das acções terroristas.

Além disso, os objectivos finais, sejam quais forem, mas situando-se, por definição, no âmbito político, não podem ser alcançados sem o concurso de condições políticas e sociais internas favoráveis, como a existência de tensões profundas, em significativas parcelas da população, efectivamente revoltadas contra os respectivos governantes, ou susceptíveis de o serem, ou desejosas de independência relativamente a um poder político dominado por estrangeiros ou por outras etnias, ou religiões. Necessitam também, para serem alcançados, de condições externas que propiciem refúgios, dinheiro, armas, e apoios de outros países e da opinião pública internacional, e ainda, quando uma guerra

---

184 O caso do Irão constitui um bom exemplo, referido por MORRIS, Eric e HOE, Alan, 1987, p. 112 «Governments can and do defeat terrorism. (...). After 1981 the Ayatollah Khomeini found that his regime was opposed by the Mujahedin of the left (...). This opposition quickly erupted into a particularly nasty terrorist campaign which for a while at least was also remarkably successful. In the space of three months they managed to kill a prime minister, about half of the members of the ruling Council, sundry chiefs of police and members of parliament by the score. By that time it was the turn of the Ayatollah to turn nasty and to respond with unrestrained brutality. Police and security forces killed without discrimination, information was tortured out of suspects and within a further three months they had broken the back of the resistance. Other states have achieved an equal degree of success, with far less brutality, and over a longer period of time.»

185 Tanto as lutas internas nos grupos terroristas, e entre estes, relativamente frequentes, embora nem sempre conhecidas do público, como as dificuldades de completo controle desses grupos pelos Estados patrocinadores, têm sido referidas em trabalhos sobre o terrorismo internacional, como, por exemplo: *Inter-International Terrorism*, 1990, p. 56; GHOSH, Aparisim, 2006a e 2006b; MCGIRK, Tim 2006; MACLEOD, Scott, 2007a.



de guerrilhas continuar a acção iniciada por grupos terroristas, da existência de condições geográficas propícias e de populações motivadas e capazes de aceitarem o sofrimento e privações inerentes a todas as guerras menores, que são sempre particularmente cruéis. Todos estes pressupostos ultrapassam o âmbito da simples acção terrorista, pelo que esta está condenada ao fracasso quando não está intimamente ligada a uma direcção política que não só saiba utilizar os seus efeitos como também os complete através de outras formas de acção.<sup>186</sup>

Essa direcção política naturalmente existe quando o terrorismo é utilizado por um Estado no âmbito da sua estratégia indirecta. Mas, mesmo assim, permanecem limites muito claros para a sua eficácia. O terrorismo pode, é certo, aumentar a instabilidade política e social dos Estados atingidos, mas isso, mais provavelmente poderá levar à instauração de um governo contrário aos interesses do Estado patrocinador do terrorismo, do que a um que lhe seja favorável. Por outro lado, a descoberta do apoio aos terroristas pode causar grave dano ao Estado patrocinador, quer em termos de opinião pública interna e internacional, quer em termos de eventuais represálias, como as dos ataques armados efectuados pelos EUA à Líbia em 1986, ao Sudão em 1998, ao Afeganistão em 1998 e em 2001/02, ou como as medidas de coacção diplomáticas e económicas praticadas por diversas vezes pela “comunidade internacional” contra a Líbia, Cuba, Iraque, Coreia do Norte, Síria, e Irão.

Não admira portanto que, até hoje, o terrorismo autónomo tenha conseguido muito poucos êxitos finais, se é que alguns.<sup>187</sup> Casos como os de Áden, Chipre, Israel e Argélia, que costumam ser apresentados como os raros exemplos desses êxitos, ocorreram no contexto de guerras coloniais, no seio de populações então colonizadas ou ocupadas, desejosas de se libertarem, e foram efectuadas com o concurso de intensa actividade política, contra colonizadores ou ocupantes cujas populações, no Reino Unido e na França, saídas da traumática II Guerra Mundial, não tinham vontade de pagar o preço em sangue e em dinheiro para manter uma ocupação então por elas entendida como não valendo, nem económica nem estrategicamente, esse preço.<sup>188</sup> Além disso, pelo menos no caso de Israel assim como no da Argélia, a luta contra o ocupante contou também com o contributo da acção paralela, provavelmente mais eficaz, de uma actividade de guerrilha. Em outro dos exemplos que costumam ser apontados como êxito do terrorismo, o do Afeganistão de 1979 a 1989, na luta dos “mujahedin” contra a ocupação soviética, também se verificou uma intensa actividade de guerrilha, claramente predominante nessa luta, e também a população russa em geral manifestou

---

186 Nesse aspecto alguns grupos terroristas como o Hamas, na Palestina, ou o Hezbollah, no Líbano (ALLBRITTON, Christopher, BLANFORD, Nicholas, 2006, e McALLISTER, Leo, 2006) têm-se mostrado bastante eficazes, desenvolvendo acções de apoio social e de intervenção política em complemento da sua luta armada.

187 Conforme, acerca do terrorismo em geral, constata LAQUEUR, Walter, 1987, e, acerca da Al-Qaeda, ELLIOTT, Michael, 2002b.

188 WILKINSON, Paul, 1979, pp. 104-105, e 1990, a p. 2.



desinteresse pela continuidade da ocupação, e mesmo, em alguns acontecimentos, após a subida de Gorbachev ao poder e correspondente início da “perestroika”, oposição ao prosseguimento das operações militares.

Nalguns outros casos o terrorismo conseguiu provocar a queda de regimes democráticos, mas estes foram substituídos por regimes ditatoriais contrários à ideologia dos grupos terroristas, e apenas temporariamente, tendo-se depois verificado o regresso à democracia, como aconteceu na Argentina, no Uruguai, na Turquia. Os casos de terrorismo – aqui poder-se-á falar com alguma propriedade em guerrilha urbana já que os atentados eram efectuados sobretudo contra militares inimigos e só raramente contra civis – da “resistência” na Europa ocupada pelos nazis, durante a segunda Segunda Guerra Mundial, não se pode afirmar corresponderem a êxitos, pois sem os auxílios dos aliados e sem a derrota militar dos alemães pelas forças armadas anglo-saxónicas e soviéticas, muito provavelmente esses grupos da “resistência” teriam sido progressivamente aniquilados.

Os surtos de terrorismo autónomo desde o final dos anos sessenta na Europa (Itália, Alemanha, Bélgica, Holanda, França, Espanha, Irlanda do Norte, Grécia, Portugal...) no Magreb e no Médio Oriente (Argélia, Marrocos, Turquia, Irão, Iraque, Síria, Palestina, Líbano, Emiratos Árabes, Egito, Arábia Saudita...) na América do Sul (Uruguai, Argentina, Brasil, Peru, Colômbia, Guatemala, Nicarágua, El Salvador...) na Ásia (Paquistão, União Indiana, Bangladesh, Sri Lanka, Indonésia, Filipinas, China, Cáucaso, Ásia Central...), assim como os atentados dispersos um pouco por toda a parte pelo terrorismo internacional, não conduziram ou não parecem poder conduzir a outro resultado que não seja o gratuito sacrifício de muitas vidas e de avultados bens materiais em troca da criação de alguma, passageira, instabilidade.<sup>189</sup> Quando muito, a alguns, muito raros, acordos negociados conseguidos após longas lutas por terrorismos separatistas, como o recentemente conseguido, a partir de difíceis negociações iniciadas em 1999, na Irlanda do Norte,<sup>190</sup> em que, no entanto, o IRA não obteve a ligação pretendida com a República da Irlanda e teve de aceitar participar num processo democrático partilhando o poder com os seus inimigos protestantes, ou a êxitos episódicos, pontuais, como no caso da retirada do Líbano, em 1983, das forças dos EUA, da França e da Itália, após alguns espectaculares ataques suicidas de terroristas do Hezbollah, que causaram centenas de mortes, ou a retirada do exército de Israel, também do Líbano, em 2000, e mais recentemente, da Faixa de Gaza, em 2005, ou ainda das tropas espanholas, do Iraque, após

---

189 Em Portugal, as FP-25, de 1980 a 1986, efectuaram cerca de 280 atentados causando 7 mortos, e nenhum resultado prático. Acerca da relativa inocuidade dos grupos terroristas nos países acima referidos, leiam-se MORRIS, Eric e HOE, Alan, 1987, pp. 111-112 (Alemanha Ocidental, Itália, Turquia, Irlanda do Norte e Espanha); JANKE, Peter, 1993, (Bélgica, França, Holanda, Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Irlanda do Norte); *Time*, October 6, 1997, (Argélia, de 1991 a 1997); KEPEL, Gilles, 2002 (Egito, Bósnia, Argélia, Afeganistão, Paquistão, Palestina); BELLOSO, Miguel Angel, 2006 (Espanha); BOOT, Max, 2006 (Iraque, Afeganistão, Líbano, Palestina); BERGEN, Peter, 2008 (Al-Qaeda).

190 *Time* April 9, 2007.

a vitória do partido socialista nas eleições, influenciada pelos atentados em Madrid em 2004.<sup>191</sup> Mas, em todos estes casos, na decisão da retirada, mais do que a força de pressão produzida pela actividade terrorista, terão pesado outros factores, variados na sua importância relativa de caso para caso e geralmente derivados das respectivas políticas internas, que terão provocado uma diminuição do interesse ou empenho em manter a situação, por parte do Estado que se retirou.

Apesar de tudo, porém, o inegável elevado potencial de êxito dos grupos terroristas na prossecução de objectivos imediatos, o baixo custo da actividade terrorista (segundo Roland Jacquard, mesmo os espectaculares atentados de 11 de Setembro terão custado apenas entre \$250.000 e \$500.000),<sup>192</sup> a relativa segurança no seu emprego (segundo Paul Wilkinson,<sup>193</sup> referindo um estudo da *RAND Corporation* cobrindo 63 operações de raptos e barricadas entre 1968 e 1974, os terroristas teriam 79% de possibilidades de evitar a morte ou qualquer punição, menos de 10% dos 127 sequestros de aviões no mesmo período teriam tido como resultado a morte ou a prisão dos terroristas, e entre 1971 e 1975 menos de metade dos terroristas internacionais capturados cumpriram efectivamente as penas de prisão aplicadas, acabando a média das penas cumpridas por ficar em apenas 18 meses) permitem que, mau grado a sua muito baixa eficácia no que respeita aos objectivos finais e apesar da forte intensificação verificada nestes últimos anos na luta contra o terrorismo internacional, este se mantenha teimosamente, no início do século XXI, como uma séria ameaça à paz e estabilidade na maior parte do mundo.<sup>194</sup>

---

191 Vejam-se, a este respeito, McALLISTER, J.F.O., 2004b, ou *Público*, 17 de Março de 2004.

192 CRUMLEY, Bruce, 2002, pp. 38 e 39.

193 WILKINSON, Paul, 1979, pp. 111-112 e 115.

194 Conforme faz notar WILKINSON, Paul, 1990, pp. 9-10 «There are very few cases of terrorist groups voluntarily abandoning their activities and simply fading away. Some groups have gone under as the result of the death or capture of all their leading figures and cell structure. Others have been curtailed by the action of state sponsors or as a result of internecine strife. But when a terrorist group possesses unfulfilled political aims, leadership, weapons, manpower and access to targets, it is a fair assumption that it will stay in business».

## 5. A Luta contra o Terrorismo

### 5.1. O largo espectro das acções e a necessidade da sua integração

Ao escreverem acerca da luta contra o terrorismo, Ronald D. Crelinsten e Alex P. Schmid,<sup>195</sup> depois de alertarem para o facto de que «o que é aceitável em termos de democracia depende da natureza da ameaça e da natureza da sociedade que se defende» já que «a natureza da ameaça terrorista, incluindo a espécie de grupo envolvido (por exemplo, revolucionário ou nacionalista), e as tradições culturais do país em causa, são elementos importantes na determinação da potencial efectividade», traçam um quadro geral dos métodos utilizados nessa luta, suas respectivas vantagens e inconvenientes, o qual, apesar dos dezasseis anos passados, me parece manter actualidade e pertinência.

Segundo estes autores, «a forma mais comum de diferenciar as opções de resposta (ao terrorismo) consiste em separá-las entre *soft line* e *hard line*» ou, como Peter Sederberg, entre “respostas conciliatórias e repressivas” ou, como Alex Schmid, entre “conciliação e força”. Quanto à resposta conciliatória as suas mais comuns formas «consistem na acomodação (incluindo negociações directas com os terroristas e a possibilidade de lhes conceder designadas exigências) e na reforma (usualmente dirigida a aspectos denunciados pelos terroristas sem negociar directamente com eles)». Quanto à resposta repressiva as suas formas mais comuns «consistem na legal repressiva e na militar, ou, segundo a designação adoptada por Ronald Crelinsten, respectivamente, no modelo da justiça criminal e no modelo bélico». No primeiro caso, «a política de contra-terrorismo submete-se ao domínio da lei, tratando o terrorismo como um crime». No segundo «o contra-terrorismo adere às regras da guerra tratando o terrorismo como uma forma especial de guerra ou ‘conflito de baixa intensidade’».

Uma segunda modalidade de classificação das opções de resposta baseia-se no tempo abrangido, distinguindo entre as respostas de curto prazo («as que se dirigem contra uma ameaça imediata ou tentam resolver um incidente particular») e as de longo prazo («as que se focalizam no futuro, quer em termos de prevenção, como a dissuasão, quer em termos de reformas estruturais») ou entre as respostas reactivas («que tendem a ser orientadas para os incidentes, focalizando-se mais no passado do que no futuro») e as pró activas («que se focalizam no longo prazo, para a possível emergência de novas formas

---

195 CRELINSTEN, Ronald D. e SCHMID, Alex P, 1993. As partes citadas encontram-se nas pp. 309 a 337.

de terrorismo a partir de novos conflitos políticos assim como para novos métodos de prevenir velhas formas de terrorismo, tais como incremento de medidas defensivas em possíveis alvos»). As primeiras tendem a subavaliar potenciais efeitos colaterais e consequências inesperadas, o que dificulta muito a tarefa de encontrar o equilíbrio entre efectividade e aceitabilidade. As segundas «devem considerar as consequências, tanto domésticas como internacionais, de opções específicas» como, por exemplo, o uso de tecnologias especiais para identificação que «têm um grande potencial de sucesso no seguimento e captura dos terroristas mas também podem provocar danos nos princípios democráticos de livre movimento e livre expressão».

Um terceiro modo de classificar opções de resposta consiste em distinguir entre as que se dirigem contra as capacidades coactivas dos terroristas, «lidando com o seu uso combinado de violências e ameaças de violência», e as que se dirigem contra as suas capacidades políticas, dando prioridade ao combate à «dimensão propagandística do terrorismo». A primeira, “resposta repressiva ou coactiva”, «inclui muito das opções legal repressiva e militar atrás referidas», enquanto a segunda, “resposta política” ou, segundo Crelinsten, “modelo de comunicação”, «pode incluir reformas e possivelmente acomodação, embora concessões directas sejam habitualmente intencionadas mais para pôr termo imediato a violências ou coacções terroristas do que para satisfazer reivindicações políticas». De facto, porque «o reconhecimento político é aquilo que os terroristas usualmente procuram, poucos governos negociam com terroristas acerca de satisfazerem as suas reivindicações políticas, embora alguns tenham tentado instituir reformas que poderiam retirar razão à acção terrorista. Em alguns casos, como no Canadá, isso levou os activistas a abandonarem a causa terrorista e voltarem a trabalhar dentro do sistema. Em outros, como em Espanha, o terrorismo persistiu apesar de reformas consideráveis». Aliás, como Ariel Merari fez notar, procurar resolver directamente as causas na raiz de um movimento terrorista enfrenta três perigos principais. «Primeiro, concessões políticas podem comprometer o essencial do processo democrático de tomada de decisão. Segundo, elas podem desencadear reacções violentas potencialmente terroristas por parte de grupos no outro extremo do espectro político. Terceiro, podem reforçar a escolha do terrorismo como meio de obter objectivos políticos e pessoais». Por outro lado, «enquanto as respostas coactivas podem ser efectivas no curto prazo ou reduzir as capacidades coactivas dos terroristas, podem ser menos efectivas no longo prazo, quer por desencadear ciclos de violência e contra violência, quer por incrementarem as capacidades políticas dos terroristas incentivando simpatias pela sua causa, estimulando o recrutamento para o movimento terrorista ou provocando pública antipatia pela resposta coactiva do Estado».

Uma quarta forma de distinguir entre as opções de resposta consiste em diferenciar entre respostas domésticas e respostas internacionais, as primeiras incluindo todas as políticas legais e administrativas aplicáveis dentro de um único Estado, as segundas “tipicamente incluindo a aproximação político diplomática”, como o fortalecimento dos instrumentos legais internacionais lidando com o terrorismo, “a aproximação económico sancionatória”, como sanções contra os Estados que apoiam o terrorismo ou acções

contra o tráfico de drogas ou de armas, e “a aproximação militar”, como o uso de ataques preventivos, de retaliações, ou mesmo de intervenções militares de larga escala.

Em alguns casos, lembram os autores que tenho vindo a citar, «a distinção entre terrorismo internacional, ou transnacional, e o doméstico, é difícil, mesmo enganosa; grupos domésticos operam no interior do país, fora dele, ou movem-se para dentro e fora através das fronteiras; terroristas estrangeiros conduzem as suas lutas dentro de nações afastadas do seu país e sujeitam-se à legislação em vigor no país em que são presos. Por vezes sucessos num país dependem largamente da cooperação de um Estado vizinho» e, «com as dramáticas mudanças geopolíticas dos recentes anos a interpenetração entre a vida política doméstica e a internacional tem-se acentuado.»

Segundo estes autores (e não só) existe uma íntima ligação entre concepções da natureza do fenómeno terrorista e a preferência por um determinado modelo de resposta, o que se torna claro quando, por exemplo, «se examina a percepção americana do terrorismo e o padrão da luta contra ele durante as décadas passadas». A Administração Nixon (1969-74) tentou uma aproximação no quadro de um sistema da segurança colectiva. Sustentava-se que se um número suficiente de Estados concordasse em negar santuário aos terroristas e quisesse prendê-los, julgá-los ou extraditá-los para os Estados interessados na sua punição, então o problema seria resolvido. A administração Carter (1977-80) encarou o terrorismo internacional mais como um sintoma de problemas de direitos humanos, emergindo da pobreza, injustiça e repressão. Pensou-se que as soluções seriam encontradas através da solução dos problemas subjacentes, tais como o conflito israelo-árabe. A administração Reagan (1981-88), por outro lado, pensou desenvolver instrumentos militares para resolver o problema do terrorismo internacional. Estas três diferentes aproximações correspondem respectivamente ao modelo de justiça criminal, ao modelo de comunicação e ao modelo bélico.

Por fim, na leitura destes dois autores verifica-se que a generalidade das respostas que têm sido dadas pelos Estados do “mundo ocidental” às ameaças e crimes do terrorismo se podem, em linhas gerais, reconduzir a dois dos modelos atrás referidos, variantes da resposta repressiva, ou linha dura (*hard line*), que aparecem assim como principais e básicos.

No «modelo de justiça criminal o terrorismo é tratado como um crime e o ónus da resposta é colocado nos procedimentos e punições criminais dentro dos quadros legais». Neste modelo as medidas mais comuns «têm sido a criação de leis especiais, o incremento dos poderes policiais, mudanças nas regras da prova e dos procedimentos durante os julgamentos (por exemplo, anonimato das testemunhas ou dos informadores, sem direito a acareação) e, em alguns casos a criação de tribunais ou jurisdições especiais e a criação de regimes especiais para a prisão de terroristas condenados». Com regularidade essas medidas incluem também «o prolongamento do período de detenção durante o qual um suspeito pode ser detido sem ter acesso a advogado ou sem ter acusação formulada», medida que, embora «justificada como detenção preventiva ou como necessária para obter informações antes que outros possam ser avisados da prisão do suspeito» pode «aumentar a probabilidade de abusos de poder, maus tratos e intimidação

e, nos casos de suspeitos detidos não propriamente pela suspeição de actividade criminal mas pelas suas crenças ou filiação política, de sérios danos nos princípios democráticos e nos direitos cívicos individuais». Além disso, lembram os autores, «são as áreas da detenção e do interrogatório que são mais sensíveis à exploração pela propaganda dos terroristas» e, em certos casos em que o terrorismo «tem sido particularmente intenso» têm-se verificado «graves desvios dos procedimentos judiciais convencionais».

As limitações do modelo de justiça criminal «levaram alguns Estados a adoptarem um modelo bélico», particularmente quando defrontando o terrorismo internacional, sobretudo se patrocinado por outros Estados. Neste modelo o ónus da resposta «é colocado nas Forças Armadas e no uso de forças especiais, de ataques retaliatórios e de movimentação de tropas». Mas, «o problema com este modelo consiste em que, tratando o terrorismo como uma guerra, o papel político do terrorismo é reconhecido e possivelmente legitimado, daí resultando talvez um crescimento da insurreição. E, pior ainda, a guerra é frequentemente dirigida contra os que podem partilhar os objectivos políticos dos terroristas ainda que recusando os seus métodos, os quais, porque não operam clandestinamente, constituem alvos mais fáceis para a repressão». Quando a luta contra o terrorismo se insere dentro do modelo bélico «as duas variantes mais comuns são o uso de tropas em ajuda do poder civil, como na protecção de pontos sensíveis, ou o uso de forças especiais para o que em outras circunstâncias seria trabalho normal da polícia. Enquanto a primeira solução pode levar a uma inaceitável situação próxima da lei marcial ou mesmo a um golpe de estado militar, nas democracias ocidentais tem sido muito raro que estados de emergência ou uso generalizado das forças militares em auxílio do poder civil tenha persistido ao ponto de minar a legitimidade do regime democrático. A solução prevalecente tem sido o uso de forças especiais para prisão de suspeitos, rusgas e, no caso de situações de terroristas barricados com reféns, para o respectivo assalto. O problema mais comum associado ao uso de forças especiais, sejam militares, policiais ou paramilitares, é a questão do nível de força adequado numa democracia, e a localização e grau da responsabilidade quando tiver sido empregue força excessiva».

Os autores recordam então a sugestão de Alex Schmid, a que anteriormente fiz referência, de que os actos terroristas sejam considerados o equivalente, em tempo de paz, dos crimes de guerra. Isso «produz um equilíbrio entre os dois modelos tradicionais adoptando os seus pontos fortes e evitando as suas fraquezas. Tratando os actos de terrorismo como crimes de guerra, a natureza criminosa desses actos é sublinhada mesmo reconhecendo o seu contexto político. Criando tribunais ou procedimentos especiais neste caso não seria o mesmo que criá-los no tradicional modelo de justiça criminal, dado que a especial natureza dos crimes seria explicitamente reconhecida. Contudo, tratando-os como equivalentes em tempo de paz dos crimes de guerra, esta aproximação sublinha a ausência de um estado de guerra formal e desse modo evita o recurso a uma aproximação bélica com os seus inerentes perigos para o modo de vida democrático. Se as forças armadas forem usadas, sê-lo-ão explicitamente em auxílio do poder civil, inteiramente dentro do controle das autoridades civis. Esta aproximação é

consistente com a recente decisão da Amnistia Internacional de reconhecer a possibilidade de que os movimentos de libertação nacional e os actores não estatais lutando contra a opressão também possam cometer violações dos direitos humanos» devendo nesses casos, independentemente da sua ideologia, ou dos seus objectivos políticos, receber a mesma condenação que tem sido dada aos Estados violadores desses direitos.

Na página 337, na parte final do longo trecho que temos vindo a citar e, parcialmente, a transcrever, os seus autores lembram que respostas de natureza conciliatória, dentro da linha suave (*soft line*) também têm sido por vezes experimentadas apesar do prevalecente consenso «de que constituem sinais de fraqueza dos respectivos governos e apenas servem para encorajar mais terrorismo.» Não obstante, «Soluções conciliatórias, tanto no curto como no longo prazo, podem desempenhar um papel muito importante na contenção do terrorismo se se dirigirem a outras audiências para além dos terroristas – os que simpatizam com eles, a população em geral, a comunidade internacional, e as vítimas ou alvos potenciais do terror. Apesar de poderem ser ineficazes para reduzir as capacidades coactivas dos terroristas no curto prazo, amnistias, reformas ou mesmo concessões podem reduzir as suas capacidades políticas, particularmente no longo prazo. Isso pode também conduzir a uma redução da sua capacidade coactiva no longo prazo. A nossa pesquisa dos aspectos psicológicos do contra-terrorismo torna claro que a dimensão política do contra-terrorismo é particularmente importante nas sociedades democráticas. Se o público em geral e, especialmente, os meios de comunicação social vierem a perceber as diferenças entre as capacidades políticas e de coacção, entre os ganhos de curto prazo e os de longo prazo, e entre preocupações de política nacional e de política internacional, então poderá ser mais fácil executar uma estratégia de contra-terrorismo mais flexível que possa equilibrar as necessidades de eficiência e de aceitabilidade.»

Mesmo tendo em conta que a análise apresentada por Schmid e Crenlisten dos modelos de luta anti-terrorista, destacando o da “justiça criminal” e o “bélico”, aos quais se acrescenta o da “comunicação”, e se junta a sugestão da assumpção dos crimes dos terroristas como crimes de guerra em tempo de paz, é apenas uma de várias, de diversos autores, propostas para descreverem e sintetizarem as diferentes tendências no âmbito dessa luta, e tendo presente que, na prática, muitas vezes, estes modelos se sobrepõem e misturam, a extensa citação que acabei de fazer parece-me poder fornecer um bom enquadramento e ser ponto de partida para a reflexão que iremos fazer sobre a complexa problemática da luta anti-terrorismo.

Desde logo, tal como afirmam praticamente todos os académicos, operacionais, e políticos, especialistas nesta matéria, considero que o terrorismo pode ser eficazmente combatido, e se o for, de forma adequada, durante o tempo suficiente – em regra algumas poucas dezenas de anos – ainda que a possibilidade de ocorrer não possa ser definitivamente extinta,<sup>196</sup> será vencido, conforme aliás decorre da sua falta de eficácia

---

196 LAQUEUR, Walter, 2004, pp. 76-77 e 80-81 «No futuro, o que se poderá fazer para atenuar, o terrorismo? Alguns movimentos estão abertos a soluções políticas, especialmente os que reclamam maior

a longo prazo, quando forma isolada de aplicação da violência, a qual constatámos no final do capítulo anterior. Mas, pela complexidade do fenómeno, expressa tanto na variedade das suas formas como das suas causas e objectivos, e pelo carácter clandestino dos seus agentes e dos seus métodos, a luta contra ele é sempre difícil nas democracias pluralistas, onde terá de ser conduzida de forma simultânea em várias frentes, procurando um delicado equilíbrio, muitas vezes difícil de estabelecer, entre, por um lado, respeito pelos direitos, liberdades e garantias que caracterizam esse tipo de sociedades e, por outro, eficácia na manutenção da segurança, conforme, aliás, se deduz do trecho citado no início deste capítulo, e claramente afirmam todos os especialistas nesta matéria que tenho lido.<sup>197</sup>

Declarado o terrorismo, o seu combate necessitará de medidas específicas, todas complementares umas das outras, só podendo qualquer delas ser verdadeiramente eficiente com o concurso das restantes. David Rees<sup>198</sup> afirmou que o conjunto dessas medidas deve ser orientado segundo quatro directrizes políticas. «A primeira, e claramente o mais importante princípio, é que deve haver vontade política de derrotar o terrorismo. (...) Uma segunda orientação é que o Governo em foco deve evitar a hiper-reacção que alienará a opinião pública moderada, calará importantes fontes de informação e levará o povo a igualar o Estado (Administração) com os que o querem destruir. Em terceiro lugar, o Governo em questão deve explicar e fazer ressaltar o seu programa antiterrorista ao público em geral. A realização das reformas necessárias deve ser expedita. Mas um governo democrático, (...) pode derrotar o desafio armado, como fez o Governo de Bona quando se viu, nos anos 70, confrontado com o terrorismo do grupo Baader-Meinhof. O quarto princípio é que qualquer concessão de “estatuto político” ao terrorista é absolutamente contraproducente, dado que legitima e encoraja o terror. A negação de “estatuto político” está, portanto, no cerne de todas as estratégias antiterroristas eficazes.»

No mesmo sentido escreveu Paul Wilkinson,<sup>199</sup> referindo o que considera serem os cinco “princípios cardinais” de uma resposta “efectiva” ao terrorismo por parte de uma democracia liberal, e que seriam:

---

autonomia política, como os curdos na Turquia e os chechenos na Rússia. Contudo, os grupos mais radicais não estão interessados em compromissos e exigem vitória total. A longo prazo, o sectarismo movido pelo fervor talvez diminua ou mesmo desapareça. Entretanto, vamos vivendo uma perigosa fase de transição da história. (...) A civilização irá prevalecer como sempre. No entanto, é impossível uma vitória definitiva na “guerra ao terror”, já que este, de uma forma ou de outra, continuará a existir enquanto existirem conflitos sobre a Terra.»

197 A preocupação com a necessidade de respeitar o equilíbrio entre salvaguarda dos direitos e eficácia na garantia da segurança, assim como a ênfatização da necessidade de agir, de forma coordenada, numa pluralidade de frentes para combater o terrorismo, encontram-se em muitos escritos sobre esta matéria, como, por exemplo: BECKMAN, Robert L., 1986; WILKINSON, Paul, 1990, a pp. 17-18; KENNEDY, Paul, 2001; ELLIOTT, Michael, 2002d; GRAFF, James, 2002; McALLISTER, J.F.O., 2004b; RATNESAR, Romesh, 2004a; JORGE, João Carlos M. S. Guedes, 2005, pp. 23 a 26; RIPLEY, Amanda, 2006; PEREIRA, Micael, 2006; LOURENÇO, Ricardo, 2006.

198 REES, David, 1983, p. 260.

199 WILKINSON, Paul, 1990, a pp. 14-15.



- (1) «Não ceder ao terrorismo e manter uma absoluta determinação para o derrotar segundo a lei e os procedimentos democráticos;
- (2) Não negociar nem fazer concessões, mesmo face às mais fortes intimidações e chantagens;
- (3) Intensificar esforços para submeter os terroristas à Justiça capturando-os e julgando-os nos tribunais;
- (4) Tomar medidas firmes para penalizar os Estados patrocinadores que concedam refúgio, armas, explosivos, recursos financeiros e apoios morais e diplomáticos aos terroristas;
- (5) Nunca permitir que acções terroristas bloqueiem ou anulem esforços políticos e diplomáticos para resolver os conflitos subjacentes em regiões afligidas por confrontos violentos como no Médio Oriente.»

Embora estes princípios sejam de natureza muito geral, e a «maior parte dos Estados democráticos confrontando-se com o terrorismo tenham em determinadas circunstâncias violado alguns ou mesmo todos eles», o autor considera que a sua violação tem «sérias implicações de longo prazo, causando vastos danos políticos. Por exemplo, políticas de apaziguamento, fazendo “acordos” com terroristas, repressão indiscriminada, abusos dos procedimentos legais, etc., prejudicam não apenas os indivíduos directamente envolvidos, mas também a integridade e legitimidade de todo o sistema, desta forma sendo úteis à propaganda terrorista».

Estes princípios de Wilkinson incluem em parte as directrizes políticas de David Rees e, no seu conjunto, uns e outros completam-se e parecem-me, à luz do que tenho lido em muitos autores especialistas conceituados nesta matéria, reflectirem princípios da maior importância cuja bondade se encontra apoiada por largo consenso. Mas, o mais importante é o facto de através deles se implicar a necessidade imperiosa de na luta contra o terrorismo se submeterem as muito diversas medidas em diferentes sectores a uma unidade de direcção, agindo sempre com muita firmeza mas sem abdicar dos valores, garantias e liberdades característicos das sociedades democráticas pluralistas e liberais. É isso mesmo que claramente afirma Paul Wilkinson na sequência do trecho que acabámos de citar: «A experiência dos estados democráticos no século XX sugere que o que é realmente necessário para derrotar efectivamente o terrorismo é uma resposta multifacetada, concertada, cuidadosamente calibrada para o nível requerido para lidar com a dimensão do terrorismo, combinando os mais válidos elementos das medidas políticas, legais, policiais, militares e socio-económicas». E, algumas páginas adiante, depois de lembrar o êxito da luta anti-terrorista, sem comprometer a legalidade nem a democracia, na Alemanha ocidental contra o “Exército Vermelho” e na Itália contra as “Brigadas Vermelhas”, este autor conclui que «se é verdade que os terroristas podem explorar as liberdades de uma sociedade aberta e democrática para efectuar os seus ataques, a legitimidade da democracia aos olhos dos seus cidadãos gera uma espécie de força moral interior que ajuda o sistema a resistir a qualquer tentativa de o subverter ou derrubar. No fim, a batalha entre a democracia e o terrorismo é uma prova de força moral e de vontade política».

Vontade política firme e coordenação eficaz em todos os sectores, conjugada com integração de actividades sempre que possível, constituem portanto comportamentos chave na luta anti-terrorismo, ainda que difíceis de conseguir nas democracias pluralistas.<sup>200</sup> Ou seja, na defesa contra o terrorismo declarado será indispensável um comando centralizado capaz de coordenar, organizar, gerir e integrar uma muito ampla panóplia de múltiplas actividades disseminadas por diferentes organismos e instituições em diversos sectores da vida social, económica e política.

## **5.2. As medidas no âmbito das políticas internas**

### **5.2.1. O diversificado, importante, e indispensável, mas limitado, papel das medidas de política interna**

A actuação política interna inclui uma grande diversidade de intervenções<sup>201</sup> que abrangem quer a necessidade de proteger juízes, jurados, testemunhas e terroristas (ou seus cúmplices) “arrependidos”, quer medidas económicas e sociais para eliminar ou reduzir os principais focos de tensão social, quer a preparação do sistema de saúde, em particular, e da protecção civil, em geral, para reagir a eventuais atentados terroristas com grande número de vítimas,<sup>202</sup> quer a elaboração de leis de excepção<sup>203</sup> que facilitem a detecção de abrigos (monitorização dos contratos de aluguer), assim como a colaboração de “arrependidos”(concedendo diminuição das penas) e a investigação policial (alargamento dos prazos de detenção preventiva dos suspeitos, monitorização de contas bancárias, escutas telefónicas), quer o reforço da vigilância de fronteiras, portos e aeroportos, quer a protecção de possíveis alvos, quer a promoção de inovações tecnológicas e do melhor aproveitamento das já existentes (computadores e bases de dados, bilhetes de identidade e passaportes digitalizados, detecção electrónica de explosivos e marcação destes pelas fábricas de explosivos, uso generalizado de vigilância televisiva), etc., medidas essas que dependem de diferentes sectores da Administração Pública, o

---

200 Algumas considerações e exemplos acerca dessas dificuldades podem ler-se em MORRIS, Eric e HOE, Alan, 1987, p. 112, em JANKE, Peter, 1993, e em TUMULTY, Karen, 2002, p. 41.

201 Uma ideia desta diversidade transparece claramente na leitura de artigos como os de McALLISTER, J.F.O., 2004b, pp. 26 a 29, de RATNESAR, Romesh, 2002a, e 2004a, de LIMA, Bernardo Pires de, 2005a, ou de RIPLEY, Amanda, 2006.

202 Leiam-se, a respeito deste particular aspecto, SUSSER, Ezra S., HERMAN, Daniel B., and AARON, Barbara, 2002, e SCHENKER, Jennifer L., 2003.

203 A Itália conheceu um sucesso rápido na eliminação da organização terrorista “Brigadas Vermelhas” a partir do momento em que os governantes implementaram algumas leis excepcionais, temporárias, de que se destacam a prisão sem culpa formada, o aumento do tempo de prisão preventiva, a permissão generalizada de escutas telefónicas, a facilitação do acesso à informação das contas bancárias, a obrigatoriedade de todos os senhorios comunicarem à polícia os alugueres das respectivas casas, e a redução de penas para os “arrependidos” que colaborassem com a polícia.

que, para evitar insuficiências na sua eficácia, apela a empenhados esforços de coordenação e cooperação levando vários países a criar na sua Administração Pública órgãos específicos com essa finalidade.

Determinadas medidas de excepção, como a declaração do estado de sítio, ou do estado de emergência, e promulgação de leis com carácter transitório especificamente destinadas a facilitar a luta contra o terrorismo suspendendo temporariamente alguns direitos ou garantias, podem ser muito úteis. No entanto, haverá que ser-se cuidadoso na administração de tais medidas, pois que o seu exagero pode pôr em causa aquilo que se quer salvaguardar, isto é, o próprio sistema político de democracia liberal. O equilíbrio entre salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e preservação da sua segurança é delicado, o exagero de uma podendo sempre comprometer a outra,<sup>204</sup> variando a localização justa da, muitas vezes difícil de definir, respectiva linha de equilíbrio, em função da intensidade e periculosidade das ameaças à segurança assim como da importância socialmente atribuída aos direitos eventualmente comprometidos.

A instauração da pena de morte contra os terroristas é, justamente, uma medida que socialmente é por muitos considerada muito para além dessa linha de equilíbrio, mesmo nas situações de intensa ameaça, suscitando acaloradas discussões nos países em que o direito penal correntemente em vigor a aboliu, mas que, no entanto, já algumas vezes foi utilizada com êxito em alguns países, como, por exemplo, nas lutas já atrás referidas (em nota de rodapé) do regime dos “ayatollahs” no Irão contra os “mujahedin de esquerda” no início dos anos oitenta do século passado, e na dos governantes irlandeses contra os “irregulares”, nos anos vinte desse século, ou na eliminação do terrorismo anarquista em França no fim do século XIX.

Os principais argumentos a seu favor, além da relativa eficácia, comprovada por vários precedentes, ao conseguir uma mais rápida eliminação do terrorismo, são, por um lado, o efeito dissuasor, que, embora não afecte os suicidas, e seja relativamente limitado para a generalidade dos outros, inegavelmente existe, sendo indiscutivelmente mais forte do que o produzido por qualquer outro tipo de penas, e por outro lado, a eliminação de motivações para actos terroristas destinados a conseguir a libertação de terroristas presos, geralmente tentada através da captura de reféns, já que essas motivações só se manteriam até à respectiva execução da pena de morte.

Os argumentos contra, são sobretudo de índole humanitária, mas podemos-nos legitimamente interrogar sobre se indivíduos capazes de fria e deliberadamente liquidarem pessoas inocentes, merecem esse humanitarismo, ou se serão recuperáveis para uma vida social normal. Mais dignos de serem atendidos parecem-me, porém, os argumentos

---

204 Este problema coloca-se mesmo quando não se chega a decretar estados de excepção, e não faltam nos escritos sobre o terrorismo análises de casos concretos e reflexões teóricas sobre esta complexa problemática. Alguns exemplos nos trabalhos que a seguir se referem podem ajudar a uma sua melhor percepção: CLUTTERBUCK, Richard, 1993; LACAYO, Richard, 2003; McALLISTER, J.F.O. 2004a; ZAGORIN, Adam e DUFFY, Michael, 2005; DUFFY, Michael, 2006; LACAYO, Richard, 2007; MAYER, Catherine, 2007; *Time*, November 12, 2007.

que referem a existência de terroristas incorporados coactivamente, ou compelidos a efectuarem os seus actos (ameaças de morte a familiares seus, por exemplo), bem como a possibilidade de erros judiciais (argumento principal contra a aplicação de penas de morte em geral) assim como o facto de que a punição não atinge, muitas vezes, os principais responsáveis, patrocinadores e incentivadores, que geralmente se limitam a motivar, financiar, facilitar, ordenar ou planear, mas deixam o trabalho sujo a outros, ficando relativamente “fora” da execução dos crimes sanguinolentos. Estes aspectos, contudo, poderiam ser devidamente salvaguardados na elaboração da lei que eventualmente viesse a impor essa pena máxima para os dirigentes de grupos terroristas e seus subordinados que, sem sombra de dúvida, se comprovasse serem culpados de actos terroristas de que tenham resultado vítimas mortais.

Outro tipo de medidas legislativas, porém, como o alongamento dos períodos de detenção preventiva, a redução das penas para os terroristas ou seus cúmplices que decidam colaborar com as autoridades, a facilitação da prática das escutas, telefónicas ou outras, e a monitorização das contas bancárias dos suspeitos de ligação ao terrorismo, assim como o desenvolvimento de bases de dados de informação o mais completa possível a seu respeito, inclusive incluindo o respectivo ADN, a obrigatoriedade dos senhorios informarem as autoridades do aluguer das suas propriedades, da identidade dos inquilinos e da forma como são utilizadas, são medidas que, embora possam por vezes comprometer ou limitar alguns direitos cívicos, têm sido adoptadas por países democráticos e se têm mostrado úteis na luta contra o terrorismo não pondo em causa, para a maioria dos cidadãos, um equilíbrio aceitável entre os direitos individuais e a segurança.

Em alguns casos tem sido decidido constituir tribunais especiais para o julgamento dos terroristas mas, em geral, os tribunais comuns podem desempenhar bem essa tarefa, desde que sejam tomadas algumas medidas, aliás também aplicáveis e muitas vezes aplicadas ao julgamento de implicados no crime organizado, tais como adequada protecção de juizes, jurados, testemunhas, e aceitação de que estas possam depor sem revelação da sua identidade.

Determinadas forças policiais ou militares, especialmente treinadas e equipadas, têm um papel necessário, extremamente importante, na intervenção em situações como desvios de aviões ou de barcos, sequestros, ocupação de determinados locais, etc., em que há que fazer uso da violência armada para neutralizar os terroristas, ao mesmo tempo que proteger os reféns. Hoje, muitos países têm criado forças deste género, que fazem parte das suas Polícias e, ou, das suas Forças Armadas ou Militarizadas. Menos comum, mas igualmente necessário, é a existência de unidades preparadas para a detecção de agentes químicos, biológicos e radioactivos, e para actuação quando estes tenham sido disseminados.

Outro conjunto de medidas da maior importância diz respeito à protecção de prováveis alvos do terrorismo, tais como aeroportos, pontes, centrais nucleares,<sup>205</sup> centrais

---

205 Uma sucinta mas boa informação a este respeito pode ser lida em THOMPSON, Mark, 2005.

de distribuição de electricidade e água, estações rodó e ferroviárias, sedes dos órgãos de soberania, embaixadas e outras instituições públicas, esquadras de polícia e instalações militares, mercados e outros locais de grande concentração de pessoas, etc., conforme os casos recorrendo a patrulhas e guardas armados e, ou, a estruturas físicas (dificultando acessos e fugas) e a meios de vigilância (câmaras de vídeo, detectores de armas e de explosivos), a instalar, de acordo com as circunstâncias. Do mesmo modo importa garantir a segurança e protecção dos meios de transporte, por exemplo, eventualmente, embarcando seguranças armados e, ou, instalando nos aviões civis tecnologia semelhante à que equipa os aviões militares para evitar mísseis auto dirigidos.<sup>206</sup> Também nesta área da protecção se deve incluir naturalmente a preparação adequada dos serviços de protecção civil, particularmente dos serviços de saúde, para atempadamente se conseguir resposta eficiente aos efeitos dos massacres e destruições a serem eventualmente causados por possíveis atentados terroristas.

Outra importante frente na luta contra o terrorismo no domínio da política interna consiste na detecção e eliminação das fontes de receita dos terroristas. Algumas organizações, como a OLP e o IRA, nos anos setenta e oitenta do século passado, ou a Al-Qaeda, e o Hezbollah, nos dias de hoje, tornaram-se verdadeiros potentados capitalistas, gerindo avultadas receitas provenientes tanto de assaltos e roubos, como de donativos e de negócios, tanto legais como ilegais.<sup>207</sup> A obtenção de informações, a facilitação do acesso ao conhecimento das contas bancárias e dos movimentos financeiros suspeitos de ligação ao terrorismo, a actuação eficaz e coordenada dos diversos tipos de polícias, têm aqui um muito importante papel a desempenhar.

Será, sem dúvida, necessário dificultar tanto quanto possível a livre circulação dos terroristas, o que passa pela vigilância de suspeitos, pelo mais apertado controlo das fronteiras e das águas territoriais, e pela generalização do uso de documentos de identidade que sejam muito dificilmente falsificáveis. Este tipo de documentos, incorporando microprocessadores e dados biométricos personalizados, que a tecnologia já permite fabricar, constituirá um instrumento importante na luta não só contra o terrorismo como também contra o crime organizado.

Os meios materiais auxiliares nos domínios da vigilância e da identificação, assim como determinados equipamentos de protecção, e mesmo alguns tipos de armamento, têm pois um papel de relevo a desempenhar. Novas tecnologias nestes domínios podem vir a representar importantes progressos na luta contra o terrorismo e por isso o apoio à investigação científico-tecnológica relacionada deve constituir um elemento dessa luta,

---

206 McGEARY, Johanna, 2002, explica os reais perigos que representam os mísseis anti-aéreos auto-dirigidos de manuseamento individual, obteníveis no mercado negro e já utilizados por terroristas. Refere também os elevados custos da eventual instalação em aviões civis da tecnologia destinada a evitar esses mísseis, há muito disponível nos aviões militares, que ronda os \$3 milhões por avião.

207 Alguns exemplos do que neste sentido tem sido feito e dados sobre a dimensão do problema podem ler-se em COHEN, Adam, 2001; CRUMLEY, Bruce, 2001; CLOUD, John, 2001; ALDEN, Edward, 2002; KHALAF, Roula, and ALLEN, Robin, 2002; ALDEN, Edward e HUBAND, Mark, 2002.

mas um melhor e mais alargado aproveitamento das tecnologias já existentes, em muitos casos ainda não efectuado por exigir investimentos avultados, pode também trazer, a curto prazo, um bom contributo para essa luta.

A preocupação principal dos responsáveis pela segurança, a todos os níveis, é sem dúvida o evitar que os atentados ocorram. Para isso, de entre as medidas atrás referidas, concorrem a protecção dos possíveis alvos e o controle dos movimentos dos presumíveis terroristas. No entanto, sem um razoável conhecimento de quem são ou poderão ser estes, bem como dos seus possíveis alvos e dos seus prováveis métodos, essas tarefas serão sempre de eficácia muito reduzida. Na verdade, não pode haver luta minimamente eficaz contra terroristas que se escondem no meio da população como pessoas comuns e que têm sempre garantida a superioridade da iniciativa pela livre escolha do local e momento dos seus atentados, sem a existência de um bom sistema de recolha e tratamento de informações, ou *intelligence*, conforme a designação anglo saxónica que já se tornou comum. Pela sua importância, reservarei a este aspecto das medidas de política interna, bem como, pela sua complexidade, também à acção sobre a opinião pública, assim como às reformas sociais, alíneas separadas a serem tratadas seguidamente.

### 5.2.2. O papel absolutamente essencial dos Sistemas de Informação

A primeira, fundamental, e mais importante de todas as actividades na luta contra o terrorismo, consiste no desenvolvimento e emprego de um bom Sistema de Informações focalizado nessa luta. A óbvia impossibilidade de proteger tudo, permanentemente, só por si explica a necessidade e a importância dos serviços de “inteligência” (obtenção e tratamento de informações), aos quais se terá de proporcionar as condições, em recursos humanos e materiais, em organização, e em legislação apropriada, necessárias para o seu funcionamento eficiente.<sup>208</sup>

A necessidade imperiosa de conhecer, quer para prever, evitando atentados, quer para dirigir a acção, infiltrando agentes, aliciando informadores, desenvolvendo actividades de contra-informação e propaganda, capturando terroristas e desmantelando as suas células, é tão evidente que não me parece necessitar de ser mais realçada.<sup>209</sup> Uma

---

208 Apesar da ameaça que representa o terrorismo internacional, poucos são os sistemas de informação que se podem considerar suficientemente providos de todas essas condições. Assim, por exemplo, DUFFY, Michael, 2004, p. 26, RATNESAR, Romesh, 2004a, KLEIN, Joe, 2004 e RIPLEY, Amanda, 2007, traçam-nos o quadro de algumas das principais dificuldades, já resolvidas ou ainda por resolver, do sistema de informações dos EUA.

209 Conforme muitos autores salientam, podendo ler-se este respeito MORRIS, Eric e HOE, Alan, 1987, p. 56 «Intelligence efforts such as the infiltration of the terrorist group to learn of their plans, tactics and personalities is a long-term patient strategy which can pay handsome dividends. Armed with such information, the authorities can wage an effective propaganda war by exploiting rivalries and undermining cohesion. (...) The terrorists, too, are aware of these devices. Their organization these days is more tightly knit and professionally structured to make it that much harder for the authorities to penetrate», e em CLARKE, Richard A., 2004, «The attacker has the advantage. In such circumstances, security

colectividade insuficientemente informada sobre os seus inimigos, é como um cego que tenta defender-se de um ataque que não pode ver.

Mas a globalização do Mundo actual e a fluidez transfronteiriça do terrorismo internacional tornam claramente insuficiente a actividade de qualquer sistema de informações que disponha apenas das suas próprias fontes e serviços. Tem-se, por isso, desenvolvido, sobretudo a partir dos anos oitenta do século passado, uma crescente cooperação entre os sistemas de informação de cada vez mais países, partilhando informações e, por vezes mesmo, conjugando esforços operacionais. Essa crescente cooperação que, no geral, tende a alargar-se e a intensificar-se, embora sendo mais ou menos intensa consoante os parceiros envolvidos e a confiança recíproca, tem estado na base do relativamente elevado número de sucessos tanto no evitar de atentados como na captura de terroristas que se tem verificado em todo o mundo desde finais de 2001. Um ano após o 11 de Setembro de 2001 tinham já sido presos cerca de 3000 suspeitos de ligação com a Al-Qaeda, e verificava-se um crescendo na cooperação contra o terrorismo internacional não só entre os governos do mundo ocidental mas também entre estes e muitos na Ásia e alguns em África.<sup>210</sup> Desde então o número de atentados efectuados pelo terrorismo internacional foi relativamente diminuto apesar do drama e aparato de alguns, muitos dos planeados na Europa foram evitados, mais nenhum foi conseguido em solo dos EUA e desde 2005 (atentado em Londres) também mais nenhum foi conseguido na Europa Ocidental. No Iraque a actividade terrorista decresceu bastante a partir de 2006, e através do mundo islâmico pesquisas de opinião sugerem que, depois de terem crescido muito nos primeiros anos após o 11 de Setembro, tanto a popularidade de Bin Laden como a da Al-Qaeda estão diminuindo rapidamente.<sup>211</sup>

### **5.2.3. A importância da opinião pública e dos meios de comunicação social**

Mas, se um bom Serviço de Informações é fundamental, sem dúvida indispensável, uma actuação consciente, responsável, da Comunicação Social, é também muito importante.<sup>212</sup> Como sabemos, o primeiro e imediato objectivo do terrorismo é espalhar o pânico.<sup>213</sup> Para isso é-lhe fundamental a publicidade, de preferência uma publicidade

---

officials cannot just play defense. (---) Terrorist cells must be infiltrated overseas. Terrorists have to be picked up at our borders or found among the hundreds of millions of people on our streets. Unfortunately, American intelligence officials in the CIA and the FBI have found Al-Qaeda a hard target to infiltrate».

210 ELLIOTT, Michael, 2002c.

211 BERGEN, Peter, 2008.

212 Essa importância é sublinhada, sendo acompanhada por alguns exemplos das consequências de boas e de más actuações dos órgãos de comunicação social, em trabalhos como os de FARIA, Fátima, 2007, e também, embora com muito menos detalhe, em MALCHER, Alain, 1994a.

213 Conforme nos lembram, por exemplo, SUSSER, Ezra S., HERMAN, Daniel B., and AARON, Barbara, 2002, p. 56 «In the terrorists' cold calculations, producing casualties is a secondary consideration to

que contribua para acentuar os efeitos de coacção psicológica decorrentes da acção terrorista, ao evidenciar os seus aspectos mais horríveis. Assim sendo, a eliminação das notícias sobre a sua actividade seria sem dúvida dissuasiva do terrorismo, mas essa eliminação, que é geralmente mais ou menos conseguida através da censura nos regimes ditatoriais, sendo uma das razões da fraca implantação dos terrorismos privados nesses regimes,<sup>214</sup> não é possível, nem desejável, nos regimes democráticos pluralistas onde a liberdade da comunicação constitui pilar imprescindível das restantes liberdades assim como do regular funcionamento de todo o sistema socio-político.

Porém, a consciencialização dos agentes da comunicação social acerca do que são e de como funcionam os terrorismos pode e deve levá-los a voluntariamente optarem por dar das actividades terroristas uma informação “contida”, que atenuie os impactos psicológicos mais aterrorizantes. Veja-se, a esse respeito, o bom exemplo dado pelos meios de comunicação social britânicos quando dos atentados em Londres em 2005. Conforme escreveu Fátima Faria<sup>215</sup> «Em todos os aspectos, a cobertura mediática dos atentados de Londres foi diferente da efectuada em 2001 e em 2004. No 11 de Setembro, assistimos a parte dos atentados em directo, vimos o desespero daqueles que se encontravam nos andares superiores das Torres Gémeas, vimos o pânico que se gerou entre os nova-iorquinos e os esforços dos bombeiros para tentar salvar os que se encontravam dentro dos dois edifícios. Minutos depois, assistimos ao desmoronar das duas torres e ao caos que se gerou na Baixa de Manhattan. No 11 de Março, tivemos acesso a fotografias de corpos decepados nos carris, às imagens aéreas dos comboios destruídos, de dezenas de feridos e de milhares de madrilenos destroçados. No 7 de Julho, a cobertura mediática mostrou-nos uma nova forma de abordar actos terroristas. Não houve fotos chocantes, não houve detalhes do interior do metro, nem cadáveres, sangue, fumo ou destroços. Nem tão pouco houve muitas cenas de desespero e de pessoas a chorar. A imprensa mundial usou fotos de feridos ligeiros, a caminhar pelo próprio pé, e algumas fotos do autocarro que fazia a linha n.º 30, tiradas com zoom

---

the more important goal: that the news of the horrific event gets widely disseminated and engenders a state of fear and anxiety throughout the population. An appropriate response, therefore, requires a determined effort to help the population withstand such attacks on the psyche. We must defend the intangible.» Ou FARIA, Fátima, 2007, p. 169 «Robert Samuelson apontava como “resultado perverso” do tipo de cobertura mediática que estava a ser feito, o perigo dos *media* se estarem a transformar em potenciais “aliados silenciosos do terrorismo”. Isto porque “o terrorismo não é só morte e destruição. É também gerar medo, semear a suspeição, minar a confiança nos líderes políticos, levar as pessoas – e os governos – a fazer coisas que nunca fariam. É mais um assalto à nossa psicologia que aos nossos corpos”».

214 MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, p. 59 «The society in which terrorism occurs is generally speaking either a Parliamentary democracy or an authoritarian regime, usually a badly run one at that. It will not be found in the totalitarian society; where is the point? If the actions are not going to receive any publicity or public debate, there is no way to put this message before the world and without this the cause is lost before it starts.»

215 FARIA, Fátima, 2007, pp. 172-174.



de uma distância considerável. A ausência de imagens chocantes foi originada por uma precisa e ponderada decisão conjunta dos principais *media* britânicos, do Ministério do Interior e das autoridades policiais. As zonas atingidas foram rapidamente isoladas e o acesso restringido. Além disso, a polícia metropolitana accionou de imediato uma estratégia de comunicação bem delineada, que evitou alarmismos excessivos, acalmou a opinião pública e impediu deslocações para as zonas afectadas pelos rebentamentos. Quando os *media* chegaram aos locais atingidos, as vítimas já tinham sido atendidas pelas equipas de socorro. Nunca se viram imagens de descontrolo, de pânico, de desespero. Não houve gritos, nem choros, nem corpos queimados, nem cadáveres envoltos em lençóis brancos. (...). Toda a estratégia de comunicação foi definida até ao mais pequeno detalhe. Ao contrário de outras situações, todas as declarações oficiais foram proferidas pelo chefe da Scotland Yard, Ian Blair, não havendo uma multiplicação de fontes que, por vezes, pode gerar informações contraditórias. No caso dos atentados de Londres, as informações eram lançadas quase a conta-gotas, mas todas confirmadas. (...) A política editorial das principais cadeias de televisão, como a BBC e a Sky News, também contribuiu para que tão poucas imagens de desgraça tenham chegado aos telespectadores. É da tradição da televisão britânica não mostrar pessoas em situações de grande desespero e angústia, nem de cadáveres. E, neste acontecimento concreto, essas cadeias de televisão não cederam perante o sensacionalismo, a emoção gratuita e a falta de rigor. (...) a contenção esteve no tom, na atitude, nas imagens das vítimas que foram apresentadas. Mas esteve sobretudo no rigor. E na forma como aqueles jornalistas escolheram o rigor quando havia poucas informações disponíveis. (...) Perante informações não confirmadas, a atitude dos *media* foi a mais cuidadosa possível.»

Por outro lado, uma informação que seja conduzida de forma pedagógica, poderá também ser útil na luta contra o terrorismo, a qual deverá mobilizar todos os cidadãos com boa consciência cívica, isto é, para além desse papel, digamos, relativamente passivo, dos meios de comunicação de massa, relatando os factos mas procurando contrariar a produção do terror, eles podem e devem ter também um papel activo, interveniente, da maior importância, no combate ideológico às razões invocadas pelos terroristas, bem como na desmistificação das justificações que apresentam para os seus crimes, os quais devem ser, inequivocamente, sem dúvidas nem hesitações, sempre tratados e classificados como tal. Nesse aspecto importa que não apenas os governantes, mas toda a comunicação social, recusem aos terroristas reconhecê-los como combatentes políticos, seja qual for a causa que aleguem defender. Na verdade, embora as suas “causas” sejam políticas, e eventualmente até, em alguns casos, possam ser justas, os seus métodos, conforme vimos, são inequivocamente criminosos, de modo algum aceitáveis como formas de luta política, sobretudo no seio de sociedades democráticas pluralistas.

Um outro aspecto da intervenção dos órgãos de comunicação social consiste em alertar as populações para a possível iminência de ataques a determinados alvos bem como em dar-lhes conhecimento de algumas acções anti-terroristas que vêm sendo levadas a cabo, uma e outra coisa levantando também delicados problemas quanto à oportunidade e à forma de cada um desse tipo de comunicações, designadamente

devido aos seus possíveis efeitos quer nas opiniões públicas, onde eventualmente pode ser causado excessivo alarme mas onde a falta de aviso pode ser catastrófica, quer nas actividades dos grupos terroristas, onde conforme as circunstâncias se podem obter resultados positivos, inibindo ataques iminentes, ou negativos, alertando-os e prejudicando acções em curso por parte das forças da ordem.<sup>216</sup>

Enfim, importa ter sempre presente que as actividades terroristas têm como seu principal campo de acção as mentes das pessoas, e que, por isso, a acção psicológica, de que a comunicação social constitui um dos actores, não o único, mas um dos principais, deverá constituir elemento muito importante da luta anti-terrorista.<sup>217</sup> Os principais parâmetros e aspectos dessa acção psicológica foram sintetizados por Ronald Crelinsten e Alex Schmid.<sup>218</sup> Depois de nos recordarem que «os terroristas lutam não por território físico mas por espaço mental – os corações e mentes dos que estão vendo e ouvindo», e que portanto «a dimensão propaganda se torna um importante elemento na acção anti-terrorista», e de deixarem claro que, no entanto «devemos ter presente que a psicologia não é um instrumento de *per se*», mas que os meios à disposição de um governo – legais, económicos, de informação, diplomáticos e militares – devem ser usados de acordo com sólidos princípios psicológicos, afirmam que as operações psicológicas podem ser divididas em quatro categorias principais.

As «ofensivas internas destinam-se a promover percepções, imagens, opiniões ou atitudes desejáveis entre os membros da própria organização do actor». Aplicando esta categoria das operações psicológicas à problemática do contra terrorismo trata-se em primeiro lugar da «recusa da legitimação do terrorista e do uso do terrorismo e da violência na vida política democrática. Para criar ou manter um clima político no qual os terroristas não são apoiados pela população ou por sectores dela, o público deve ser consciencializado acerca da ameaça colocada pelas organizações terroristas. (...) As operações psicológicas devem sempre sublinhar a desumanidade e imoralidade das actividades terroristas ao mesmo tempo que enfatizar a relativa pequenez do seu impacto em mortes, ferimentos e destruição (...) Uma política explícita que condene o terrorismo e simultaneamente desvalorize o seu impacto físico pode ajudar a promover a

---

216 Conforme escreve KLUGER, Jeffrey, 2004, «Publicizing the information not only gives targeted populations warning but could also cause the attackers – who may think intelligence officials are closer than they really are – to abandon their plans. (...) Now, (...) when Israelis have hard evidence that a bomber is on the way, they will often announce it. Officials say dozens of terrorist attacks have been prevented that way. The French, (...) are much more circumspect, telling the public to watch their backs when there's danger afoot but remaining studiously silent about what drove them to issue a warning(...). The British also employ a tight-lipped approach (...) But that style drew criticism from Conservative Party leaders (...). "The British public appears to be always the last to know," complained David Davis, a Tory leader in Parliament».

217 A necessidade e importância da acção psicológica sobre as opiniões públicas, suportada por adequado fornecimento de informação objectiva, pode ser exemplificada pelo constante em BENJAMIN, Daniel e SIMON, Steven, 2001, p. 35. Um outro curioso exemplo é apresentado em POWELL, Bill, 2005a, p. 28.

218 CRELISTEN, Ronald D. and SCHMID, Alex P., 1993 a pp. 322 a 329.

ideia de que o terrorismo é inaceitável numa sociedade democrática enquanto ao mesmo tempo minimiza o risco de apelos do público, alimentados pela insegurança e terror, para aplicação de medidas repressivas que minem o imperativo da lei e dos direitos individuais (...) Contendo o uso oficial da violência e repressão dentro dos limites da lei o modelo de justiça criminal procura essa aproximação. Retendo o modelo de guerra como meio de último recurso e utilizando-o apenas em casos extremos e por um curto período de tempo, de acordo com os princípios da “guerra justa”, um governo pode manter legitimidade mesmo quando usa a força militar. Trata-se claramente de uma tarefa de consciencialização do público acerca dos valores democráticos e dos valores dos terroristas».

As «operações psicológicas defensivas internas destinam-se a evitar percepções, imagens, opiniões ou atitudes indesejáveis entre os membros da própria organização do actor». Aplicando esta categoria das operações psicológicas à problemática do contra terrorismo, os autores lembram que «os ataques terroristas contra os regimes democráticos destinam-se, em parte, a mostrar a sua força e a fraqueza do governo. Se os terroristas são percebidos como mais fortes, os apelos do público para ceder às suas exigências podem intensificar-se. Se o governo se mantiver firme e a violência terrorista crescer, esses apelos podem intensificar-se se o público atribuir o incremento da ameaça à linha dura do governo. O público pode pedir respostas impossíveis ou insensatas do governo, tais como pôr um rápido fim a um cerco de terroristas com reféns ou a uma repressão maciça de dissidentes, e um governo cauteloso pode então ser percebido como sendo covarde ou vacilante. Se, por outro lado, o governo fizer concessões para evitar violência (...) pode ser visto como sendo fraco. (...) Para estabelecer uma relação de confiança com o público, os governos democratas devem partilhar mais e mais informação rigorosa acerca das organizações terroristas, seus objectivos e capacidades. (...) Os *media* desempenham um papel central neste relacionamento, dado que as percepções do público são configuradas não tanto pelas atrocidades dos terroristas em si mas pela forma pela qual os *media* as relatam e pelas reacções do governo. (...) Uma estratégia defensiva deverá portanto utilizar o acesso privilegiado da perspectiva oficial aos *media* para informar o público da natureza e seriedade da ameaça terrorista. Isso poderá evitar o pânico e as percepções contraditórias que minam a confiança do público no governo e alimentam os apelos para uma rápida ou uma impossível solução. Por outro lado, as autoridades devem estar preparadas para permitir aos *media* cobertura objectiva dos grupos terroristas e dos seus objectivos sem acusações de que desse modo estejam legitimando o terrorismo.»

As «operações psicológicas ofensivas externas destinam-se a promover percepções, imagens, opiniões ou atitudes desejáveis entre os membros da organização de outro actor». Aplicando esta categoria das operações psicológicas à problemática do contra terrorismo, trata-se, por parte dos governos democráticos, de efectuar essa desejada promoção entre os indivíduos membros das organizações terroristas, seus simpatizantes e seus apoiantes. «Uma percepção que os governantes gostariam de criar é a de o terrorismo não ter nenhuma razoável perspectiva de sucesso. Esta tática tem probabilidades de

ter algum efeito se o governo também for capaz de prender e punir os terroristas; face a tangíveis evidências da sua falta de sucesso os terroristas e os seus apoiantes podem ficar desmoralizados. Contudo, os governos raramente são tão eficazes que consigam a dissuasão deste modo. Governos reformistas podem tentar reformas que satisfaçam pelo menos algumas das queixas dos terroristas, assim transmitindo a “mensagem” de que o terrorismo é desnecessário para alcançar certas finalidades. Isso poderá criar dissidências dentro dos grupos terroristas ou entre eles acerca da melhor forma de prosseguirem a sua luta. (...) Concedendo amnistias a terroristas presos em troca de garantias de no futuro procederem dentro da legalidade, os governos podem tentar trazer os extremistas de regresso à política convencional (...) As operações psicológicas ofensivas externas são frequentemente dirigidas às vulnerabilidades das organizações terroristas tentando criar incertezas, suspeições, dissensões internas e rivalidades entre grupos, o que pode incluir boatos acerca de espiões e informadores, alegações de tratamento especial de dirigentes, e programas de amnistias ou incentivos para os terroristas que se entreguem. (...) Muita atenção deve ser dada pelos governos democráticos para contrariar a propaganda terrorista respondendo às suas alegações ideológicas de forma séria. (...) Os escritos dos terroristas, tal como muita da literatura política extremista, geralmente descrevem o mundo em preto e branco: cada um está ou no lado certo ou no lado errado, é parte da solução ou parte do problema, não havendo lugar para o compromisso ou para meios-termos. (...) mediadores, moderados e governantes reformistas são alvos típicos dos grupos terroristas. Na propaganda terrorista os oponentes são desumanizados, descritos como sendo malvados sem redenção possível (...) dada a importância da propaganda terrorista para justificar o uso da violência e facilitar o cometimento dos seus atentados contra determinados tipos de alvos, as declarações dos terroristas não devem ficar sem resposta. Enquanto que, estabelecer um diálogo com os terroristas na clandestinidade pode não ser possível, alguns presos assim como seus simpatizantes podem ser receptivos a uma tal aproximação. Se um diálogo puder ser estabelecido e terroristas presos puderem ser persuadidos a mudarem de campo, o impacto no movimento terrorista pode ser tremendo. Na Alemanha Ocidental o diálogo televisionado entre o ministro do interior G. Baum e Horst Mahler, um dos fundadores da Facção do Exército Vermelho, teve esse impacto. O testemunho e as memórias de Patrizio Peci (...) teve um similar efeito de enfraquecimento das “Brigadas Vermelhas”, embora o desenlace tenha sido trágico para o seu irmão, raptado e morto por vingança. No caso Peci a mensagem fundamental foi a de que o terrorismo não é uma estratégia viável para a mudança social porque criminaliza toda a esquerda e falha na obtenção dos seus objectivos».

As «operações psicológicas defensivas externas destinam-se a evitar percepções, imagens, opiniões ou atitudes indesejáveis entre os membros da organização de outro actor». Aplicando esta categoria das operações psicológicas à problemática do contra terrorismo, elas dirigem-se, tal como as ofensivas externas, com quem estão intimamente ligadas, ao campo terrorista, destinando-se a promover a noção de que o terrorismo não pode ter êxito. «Contudo, existem duas áreas principais onde as operações psicológicas

defensivas externas podem ajudar a evitar certas convicções que servem para amarrar os indivíduos membros ao grupo terrorista: a ideia de que uma vez cometida a violência não se pode voltar atrás, e a ideia de que o grupo é o único lugar onde um sentido de identidade, de pertença, de importância ou de significado da existência pode ser encontrado. Uma das formas pelas quais os indivíduos membros são introduzidos no mundo do terrorismo consiste em dar aos novos recrutas pequenas tarefas que são auxiliares da missão principal e não envolvem o uso da violência. Desse modo, indivíduos que simpatizam com a causa e querem ajudar não são imediatamente forçados a confrontar as suas consciências e os seus sentimentos relativamente à violência e às vítimas. Muitas pessoas atraídas por grupos extremistas, incluindo grupos terroristas, estão procurando laços afectivos tanto como objectivos políticos. Podem estar procurando um sentido de finalidade na vida, um sentimento de estarem fazendo algo importante, de estarem envolvidos em algo social, política ou mesmo existencialmente significativo. (...) Ao mesmo tempo, certamente, estão a ser testados pelo grupo – pelo seu empenhamento, pelas suas particulares capacidades e pela sua utilidade para o grupo. Finalmente, é-lhes requerida a participação no cometimento da violência e, uma vez transposto este limiar, é afirmado ao novo membro que não existe forma de voltar atrás, que se o fizer será preso e que os seus amigos e família nunca o perdoarão pelo que fez. (...) Leis que providenciem sentenças mais leves para os que cooperem com as autoridades, ou que ofereçam amnistias para os que renunciem à violência, conjugadas com declarações oficiais que transmitam semelhantes mensagens sobre a permanente possibilidade de abandonar o grupo e de aceitação na sociedade daqueles que cooperarem e renunciarem ao uso da violência na vida política, podem ajudar a evitar que alguns indivíduos permaneçam presos no auto contido mundo dos terroristas. (...) Deve ser estabelecido um equilíbrio entre a recusa da legitimação do terrorismo, típica das operações ofensivas, e o deixar aberta a porta para aqueles que desejem voltar atrás, típico das operações defensivas. (...) As estratégias anti-terroristas podem ser dirigidas, por um lado, no sentido de evitar que novos recrutas se juntem às organizações terroristas, e pelo outro, no sentido de facilitar a deserção dos antigos membros.»

#### **5.2.4. A eventual importância das reformas sociais**

O terrorismo é, como vimos, um fenómeno político intimamente inserido no ambiente social. Porém, conforme penso deduzir-se do que tenho vindo a escrever, será um erro considerar-se que é provocado exclusivamente, ou sequer principalmente, por problemas sociais, ou que um muitas vezes reclamado “diálogo político” com os terroristas sobre as suas alegadas reivindicações sociais pode ser eficaz na obtenção de acordos aceitáveis pelas sociedades democráticas pluralistas.<sup>219</sup> Podem no entanto

---

219 É essa também a opinião de muitos autores, como, por exemplo: LAQUEUR, Walter, 1987; MONTEIRO, Henrique, 2003; ALMEIDA, Carlos Marques, 2005; LIMA, Bernardo Pires de, 2005a.

existir, como também já vimos, aspectos sociais susceptíveis de alimentar ou facilitar a actividade terrorista. Esses aspectos podem encontrar-se em dois níveis: por um lado, focos de tensão e, ou, de injustiça social, potenciais geradores de violência, que podem ser aproveitados pelos terroristas quer como justificação dos seus crimes, quer como geradores de eventuais recrutas ou de cumplicidades. Por outro, ideias e preconceitos existentes na sociedade, que contribuem quer para a justificação teórica da perversão da violência, quer para a amplificação do efeito de propaganda da acção terrorista.<sup>220</sup>

A constatação da existência destes aspectos sociais que podem favorecer o terrorismo deve levar à adopção de medidas de prevenção,<sup>221</sup> as quais devem ser conduzidas não apenas antes, mas também durante, a actividade terrorista. Aliás, já que a actuação sobre o ambiente social funciona como uma espécie de profilaxia geral de todas as formas de violência e não apenas do terrorismo, deverá ser sempre preocupação dos governantes não só contrariar todos os factores de exclusão ou injustiça procurando atenuar as diferenças na distribuição da riqueza e favorecer a integração ou a convivência harmoniosa entre diferentes comunidades no seio da comunidade nacional, como manter todas as formas de marginalidade sob a mais atenta vigilância, já que é no seu seio que se recrutam muitos, tanto dos criminosos comuns como dos terroristas.

A preocupação com a eliminação das condições sociais que possam favorecer a sustentação de organizações terroristas pode penetrar muitos aspectos diversos tanto das políticas internas como externas dos Estados, podendo até reflectir-se no incentivo a medidas como as dos auxílios aos países subdesenvolvidos, do combate à pobreza a nível mundial, do apoio a formas de governação democrática,<sup>222</sup> da intervenção em teatros de conflitos prolongados onde os Estados falhados, como na Somália, ou demasiado fracos, como no Iémen, deixam campo livre a terroristas e criminosos entre populações na mais extrema pobreza ou, até mesmo, em determinadas formas concretas de relacionamento entre Estados como, por exemplo, demonstrando simultaneamente a ausência de hostilidade específica anti-muçulmana e potenciando a democracia pluralista liberal entre os povos islâmicos, na possível futura aceitação da Turquia no seio da União Europeia.<sup>223</sup>

---

220 Esses aspectos são frequentemente evocados e encontram-se referidos na maior parte dos trabalhos sobre a temática do terrorismo, como, só para dar alguns exemplos, em CLOUD, John, 2001, p. 43; BENJAMIN, Daniel, e SIMON, Steven, 2002; McALLISTER, J.F.O., 2005b, p. 21; FATIMA, Shaheed, 2007; MACLEOD, Scott, 2007b.

221 Normalmente os mesmos trabalhos que referem os aspectos sociais ligados à ocorrência do terrorismo também apresentam as opiniões dos seus autores quanto à forma como, na luta contra o terrorismo, eles devem ser prevenidos. É o que acontece com os trabalhos referidos na anotação anterior.

222 Leiam-se, por exemplo, a esse respeito: LERNER, Michael, 2001, e RAMADAN, Tariq, 2004.

223 É um aspecto importante assinalado por BENJAMIN, Daniel e SIMON, Steven, 2002.

### 5.3. A importância fundamental das acções internacionais, a necessidade da sua coordenação e o indispensável papel dos meios militares

As facilidades dos transportes e das comunicações nas sociedades modernas facultam ao terrorismo uma das suas principais margens de manobra. A actuação sobre as fronteiras é assim uma medida indispensável. De resto, sendo o domínio da Política Externa um muito importante teatro de operações das guerras menores contemporâneas, uma decidida actuação naquele campo impõe-se naturalmente,<sup>224</sup> como complemento indispensável da actuação Política Interna, com a qual, aliás, neste mundo globalizado, a Externa intimamente se entrelaça.

Isso, também, tal como acontece com as medidas no âmbito da política interna, implica actuar numa grande diversidade de domínios. Medidas jurídicas (acordos de extradição, por exemplo), acções diplomáticas, sobretudo em termos de concertação de políticas, colaboração entre os sistemas de informação (*intelligence*) e entre as forças policiais dos diversos países, harmonização da legislação e dos procedimentos judiciais dentro do mesmo grande espaço regional, designadamente quanto à extradição de criminosos, eventualmente criação de tribunais internacionais para julgamento de terroristas, sanções económicas e diplomáticas contra os Estados patrocinadores, proibição de utilização de determinados portos e aeroportos de Estados que se tenham mostrado demasiado benevolentes para com os terroristas ou que se mostrem pouco eficientes na sua vigilância e por isso se tenham mostrado pouco seguros, pesquisa e intercepção de transferências financeiras que sirvam a lavagem de dinheiro ou financiem grupos terroristas ou o crime internacional,<sup>225</sup> e, em último recurso, também acções militares.

Em 2002 a nova formulação da *National Security Strategy* dos EUA declarou que «para prevenir ou evitar (...) actos hostis dos nossos inimigos, os EUA poderão, se necessário, agir antecipada ou preventivamente (*act pre-emptively*)»<sup>226</sup>. No que respeita à luta contra o terrorismo internacional, aliás razão principal daquela declaração explícita, não têm faltado exemplos de acções militares, quer directamente contra grupos terroristas, quer contra Estados seus apoiantes, desde os ataques aéreos dos EUA contra a Líbia, e mais tarde contra o Sudão e o Afeganistão, passando pelas invasões e ocupação do Afeganistão e do Iraque por alianças lideradas pelos EUA, e incluindo as invasões por Israel

---

224 A necessidade, na luta contra o terrorismo internacional, da actuação no âmbito da política externa, as várias dimensões dessa actuação, as formas e as dificuldades que encerram, têm sido objecto de reflexão em muitos trabalhos sobre a temática do terrorismo como, por exemplo, em WILKINSON, Paul, 1990; RODRIGUES, Reis, 2002; TEIXEIRA, Nuno Severiano, 2004.

225 Concretamente, quanto a este particular aspecto, leia-se, por exemplo, o que escrevem CRELINSTEN, Ronald D. e SCHMID, Alex P. 1993, a p. 322; ALDEN, Edward, 2001; PURVIS, Andrew, 2002; McGIRK, Tim, 2004a.

226 McALLISTER, J. F. O., 2003a.



do Líbano e dos territórios palestinianos controlados pela “Autoridade Palestiniana” e pelo Hamas, e a intervenção militar da União Indiana no Sri Lanka.<sup>227</sup>

Mas, sobretudo, a actuação no campo da política externa, para ser eficaz, requer vontade inequívoca em combater as ameaças terroristas e impõe estreita cooperação entre países,<sup>228</sup> a qual, no entanto, é muitas vezes dificultada, e algumas impossibilitada, não só por causa das diferenças entre as respectivas percepções dos interesses nacionais, mas também devido ao diferente entendimento do que é o terrorismo. Pontos importantes são o de evitar, a todo o custo, ceder às chantagens e pressões dos terroristas, e o de procurar não negociar directamente com eles, o que poderia ser entendido como reconhecimento implícito de uma dignidade política que eles pretendem mas que não merecem, e que os beneficiaria, aumentando-lhes a capacidade de atrair mais recrutas.

O professor da universidade de Edimburgo, Paul Wilkinson, numa conferência proferida ao Curso de Defesa Nacional no Instituto da Defesa Nacional, em 1987,<sup>229</sup> defendeu a necessidade de uma legislação especial, de um tribunal internacional, e de prisões internacionais, como forma mais eficaz de combater o terrorismo internacional. Embora se trate apenas de uma sugestão, serve como exemplo da importância que deve ser atribuída à cooperação internacional no combate ao terrorismo, e do tipo de medidas que nesse sentido poderiam ser tomadas. Aliás, na realidade, na UE, e na OTAN, existem já gabinetes de coordenação, e tem-se verificado encontros a nível de ministros, para acertar acções comuns no combate ao terrorismo.<sup>230</sup>

---

227 Naturalmente, não têm faltado também reflexões sobre esse tipo de actuações, suas vantagens, inconvenientes e dificuldades, como as que se podem ler em CRELINSTEN, Ronald D. e SCHMID, Alex P. 1993; McALLISTER, J. F. O., 2003a; KRAUTHAMMER, Charles, 2005; BEYER, Lisa, 2006; PERRY, Alex, 2007.

228 Alguns exemplos deste tipo de dificuldades, e reflexões a propósito, podem encontrar-se na leitura de MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, p. 112; ALTES, F. Korthals, 1993, a pp. 238-239; BREMER III, L. Paul 1993; USHER, Rod, 1996; STEPHENS, Philip, 2002; PEEL, Quentín, 2003; NEWMAN, Cathy, 2003; CUNHA, Isabel Arriaga, 2004; McALLISTER, J. F. O., 2005a, p. 17.

229 WILKINSON, Paul, escreveu a este respeito, num trabalho posterior, 1990, pp. 20-21 «The principle that the EC needs to strengthen its criminal justice system to compensate for the abolition of internal borders has already been conceded in the terms of the Schengen Agreement (1990) but the additional co-operation proposed between the Benelux countries, France and Germany is extremely modest. (...) What is needed is a European Community criminal law statute providing for a European Community Criminal Court in which serious crime (such as terrorism, drug trafficking, etc.) committed anywhere in the EC could be dealt with. (...) The Euro Court would have the enormous advantage of overriding all the tedious and often chauvinistic national arguments among EC states regarding the extradition of terrorists. Terrorists would know that they could not get safe haven simply by moving from one EC state to another. In addition the criminal law statute could provide a proper remit and legal basis for a Euro-style FBI of the kind proposed by Chancellor Kohl in 1989. This should greatly facilitate the fight against serious crime within the Community. (...) In a sense it would be a logical addition to the existing structures of the European Court of Justice and the Council of Europe's Human Rights Court.»

230 Alguns elementos de informação a este respeito, indicando o que tem sido feito em termos de cooperação internacional na ONU, na OSCE, na OTAN e na UE, na luta contra o terrorismo, podem ser lidos em BESSA, João Manuel de Andrade Pinto, 2006.



A aplicação de medidas de coacção contra os Estados patrocinadores do terrorismo constitui uma necessidade indiscutível no âmbito das acções de política internacional na luta contra este flagelo. O “castigo” desses Estados engloba, tem englobado, ou pode englobar, uma grande variedade de acções e meios, de âmbito económico, financeiro, diplomático e militar, tais como interdição de vistos, expatriações, congelação de contas bancárias ou de rendimentos, expropriação de investimentos, cancelamento de relações diplomáticas, bloqueios, retaliações militares limitadas, derrube pela força dos respectivos governos, etc.<sup>231</sup>

Têm-se também multiplicado desde há décadas, mas com maior insistência nos últimos anos, indícios de que o prolongado conflito israelo-palestiniano constitui uma das principais fontes de alimentação do terrorismo internacional islâmico. Assim sendo, diligências no sentido da extremamente difícil resolução desse muito complexo conflito serão medidas também necessárias no combate global contra o terrorismo, assim como medidas diplomáticas, económicas e de adequada propaganda pedagogicamente elaborada, que permitam conquistar, recuperar ou conservar a boa vontade e a compreensão para os valores e intenções do “mundo ocidental” nas opiniões públicas dos povos que, com razão ou sem ela, se sentem ameaçados pelas políticas europeias ou americanas e de algum modo simpatizam ou podem simpatizar com causas ou actividades de grupos terroristas.<sup>232</sup>

## 5.4. O carácter decisivo da atitude colectiva

O terrorismo privado autónomo, como se depreende de tudo o que atrás temos escrito, pela sua natureza, pela sua amoralidade, desprezo por todas as normas legais, e tendência para não discriminar as vítimas, é sempre uma ameaça extremamente difícil de combater,<sup>233</sup> a qual pode abranger o todo social da comunidade em cujo seio ocorra, quando interno, ou toda a humanidade, quando internacional.

Como acontece com todas as actividades criminosas – e não nos devemos esquecer nunca que, sejam quais forem as suas causas políticas, os seus processos fazem de todos os terrorismos actividades inequivocamente criminosas – o combate contra os

---

231 Alguns exemplos da necessidade, das vantagens, da variedade e das dificuldades das medidas de coacção contra os Estados “patrocinadores” do terrorismo e reflexões a propósito, podem ser encontrados na leitura de trabalhos em WILKINSON, Paul, 1984, pp. 295 a 297; LAQUEUR, Walter, 1987, pp. 30-31; CESDEN, 1990; *Jaffee Center for Strategic Studies*, 1990, p. 57; WILKINSON, Paul, 1990, pp. 19-20; BREMER III, L. Paul, 1993, a p. 258; OGDEN, Christopher, 1996; FERGUSON, Niall, 2006.

232 Muitos autores têm salientado a urgente necessidade desse tipo de acções. Entre eles, BYMAN, Daniel, 2003, POLITI, James, 2003, *Financial Times*, (Editorial) 4 Junho 2003, que tecem considerações a este respeito com base nos resultados de um inquérito publicado pelo *Pew Global Attitudes Project* em 2003.

233 Alguns trabalhos sobre o terrorismo evidenciam com clareza as razões dessa extrema dificuldade, como acontece, por exemplo, em RATNESAR, Romesh, 2002a, e em DUFFY, Michael e GIBBS, Nancy, 2002, a pp. 40-41.

grupos terroristas deverá ter sempre como núcleo duro o evitar a todo o custo que se fundamente a ideia de que o “crime compensa”. Ou seja, dever-se-á procurar, por todas as formas possíveis, aumentar os custos prováveis das suas acções, intensificando tanto a investigação e a captura dos suspeitos como o seu rápido julgamento e a dureza dos castigos aos condenados, criando as condições legais e materiais para diminuir as probabilidades de fuga, assim como, simultaneamente, recusar ou restringir ao máximo os eventuais benefícios que os terroristas pretendam retirar dos seus atentados, inclusive mesmo quando exista o risco do eventual sacrifício de reféns utilizados como forma de chantagem.<sup>234</sup>

Na mesma linha de orientações, quando for caso disso, e na medida do que for possível e adequado, através de meios políticos e diplomáticos, económicos, ou mesmo militares, impõe-se promover de alguma forma o castigo dos Estados patrocinadores do terrorismo internacional.<sup>235</sup>

Mas sobretudo, o que verdadeiramente interessa, porque suporta e alimenta tudo o resto, é a atitude colectiva da nação. Se houver verdadeira repulsa pelo terrorismo, se este for inequivocamente condenado, pela esmagadora maioria, como actuação criminosa sem aceitável justificação política, se existir uma efectiva vontade, por parte dos governantes e também dos governados, em combater o terrorismo, e coragem para nunca ceder seja em que circunstâncias for, o terrorismo não chegará nunca a constituir uma ameaça séria, muito embora possa persistir algumas dezenas de anos, matar alguns, ou mesmo muitos, milhares de pessoas, e destruir bens mesmo que eventualmente mais valiosos, ou importantes, do que os que até agora o têm sido.<sup>236</sup>

---

234 Um dos muitos casos em que esse terrível problema moral tem sido posto a governantes de um Estado democrático, o dos EUA em 1985 face à captura de um avião da TWA por terroristas xiitas, vem descrito e comentado em MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, pp. 24-25.

235 Nem sempre os governantes das democracias têm tido estes aspectos na devida conta. Leia-se, por exemplo, o que a este respeito escreveram MORRIS, Eric, e HOE, Alan, 1987, pp. 113-114.

236 É essa, de resto, a opinião da maioria dos especialistas nesta matéria, e de muitos académicos e analistas políticos. Leia-se, por exemplo, o que a este respeito escreveram WILKINSON, Paul, 1990, pp. 4-5; WOLF, Martin, 2003; McALLISTER, J. F. O., 2003b; LAQUEUR, Walter, 2004, p. 81.

## Bibliografia

### Livros

- ALTES, F. Korthals, "Towards a European Response to Terrorism: National Experiences and Lessons for 1993", em *Western Responses To Terrorism*, ed. por Alex P. Schmid e Ronald D. Crelinsten, Frank Cass & C<sup>a</sup>, 1993, pp. 237 a 244.
- ARON, Raymond: *Paix et Guerre entre les Nations*, Calmann-Lévy, 1962, reedição de 1975.
- ARON, Raymond, *Penser la Guerre, Clausewitz*, Éditions Gallimard, 1976, Vol. II.
- BANDURA, Albert, "Mechanisms of moral desengagement", em *Origins of Terrorism – Psychologies, Ideologies, Theologies, States of Mind*, coligido por Walter Reich e editado por Woodrow Wilson, International Center for Scholars and Cambridge University Press, 1990, pp. 161 a 191.
- BECKMAN, Robert L., "Rapporteur's Summary", em *Defining the Threat*, ed. por Paul Leventhal e Yonah Alexander, Pergamon-Brassey's, 1<sup>a</sup> edição 1986, pp. 5 a 20.
- BREMER III, L. Paul "The West's Counter-Terrorist Strategy", em *Western Responses To Terrorism*, ed. por Alex P. Schmid e Ronald D. Crelinsten, Frank Cass & C<sup>a</sup>, 1993, pp. 255 a 262.
- BURUMA, Ian, e MARGALIT, Avishai, *A Short History of Anti-Westernism*, Atlantic Books, 2004.
- CLUTTERBUCK, Richard, "Keeping Track of Terrorists After 1992", em *Western Responses To Terrorism*, ed. por Alex P. Schmid e Ronald D. Crelinsten, Frank Cass & C<sup>a</sup>, 1993, pp. 301 a 306.
- COLARD, Daniel, et GUILLAUDIS, Jean-François, *Le Droit de la Sécurité Internationale*, Paris, Masson, 1986.
- CRELINSTEN, Ronald D. e SCHMID, Alex P. "Western Responses to Terrorism: A Twenty-Five Year Balance Sheet" em *Western Responses To Terrorism*, ed. por Alex P. Schmid e Ronald D. Crelinsten, Frank Cass & C<sup>a</sup>, 1993, pp. 307 a 340.
- CRENSHAW, Marta, "The Logic of Terrorism", em *Origins of Terrorism – Psychologies, Ideologies, Theologies, States of Mind*, coligido por Walter Reich e editado por Woodrow Wilson International Center for Scholars and Cambridge University Press, 1990, pp. 7 a 24.
- JENKINS, Michael, "Future Trends in International Terrorism", em *National Security Management – International Issues and Perspectives*, coligido e com introdução de Eston P. White, National Defense University Washington D.C., 1986, pp. 255 a 263.

- JENKINS, Brian M., “Is Nuclear Terrorism Plausible?” em *Defining the Threat*, ed. por Paul Leventhal e Yonah Alexander, Pergamon-Brassey’s, 1ª edição 1986, Chapter One, pp. 25 a 28.
- MORRIS, Eric, e HOE, Alan, *Terrorism: Threat and Response*, MacMillan Press, 1987.
- NECHAYEV, Sergei, *Catechism of the Revolutionist* (1869), reimpresso em *Daughter of a Revolutionary*, ed. Michael Confino, London, 1974, pp. 221-230.
- POST, Jerrold M., “Terrorist psycho-logic: Terrorist behaviour as a product of psychological forces”, em *Origins of Terrorism – Psychologies, Ideologies, Theologies, States of Mind*, coligido por Walter Reich e editado por Woodrow Wilson International Center for Scholars and Cambridge University Press, 1990, pp. 25 a 40.
- REES, David, “O Terrorismo Internacional”, em *A Guerra no Mundo depois de 1945*, Editorial Verbo, 1983, pp. 254 a 260, vários autores (tradução do original inglês *War in Peace*, Orbis Publishing, 1983).
- SABBAH, Raid, “Death is a Gift”, Droemer; 253 pages (referido por Ursula Sautter em “Driven to Destruction”, *Time*, January 27, 2003).
- SCHMID, Alex P., *Political Terrorism: A Research Guide*, New Brunswick, NJ. Prentice-Hall, 1984. (outras edições: *Political Terrorism: A Research Guide to Concepts, Theories, Data Bases, and Literature*, Amsterdam, 1983, e *Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Data Bases, Theories, & Literature*, Transaction Books. Amsterdam, 1988).
- SCHMID, Alex P. “The Response Problem as a Definition Problem”, em *Western Responses To Terrorism*, edited by Alex P. Schmid and Ronald D. Crelinsten, Frank Cass & C<sup>a</sup>, 1993, pp. 7 a 13.
- STILLE, Alexander, *Excellent Cadavers: The Mafia and the Death of the First Italian Republic*, Pantheon, 1995.
- TAYLOR, Maxwell, *The Terrorist*, Brassey’s Defence Publishes, 1988.
- WHITE, Eston P., *National Security Management – International Issues and Perspectives*, National Defense University, Washington D.C., 1986.
- WILKINSON, Paul, “Terrorist Movements”, em *Terrorism: Theory and Practice*, ed. por Yonah Alexander, David Carlton e Paul Wilkinson – Westview Press/Boulder, Colorado, 1979, pp. 99 a 117.

### **Publicações periódicas**

- ABUZA, Zachary, “Al-Qaeda's Asian Web of Terror”, *Time*, December 9, 2002, p. 32.
- ALDEN, Edward, “US extends crackdown on terror funding”, *Financial Times*, 10 de Janeiro de 2001.
- ALDEN, Edward, “Complex finances defy global policing”, *Financial Times*, February 21, 2002.
- ALDEN, Edward, e HUBAND, Mark, “Case still open on terror's quatermasters” *Financial Times*, February 21, 2002.

- ALLBRITTON, Christopher e BLANFORD, Nicholas, "Hizballah Nation", *Time*, July 31, 2006, pp. 32-33.
- ALLEN, Robin, *Financial Times*, 6 de Novembro 2002.
- ALMEIDA, Carlos Marques, "O princípio da incerteza", *Diário Económico*, 14 de Julho de 2005.
- ÂNGELO, Victor, e FLORES, Rui, "Narco-Estados ou desenvolvimento?", *Visão*, 13 de Setembro de 2007, p. 72.
- ARMSTRONG, Karen, "The True, Peaceful Face of Islam", *Time*, 1 de Outubro de 2001.
- ASIAN, Reza, "State of Belief", *Time*, August 6, 2007, p. 25.
- BAKER, Aryn, "No Dates, No Dancing", *Time*, October 30, 2006, pp. 34-35.
- BAKER, Aryn, "Beyond Faith", *Time*, August 13, 2007, pp. 24 a 29.
- BAKER, Aryn, e THOTTAM, Jyoti, "The Making of a Terrorist", *Time*, March 16, 2009, pp. 16 a 21.
- BANDEIRA, André Sopas de Melo, "Para uma Etologia do Terrorismo", *Revista Militar*, nº 4 – Abril 2005, pp. 269 a 291.
- BARBER, Tony, "Mobster links Italian leader to Mafia", *Financial Times*, January 9, 2003.
- BARBER, Tony, "Sicilian Mafia 'shifted its allegiance to Berlusconi'", *Financial Times*, January 21, 2003.
- BARBER, Tony, "Ex-Italian PM had friendly ties with mafia until 1980", *Financial Times*, 28 de Julho de 2003.
- BARNABY, Frank, "Weapons of Mass Destruction: A Growing Threat in the 1990s?" *Conflict Studies* 235 October/November 1990.
- BELLOSO, Miguel Angel, "Zapatero 'versus' ETA", *Diário Económico*, 4 de Julho de 2006.
- BENJAMIN, Daniel e SIMON, Steven, "Islam's War of Words", *Time*, November 12, 2001, p. 35.
- BENJAMIN, Daniel e SIMON, Steven, "A Place at the Table", *Time*, 16 Dezembro 2002, p. 56.
- BENJAMIN, Daniel, "Why Iraq Has Made Us less Safe", *Time*, July 18, 2005, p. 30.
- BENNETT, Brian e WALT, Vivienne, "Fields of Jihad", *Time*, 23 de Fevereiro de 2004, pp. 27 a 29.
- BERGEN, Peter, "Somewhere Out There", *Time*, July 14, 2008, pp. 22 a 24.
- BESSA, João Manuel de Andrade Pinto, "As Nações Unidas e o Terrorismo", *Revista Militar* nº 11, Novembro 2006, pp. 1215-1241.
- BEYER, Lisa, "Osama's Endgame", *Time*, October 15, 2001, pp. 58-59.
- BEYER, Lisa, "Why the Middle East Crisis Isn't Really About Terrorism", *Time*, August 7-14, 2006, pp. 17-20.
- BIRD, Maryann, "A Poisonous Plot", *Time*, January 20, 2003, pp. 32 a 35.
- BIRD, Maryann, "In Both Sorrow and Anger", *Time*, July 25, 2005, pp. 27-29.
- BLANFORD, Nicholas, "Up in Smoke", *Time*, June 4, 2007, pp. 22 a 24.

- BOBBITT, Philip, "Get Ready for the Next Long War", *Time*, September 9, 2002, pp. 68-69.
- BOOT, Max, "It's Not Over Yet", *Time*, September 11, 2006, p. 28.
- BORGES, João Vieira, "Terrorismo: razões da ausência de um conceito comum", Instituto da Defesa Nacional, *Newsletter* n° 11, Abril 2006.
- BYMAN, Daniel, "The war on terror requires subtler weapons", *Financial Times*, May 27, 2003.
- CARRAPIÇO, Helena, "O Crime Organizado Transnacional na Europa: origens, práticas e consequências", *Cadernos do IDN*, n° 1, Maio 2006.
- CHAMBON, Phillipe, "Le Bioterrorisme en Question", *Science et Vie*, n° 1011, Décembre 2001, pp. 106 a 114.
- CLARKE, Richard A., "The New Terrorist Threat", *Time*, March 22, 2004, p. 29.
- CLOUD, John, "What Is Al-Qaeda Without Its Boss?", *Time*, 26 Novembro 2001, pp. 40 a 43.
- CLOUD, John, "3 Lessons from London" *Time*, 18 Julho 2005, pp. 22-26.
- COHEN, Adam, "Following The Money" *Time*, 8 Outubro 2001, pp. 56 a 58.
- CRUMLEY, Bruce, "Follow the Money", *Time*, 19 Novembro 2001, p. 43.
- CRUMLEY, Bruce, "Terror Takes the Stand", *Time*, 14 Outubro 2002, pp. 38 e 39.
- CRUMLEY, Bruce, e MACLEOD, Scott, "Across The Divide", *Time*, 21 Março 2005, pp. 18 a 21.
- CUNHA, Isabel Arriaga, "UE exclui novas instituições de luta contra o terrorismo" *Público*, 17 de Março de 2004.
- DESMOND, Edward W., "It's a Panic Situation", *Time*, 24 Abril 1995.
- DESMOND, Edward W., "Under Arrest Finally", *Time*, 29 Maio 1995.
- DINMORE, Guy, "Iran group uses Internet for martyr recruitment", *Financial Times*, 22 Fevereiro 2002.
- DONNAN, Shawn, HUBAND, Mark e BURTON, John, "These Groups are going after big economic targets, whether oil tankers or tourism", *Financial Times*, 15 Outubro de 2002.
- DONNAN, Shawn, "Pressure grows on Indonesia Muslim moderates", *Financial Times*, 26 Novembro 2002.
- DUFFY, Michael e GIBBS, Nancy, "How Far Do We Want The FBI To Go?", *Time*, 10 Junho 2002, pp. 38 a 42.
- DUFFY, Michael, "How To Fix US Intelligence", *Time*, 26 Abril 2004, pp. 22 a 29.
- DUFFY, Michael, "Letting the President Say", *Time*, 9 Outubro 2006, p. 28.
- EISENBERG, Daniel, "What we know now", *Time*, 22 Julho 2004, pp. 42-43.
- ELAD, Shlomi, e MERARI, Ariel, "The Soviet Bloc and World Terrorism", em *Jaffee Center for Strategic Studies*, Telaviv University, Paper n° 26, August 1984.
- ELEGANT, Simon, "Inside the Bali Plot", *Time*, 9 Dezembro 2002, pp. 28 a 31.
- ELLIOTT, Michael, "The Next Wave", *Time*, 24 Junho 2002, pp. 47 a 49.
- ELLIOTT, Michael, "Nothing Has Changed", *Time*, 9 Setembro 2002, p. 45.
- ELLIOTT, Michael, "Reeling Them In", *Time*, 23 Setembro 2002, pp. 39 a 43.

- ELLIOTT, Michael, "How Al-Qaeda got back on the attack", *Time*, 28 de Outubro de 2002.
- ELLIOTT, Michael, "Such Lovely Lads", *Time*, 21 Agosto 2006, pp. 18-19.
- ELSON, John, "Criminal Conspiracy – How the Mafia's hold on Italy's political leaders was broken", *Time*, 10 Julho 1995.
- ESPADA, João Carlos, "Pluralismo ou multiculturalismo?" *Expresso*, 2 de Setembro de 2006.
- FARIA, Fátima, "Papel dos *Media* na Luta Contra o Terrorismo: que Cobertura Mediática dos Actos Terroristas?", *Nação e Defesa* nº 117, Verão de 2007, pp. 155 a 177.
- FAROUKY, Jumana, "Allah's Recruits" *Time*, 28 Agosto 2006, pp. 26-27.
- FATIMA, Shaheed, "The Way Forward", *Time*, 23 Julho 2007, p. 18.
- FÉLIX, Carla Sofia, "Breve Incursão Histórica, Social e Psicológica sobre o Terrorismo", *Nação e Defesa* nº 109, Outono-Inverno 2004, pp. 155 a 174.
- FERGUSON, Niall, "The Nation That Fell To Earth" [9/11, Thirty Years Later], *Time*, 11 Setembro 2006, pp. 23 a 27.
- FIDLER, Stephen, "Dirty bombs: easy to make and good at spreading terror" *Financial Times*, 11 de Junho de 2002.
- FINGUERMAN, Ariel, "O judeu convertido ao Islão", *Expresso*, 27 Setembro 2003, separata revista Única, pp. 104 a 106.
- FRANK, Mitch, "The New Fronts", *Time*, 18 Março 2002, pp. 36-37.
- FREUND, Julien, "Évolution des recherches sur la guerre et la paix", *Stratégique* nº 27, 1º trimestre de 1979.
- GERECHT, Reuel Marc, "Europe would have only itself to blame for Islamic terrorism" *Financial Times*, 24 Fevereiro 2003.
- GHOSH, Aparisim, "Inside the Mind of an Iraqi Suicide Bomber", *Time*, 4 Julho 2005, pp. 31 a 35.
- GHOSH, Aparisim, "Professor of Death", *Time*, 24 Outubro 2005, pp. 30 a 33.
- GHOSH, Aparisim, "Can Bin Laden Be Caught?" *Time*, 30 Janeiro 2006, pp. 14 a 19.
- GHOSH, Aparisim, "The Apostle of Hate", *Time*, 19 Junho 2006, pp. 32-33.
- GOLDSMITH, Catharine, "Terrorists Because They Are Women" *Intersec*, Vol 1, Issue 8 -February 1992, pp. 263-264.
- GORMAN, Christine, "Pssst! Calling All Paranoids", *Time*, 8 de Maio de 1995, p. 31.
- GRAFF, James, "Living With Fear", *Time*, 16 Dezembro 2002, pp. 80-81.
- GRAFF, James, "Terror's Tracks", *Time*, 19 Abril 2004, pp. 36 e 37.
- HORCHEM, Hans Josef, "Terrorismo 2000", Institut Européen pour la Paix et la Sécurité (IEPS) *Euro-Terrorisme* – 11 (Bruxelas EUROT/11 – 25/01/93).
- HUBAND, Mark e FIDLER, Stephen, "Archetype of the new breed of terrorism", *Financial Times*, 11 Julho 2002.
- HUBAND, Mark, "London chemical weapons seizure provides evidence of planned attacks", *Financial Times*, 8 Janeiro 2003.
- JACQUARD, Roland, "The Guidebook of Jihad", *Time*, 29 Outubro 2001.
- JAMAI, Aboubakr, "Belief and the Ballot", *Time*, 10 Setembro 2007, p. 17.



- JANKE, Peter, "Terrorism: Trends and Growth?" *RUSI Journal*, Agosto 1993, Defense and International Security, pp. 24 a 28.
- JORGE, João Carlos M. S. Guedes, "O relacionamento Norte-Sul: Terrorismo e Desenvolvimento", *Boletim do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea* n° 20, Junho de 2005, pp. 11 a 26.
- KENNEDY, Paul, "No End of a Lesson", *Time*, 1 Outubro 2001, pp. 66-67.
- KEPEL, Giles, "Will the Jihad Ever Catch Fire?", *Time*, 9 Setembro 2002, pp. 84 e 85.
- KHALAF, Roula e ALLEN, Robin, "Arabia bridles at Americans' insistence on Al-Qaeda cash", *Financial Times*, 21 Fevereiro 2002.
- KINSLEY, Michael, "How to Live a Rational Life", *Time*, 9 Setembro 2002.
- KLEIN, Joe, "Is Bush Serious About a New Spy System?", *Time*, 6 Dezembro 2004, p. 14.
- KLEIN, Joe, "The Next War in Iraq", *Time*, 3 Setembro 2007, p. 13.
- KLUGER, Jeffrey, "Osama's nuclear Quest", *Time*, 12 Novembro 2001, pp. 44 a 46.
- KLUGER, Jeffrey, "Defusing the Terror", *Time*, 24 Junho 2002, pp. 52-53.
- KLUGER, Jeffrey, "What Do You Tell People?", *Time*, 16 Agosto 2004, p. 31.
- KRAUTHAMMER, Charles, "Why That's Ridiculous", *Time*, 18 Julho 2005, p. 31.
- KRAUTHAMMER, Charles, "Counterpoint: Actually, the Middle East Is Our Crisis Too", *Time*, 30 Julho 2006, p. 21.
- LACAYO, Richard, "The War Comes Back Home", *Time*, 12 Maio 2003, pp. 40 a 44.
- LACAYO, Richard, "Briefing", *Time*, 9 Abril 2007, p. 19.
- LACOSTE, Yves, "Églises et Géopolitique", Editorial da *Hérodote*, 1° trimestre de 1990, pp. 3 a 7.
- LAQUEUR, Walter, "Reflexões sobre o terrorismo", *Diálogo* n° 4, Vol. 20, 1987, pp. 26 a 31.
- LAQUEUR, Walter, "Terror", *National Geographic*, Novembro de 2004, Edição portuguesa, pp. 72 a 81.
- LEMONICK, Michael D. "The Next Threat?", *Time*, 1 Outubro 2001, pp. 64-65.
- LERNER, Michael, "The Case for Peace", *Time*, 1 Outubro 2001, p. 67.
- LIMA, Bernardo Pires de, "Londres, Jihad e UE", *Newsletter* n° 5, Instituto da Defesa Nacional, Agosto/Setembro 2005.
- LIMA, Bernardo Pires de, "Sementes do Terrorismo na África Subsariana", *Newsletter* n° 6, Instituto da Defesa Nacional, Outubro 2005.
- LIMA, José António, "Os nossos amigos antiamericanos", *Expresso*, 23 de Agosto de 2003.
- LIVINGSTONE, Neil C., "Enfrentando o Terrorismo e as "Guerrinhas Sujas", *Air University Review*, Vol. XXXVI, n° 2 Inverno 84/85.
- LOURENÇO, Ricardo, "A nova Al-Qaeda", *Expresso*, 30 de Setembro de 2006.
- MACLEOD, Scott, "The Paladin of Jihad", *Time*, 6 Maio 1996, pp. 33-34.
- MACLEOD, Scott, "Voice of the Arabs", *Time*, 9 Outubro 2001, p. 70.
- MACLEOD, Scott, "Insider Information", *Time*, 4 Fevereiro 2002, p. 77.



MACLEOD, Scott, "A Jihadist's Tale", *Time*, 4 Abril 2005.

MACLEOD, Scott, "Why Lebanon is erupting again", *Time*, 4 Junho 2007, p. 17.

MACLEOD, Scott, "Postcard: Saudi Arabia", *Time*, 29 Outubro 2007, p. 16.

MALCHER, Alain, "Terrorist Acts and Publicity", *Intersec*, Vol. 4, issue 4, Abril 1994.

MALCHER, Alan, "Modern Terrorist Technology & the Means to Counter It", *Intersec*, Vol. 4, issue 6, Junho 1994, pp. 208 a 210.

MAYER, Catherine, "Calm at the Center", *Time*, 16 Julho 2007, p. 24.

McALLISTER, J. F. O., "You Can't Kill Them All", *Time*, 4 Agosto 2003.

McALLISTER, J. F. O., "Test the Alliance", *Time*, 1 Dezembro 2003, pp. 31 a 33.

McALLISTER, J.F.O. "The Wrong Time for Equal Rights?" *Time*, 16 Fevereiro 2004.

McALLISTER, J.F.O., "Now What Do We Do?", *Time*, 29 Março 2004, pp. 24 a 29.

McALLISTER, J. F. O., "London Gets Lucky", *Time*, 1 Agosto 2005, pp. 14 a 19.

McALLISTER, J.F.O., "Terror Next Door", *Time*, 8 Agosto 2005, pp. 16-21.

McALLISTER, Leo, "Why Hizballah Can't Be Disarmed", *Time*, 7-14 Agosto 2006, pp. 23-24.

McGEARY, Johanna e BIEMA, David van, "Inside the Conspiracy. The New Breed of Terrorist", *Time*, 24 Setembro 2001, pp. 37 a 44.

McGEARY, Johanna, "The New Realities of Terror", *Time*, 9 Dezembro 2002, pp. 23 a 26.

McGIRK, Tim, "MTV or the Muezzin", *Time*, 9 Setembro 2002, pp. 80 a 83.

McGIRK, Tim, "Terrorism's Harvest", *Time*, 9 Agosto 2004, pp. 28 e 29.

McGIRK, Tim, "Hiding in Plain Sight", *Time*, 29 Novembro 2004.

McGIRK, Tim, "The Rise of an Evil Protégé", *Time*, 19 Dezembro 2005, pp. 33-35.

McGIRK, Tim, "A Rebel Crack-Up?", *Time*, 30 Janeiro 2006, pp. 18-19.

MONJARDINO, Miguel, "O Islão e a Ciência", *Expresso*, 15 de Setembro de 2007.

MONTEIRO, Henrique, "A linguagem do terrorismo", *Expresso*, 23 de Agosto de 2003.

MORRIS, Harvey, "Al-Qaeda claims responsibility for Kenya attacks", *Financial Times*, 9 de Dezembro de 2002.

MUSSER, George, "Better Killing through Chemistry", *Scientific American*, Dezembro 2001, pp. 10 a 15.

NELAN, Bruce W., "The Price of Fanaticism", *Time*, 3 Abril 1995, pp. 26 a 29.

NEWMAN, Cathy, "Listen as well as lead', Blair tells the US" *Financial Times*, 18 Julho 2003.

NOBLE, Kate e SCHENKER, Jennifer L., "The Science of Ricin", *Time*, 20 Janeiro 2003, p. 35.

NUNES, Paulo Fernandes Viegas, "Ciberterrorismo: Aspectos de Segurança", *Revista Militar* nº 10, Outubro de 2004, pp. 937 a 957.

OGDEN, Christopher, "Keeping an Eye on Iran", *Time*, 22 Julho 1996, p. 29.

PADGETT, Tim e MORRIS, Ruth, "The New Druglords", *Time*, 21 Junho 2004, p. 34.

PAPA João Paulo II "Mensagem no Dia Mundial da Paz", 1 de Janeiro de 2002.

PEEL, Quentin, "Remove the arms, not the man", *Financial Times*, 8 Julho 2003.

- PEREIRA, Micael, “A ameaça periférica”, *Expresso*, (Única), 9 Setembro 2006.
- PERRY, Alex, “Remember Somalia?”, *Time*, 10 Dezembro 2007, pp. 34 a 37.
- PINHEIRO, Joaquim A. Franco, “O Terrorismo e a Defesa Nacional”, *Nação e Defesa* n° 9, Jan/Mar 1979, pp. 11 a 56.
- PINHEIRO, Joaquim A. Franco, “Terrorismo Internacional”, *Nação e Defesa* n° 24, Out/Dez 1982, pp. 51 a 65.
- PINTO, Maria do Céu, “Portugal plataforma logística do terrorismo Islâmico”, *Cidadania e Defesa* (Boletim Informativo da Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional) n° 25, Maio/Junho de 2007.
- PIRES, Fernanda P. Amoroso, e SILVA, Ana Teresa F. S. Martins, “A Utilização da Engenharia Genética na Produção de Armas Biológicas”, *Revista Militar* n° 11, Novembro 2008, pp. 1377 a 1419.
- POLITI, James, “Muslim world reveals its fear and loathing of US”, *Financial Times*, 4 Junho 2003.
- POWELL, Bill, “The Terror Plot”, *Time*, 16 Agosto 2004, pp. 20 a 26.
- POWELL, Bill, “Struggle for the Soul of Islam”, *Time*, 20 Setembro 2004, pp. 31 a 46.
- POWELL, Bill, “The Enemy Within”, *Time*, 31 Outubro 2005, pp. 26 a 30.
- POWELL, Bill, “A War Without Borders”, *Time*, 21 Novembro 2005, pp. 36-37.
- POWELL, Bill, “When Outlaws Get the Bomb”, *Time*, 23 Outubro 2006, pp. 24 a 29.
- POWER, Carla, “Baring Ourselves”, *Time*, 15 Outubro 2007, p. 60.
- PRADOS, Luis, “Los ‘kamikazes’ del siglo XXI”, *El País*, 18 Setembro 2001.
- PURVIS, Andrew, “Money Trouble”, *Time*, 1 Julho 2002.
- PURVIS, Andrew, e McGEARY, Johanna, “Knocking on Europe’s Door”, *Time*, 1 Dezembro 2003, pp. 35 a 39.
- RAMADAN, Tariq, “How Islam and the West Can Find a Way Out”, *Time*, 20 Setembro 2004, p. 47.
- RATHMELL, Andrew, “Terrorism in the Middle East: Defeated or Ressurgent” *RUSI Journal*, Outubro 1992.
- RATNESAR, Romesh, “The Case Against Evidence”, *Time*, 8 Outubro 2001, p. 64.
- RATNESAR, Romesh, “How Safe Now?”, *Time*, 27 Maio 2002, pp. 30-31.
- RATNESAR, Romesh, “Confessions of an Al-Qaeda Terrorist”, *Time*, 23 Setembro 2002, pp. 45 a 49.
- RATNESAR, Romesh, “Halting the Next 9/11”, *Time*, 2 Agosto 2004, pp. 26 a 29.
- RATNESAR, Romesh, “Face of Terror”, *Time*, 27 Dezembro 2004, pp. 63 a 65.
- REGIS, Ed, “Evaluating the Threat”, *Scientific American*, Dezembro 2001, pp. 10 a 15.
- RIPLEY, Amanda, “Why Suicide Bombing ...Is Now All The Rage”, *Time*, 15 Abril 2002, pp. 24 a 29.
- RIPLEY, Amanda, “The Case of the Dirty Bomber”, *Time*, 24 Junho 2002, pp. 50 a 54.
- RIPLEY, Amanda, “Risk. How Much Are We Willing To Take?”, *Time*, 21 Agosto 2006, pp. 13 a 17.

- RIPLEY, Amanda, "Can We Spot The Threat?", *Time*, 16 Julho 2007, pp. 20 a 23.
- RODRIGUES, Reis, "O Escudo de Protecção Anti-míssil e o Terrorismo Internacional" *Revista Militar* N° 10, Outubro 2002, pp. 721 a 729.
- SALEM, Ali, "An Apology from an Arab", *Time*, 9 Setembro 2002.
- SAUTTER, Ursula, "Driven to Destruction", *Time*, 27 Janeiro 2003.
- SCHENKER, Jennifer L., "A Drug for All Bugs", *Time*, 20 Janeiro 2003, pp. 34-35.
- SERRILL, Michael S., "Last Marxist Rebels", *Time*, 5 Junho 1995, p. 65.
- SHAMEEN, Assif, "Secrets of the Mosque", *Time*, 6 Maio 2002, pp. 42 a 44.
- SKERRY, Peter, "The American Exception", *Time*, 21 Agosto 2006, p. 20.
- SMITH, Adam, "Under Attack, Over the Net.", *Time*, 11 Junho 2007, p. 50.
- STEPHENS, Philip, "A world of fear and uncertainty", *Financial Times*, 12 Julho 2002.
- STERLING, Claire, "Khadafi significa Caos", *The New Republic*, 1981, Colectânea dos Serviços de Imprensa e Cultura da embaixada dos EUA, *Temas Actuais, o Terrorismo, Praga dos Nossos Tempos*, 1982, p. 12.
- STERN, Jessica Eve, "Will Terrorists Turn to Poison?", *International Organization*, Summer 1993, pp. 393 a 405.
- SULLIVAN, Andrew, "Everything is Different", *Time*, 9 Setembro 2002, p. 44.
- SUSSER, Ezra S., HERMAN, Daniel B., e AARON, Barbara, "Combating the Terror of Terrorism", *Scientific American*, Agosto 2002, pp. 56-57.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, "O Novo Terrorismo ou a Guerra-Rede", Boletim da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, *Cidadania e Defesa* n° 13, Janeiro de 2004.
- THOMPSON, Mark, "Are These Towers Safe?" *Time*, 20 Junho 2005, pp. 26 a 34.
- TUMULTY, Karen, "Inside Bush's Big Plan", *Time*, 17 Junho 2002, pp. 40 a 43.
- USHER, Rod, "The Terror Trap", *Time*, 12 Agosto 1996, pp. 12-13.
- WALSH, James, "Killing for God", *Time*, 4 Dezembro 1995, pp. 76 a 78.
- WALT, Vivienne, "Cocaine Country", *Time*, 9 Julho 2007, pp. 22 a 27.
- WARE, Michael, "The Enemy with Many Faces", *Time*, 27 Setembro 2004, pp. 48 a 51.
- WILKINSON, Paul, "State-sponsored international terrorism: the problems of response", *The World Today*, Julho 1984, pp. 292 a 298.
- WILKINSON, Paul, "Terrorism as Surrogate Warfare", conferência no *Deutsches Strategie* – Forum, 15 de Outubro de 1986.
- WILKINSON, Paul, "Terrorist Targets and Tactics: New Risks to World Order", Research Institute for the Study of Conflict and Terrorism, London, *Conflicts Studies*, n°236, Dezembro 1990, pp. 1 a 21.
- WILKINSON, Paul, "Terrorist Trends in the Middle East", *Jane's Intelligence Review*, Fevereiro 1993, pp.73 a 75.
- WILKINSON, Paul, "Hezbollah — A Critical Appraisal", *Jane's Intelligence Review*, Agosto 1993, pp. 369-370.
- WILKINSON, Paul, "A Year later, but little Wiser", *Time*, 19 Julho, 2006, p. 41.
- WOLFF, Alexander, "When the Terror Began", *Time*, 2 Setembro 2002, pp. 28 a 38.

WOLF, Martin, “The frightening flexibility of international terrorism”, *Financial Times*, 4 Junho 2003.

WRIGHT, maj. J. W., “Relatório da DOD Comissão on Beirut International Airport Act”, citado na *Military Review* nº1, 1º trimestre 1985, 23 de Outubro de 1983.

ZAGORIN, Adam e DUFFY, Michael, “Inside the Interrogation of Detainee 063”, *Time*, 20 Junho 2005, p. 21.

### **Artigos em Publicações periódicas ou de Instituições, sem indicação de autor**

“El entramado terrorista” *Boletín de información* nº 219, 1990, CESDEN, Espanha, transcrito da Defence and Diplomacy nº 9.

*Conflict Studies* nº 244, Setembro 1991, p. 19.

*Conflict Studies* nº 250, Abril 1992, p. 5.

*Défense Nationale*, Dezembro 1977.

*Diário Popular*, 20 de Março 1987.

*Temas Actuais, o Terrorismo, Praga dos Nossos Tempos*, Embaixada dos EUA, Colectânea dos Serviços de Imprensa e Cultura, 1982.

*USA Documents*, Embaixada dos EUA, Serviço de Informação, 2 Maio 1990.

“Theory of War”, *Enciclopédia Britânica*.

“Un nuevo nivel de violência”, *El País*, 18 Setembro 2001.

“Études Polemologiques” 3/88, p. 85.

*Expresso*, 1 Junho 1991.

*Expresso*, 5 Abril 2008, 1º Caderno, pp. 46-47.

*Expresso*, 10 Maio 2008, 1º Caderno, p. 19.

“Bin Laden's bid to turn Muslim against Muslim”, *Financial Times*, 22 Fevereiro 2002.

“Global backlash”, *Financial Times*, Editorial, 4 Junho 2003.

*Intersec* nº 5, Outubro 1992.

Jerusalem Post, Inter-international Terrorism, *Jaffee Center for Strategic Studies*, Jerusalem, 1989. Jerusalem Post, Inter-International Terrorism, *Jaffee Center for Strategic Studies*, Jerusalem, 1990.

*L'Express*, 3 Setembro 1992.

“Casablanca Connection”, *Público*, 17 Março 2004.

“Os grupos radicais em Marrocos” *Público*, 17 Março 2004.

“Crónicas-Mundo”, *Revista Militar*, nº 1, Janeiro 2002, pp. 75 a 81.

“Crónicas - Notícias do Mundo Militar”, *Revista Militar*, nº 2/3, Fevereiro/Março 2002.

“Crónicas – Notícias do Mundo Militar” *Revista Militar* nº4, Abril 2004.

*Revista Militar* nº 4, Abril 2005, pp. 283-284.

*Science et Vie*, nº 739, Abril 1979, p. 7.

*Science et Vie*, Maio 1986, p. 20.

*Science et Vie*, nº 880, Janeiro 1991.

“Drumbeat of Death”, *Time*, 6 Outubro 1997, pp. 36-37.

*Time* 15 Abril 2002.  
*Time* 6 Maio 2002.  
*Time* 26 Agosto 2002, p. 17.  
*Time* 2 Setembro 2002.  
*Time*, 9 Setembro 2002.  
*Time*, 21 Abril 2003, pp. 14-15.  
*Time*, 12 Maio 2003, p. 10.  
“Islam’s Other Hot Spots”, *Time*, 15 Setembro 2003, p. 38 a 41.  
“A Bloody Holiday in Pakistan”, *Time*, 6 Junho 2005, p. 22.  
“10 Questions for Natan Sharansky” *Time*, 6 Junho 2005.  
“Power Share”, *Time*, 9 Abril 2007, Briefing, p.21.  
*Time*, 6 Agosto 2007, p. 12.  
“Spain v. Jihad”, *Time*, 12 Novembro 2007, Briefing, World Spotlight, p. 15.





